



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
Departamento de História



Cunha Rivara, um bibliotecário romântico

Pedro Manuel Caturras da Silva Cerico

Orientador

Professor Doutor Francisco António Lourenço Vaz



**Dissertação de Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação
apresentada à Universidade de Évora.**

2007



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
Departamento de História



Cunha Rivara, um bibliotecário romântico



Pedro Manuel Caturras da Silva Cerico

168 232

Orientador

Professor Doutor Francisco António Lourenço Vaz



**Dissertação de Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação
apresentada à Universidade de Évora.**

2007

À Sílvia e ao Santiago

Cunha Rivara: um bibliotecário romântico

Resumo

Neste estudo procura-se contribuir para um melhor conhecimento das práticas biblioteconómicas do século XIX, nomeadamente na biblioteca eborense, captando desta forma as suas dinâmicas no período referido.

A homogeneidade temática e a deterioração de parte da colecção conventual, que a biblioteca pública de Évora incorporou, levou o bibliotecário a proceder à venda a peso, o que lhe valeu o título de Átila. A elaboração do *Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense* que reúne os papéis referentes ao Ultramar foi a obra que coroou Rivara, enquanto bibliotecário.

A matriz biblioteconómica de Rivara sofreu influências nacionais: Herculano e Balsemão, e internacionais Constantin. O contacto com bibliotecas estrangeiras tinha por objectivo captar as boas práticas biblioteconómicas europeias.

Rivara, dado a escassez de leitores que frequentavam a biblioteca, sente necessidade de atrair público revitalizando e dando uma maior utilidade social ao estabelecimento engendrando várias estratégias como por exemplo, as parcerias.

Palavras-chave: Biblioteca Pública de Évora; Liberalismo; Fundos conventuais; Gestão da colecção, Cunha Rivara.

Cunha Rivara, a romantic librarian

Abstract

In this project we intend to contribute to a better knowledge of the Library's management system in the XIX century, mainly in what the Évora's library is concerned, studying its ways and methods.

The librarian of the public library of Évora was led to proceed to a bulk sale to which the nickname Attila was given because part of the Convent's collection books owned by this library was characterized by homogeneous themes and because it was in such a state of deterioration. The making of the *Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*, that gathers the documents concerning the Overseas Colonies was what brought him prestige as a librarian .

Rivara's concept of Library was determined by national influences such as Herculano and Balsemão and by international ones such as Constantin. The connections with foreign libraries had as its main goal the receiving of data that would allow the use of the well known European methods.

Rivara noticed the absence of readers in the library and felt the urge of attracting people by giving the Library a greater social utility and to accomplish his purpose the librarian traced a strategic plan that included partnerships.

Keywords: Public Library of Évora; Liberalism, Conventual Books, Collection Management, Cunha Rivara.

Agradecimentos

A elaboração de qualquer trabalho de investigação, apesar de um trabalho solitário e individual, conta com a colaboração de diversas pessoas, que de forma directa ou indirecta contribuíram para a sua conclusão. A todos cumpre-me agradecer, realçando individualmente as seguintes:

Ao Professor Doutor Francisco Vaz, o ter-se disponibilizado para, entre as suas múltiplas actividades académicas, orientar mais uma tese de mestrado, assim como o empenho, a orientação científica e ajuda. A sua orientação para definir rumos e estratégias de investigação foram fulcrais. As sugestões feitas ao longo do trabalho contribuíram para um enriquecimento pessoal enquanto investigador.

Ao Doutor João Ruas, director do Paço Ducal de Vila Viçosa, pelo apoio e incentivo que sempre manifestou, assim como pelo fornecimento de indicações bibliográficas e lançamento de pistas para dar seguimento à investigação.

À Professora Doutora Fernanda Olival, pelo apoio e encorajamento que sempre me dispensou, não só durante a frequência do mestrado, como durante a Pós-graduação.

Ao professor Marcial Rodrigues, professor na Escola Secundária André de Gouveia e responsável pelo Arquivo, pelo bom acolhimento e informações dispensadas.

Quero agradecer aos técnicos da Biblioteca Pública de Évora pela paciência com que sempre responderam à minha insistência em encontrar fontes que não existiam, e outras que se encontravam em pastas incertas.

Aos técnicos das bibliotecas e arquivos consultados pelo apoio prestado na recolha de informações, assim como o empenho e ajuda constantes.

Quero ainda manifestar a minha gratidão aos amigos que me apoiaram ao longo deste trabalho, especialmente à Cristina Monteiro pelo seu incentivo.

Por fim quero deixar um agradecimento muito especial à minha família, principalmente à Sílvia, pela sua permanente disponibilidade, encorajamento e ajuda que me permitiram rumar até ao fim desta dissertação.

Índice

Resumo	V
Abstract	VI
Agradecimentos	VII
Índice	IX
Índice de ilustrações, gráficos e tabelas	XII
Abreviaturas	XIII
Introdução	1
Metodologia	3
Fontes	4
Capítulo 1- Da Época da Razão ao Tempo da Nação	6
1. Uma época de transição: das Luzes ao Liberalismo	6
2. A instrução como estratégia liberal	7
3. A tríade Liberalismo – Romantismo - Nacionalismo	10
4. Da história da leitura à história das bibliotecas	13
5. Da Europa das Luzes à Europa liberal: uma história da leitura	16
6. Da leitura intensiva à leitura extensiva: uma revolução na leitura?	22
7. História das bibliotecas: o estado da arte	26
7.1. Rumo à Biblioteca Liberal	30
7.2. Bibliotecas públicas nos EUA e Inglaterra	31
7.3. Bibliotecas públicas na Europa: França, Alemanha e Portugal	33
8. O desenvolvimento da ciência biblioteconómica	36
Capítulo 2 – Do fundador iluminista ao bibliotecário romântico	38
1. A Fundação da Biblioteca Pública eborense	38
2. Cenáculo, o fundador iluminista	40
2.1. Cenáculo: a instrução como forma de atingir a maioria do Homem	42
2.2. Museu como instrumento e complemento de instrução	44
2.3. Biblioteca e o conceito de pública	44
3. Rivara, um bibliotecário romântico	46
3.1. Rupturas e continuidades	48

Capítulo 3 – A biobibliografia de um bibliotecário.....	51
1. Biografia de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara	51
1.1. Genealogia Rivara	51
1.2. O cuidado com a instrução.....	52
1.3. Os tempos conturbados na Universidade de Coimbra	53
1.4. Os Cargos que desempenhou.....	55
2. Bibliografia de um bibliotecário romântico	62
3. A investigação sobre Cunha Rivara.....	73
Capítulo 4 – Liberalismo: uma nova concepção do saber.....	78
1 - Bibliotecas públicas: as incorporações dos fundos conventuais.....	78
2. O novo conceito de biblioteca como reflexo da nova concepção do saber.....	79
Capítulo 5 – A organização biblioteconómica de Rivara	84
1. A venda: uma forma de salvaguarda da colecção	84
2. A política do califa Omar.....	87
3. Racionalizar a colecção	90
4. Os catálogos: o coração da biblioteca.....	91
4.1. Do método à elaboração dos Catálogos	91
4.2. Da elaboração dos catálogos à arrumação dos livros	98
5. Os Relatórios: uma reflexão para a melhoria	103
6. A matriz biblioteconómica: influências nacionais e internacionais.....	112
7. Rivara, na senda do benchmarking.....	113
Capítulo 6 – Um bibliotecário à procura de leitores.....	117
1. Estratégias de atracção de leitores.....	117
1.1. Actualização e valorização da colecção	118
1.2. Parcerias.....	120
1.3. A biblioteca do Liceu	121
1.4. Aquisições	122
1.5. Conservação das colecções.....	123
2. Balanço das estratégias.....	124
FONTES.....	131
Fontes Manuscritas	131
Fontes Impressas.....	133
Bibliografia	135

ANEXO DOCUMENTAL	153
ANEXO 1	154
ANEXO 2	155
ANEXO 3	159
ANEXO 4	161
ANEXO 5	164
ANEXO 6	167
ANEXO 8	170
ANEXO 9	173
<i>Índice por Nomes, Localidades e Assuntos</i>	174

Índice de ilustrações, gráficos e tabelas

Ilustrações

Fig. 1 – Gravura de Cunha Rivara	51
Fig. 2 – Gravura de Cunha Rivara consultando tombos manuscritos	54
Fig. 3 – Gravura de Cunha Rivara	77

Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição do n.º de obras publicadas por data	66
Gráfico 2 – Temas de obras publicadas por Rivara	67
Gráfico 3 – Grau de responsabilidade em obras publicadas	68
Gráfico 4 – Distribuição do n.º de artigos publicados n' <i>O Panorama</i> /ano	71
Gráfico 5 – Temas dos artigos publicados n' <i>O Panorama</i>	71
Gráfico 6 – N.º de artigos publicados no <i>BGEI</i>	72
Gráfico 7 – Temática dos artigos publicados no <i>BGEI</i>	73
Gráfico 8 – Número de obras e volumes distribuídos por classes	108
Gráfico 9 – N.º total de obras e volumes distribuídos por classes	109
Gráfico 10 – Distribuição do número de leitores/ mês	110
Gráfico 11 – Distribuição do n.º de obras consultadas – 1850	111

Tabelas

Tabela 1 – Cargos exercidos por Cunha Rivara	55
Tabela 2 – N.º de artigos publicados por periódico e anos da colaboração	69
Tabela 3 – Divisão do conhecimento segundo Garnier, Castilho e Rivara	101

Abreviaturas

ADE	Arquivo Distrital de Évora
AHBN	Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional
AHESAG	Arquivo Histórico da Escola Secundária André de Gouveia
Apresent.	Apresentação
Arm.	Armário
Art.	Artigo
BGEI	Boletim Geral do Estado da Índia
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
BPE	Biblioteca Pública de Évora
CADLEC	Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos
Cf.	Confrontar
Cx.	Caixa
DLEC	Depósito dos Livros dos Extintos Conventos
LRL	Livro de Registo de Leitores
Ms	Manuscrito
N.º	Número
NBPE	Núcleo da Biblioteca Pública de Évora
Port.	Portaria
Vol.	Volume

Quais as características das primeiras bibliotecas públicas portuguesas criadas pelo liberalismo? Este trabalho incide sobre um dos domínios da história da leitura, mais precisamente na análise das bibliotecas públicas e dentro destas, a organização e funcionamento da Biblioteca Pública de Évora sob égide de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.

É objectivo deste trabalho traçar a matriz biblioteconómica do primeiro bibliotecário civil da BPE. Rivara, bacharel em medicina, a leccionar, desde 1838, a disciplina de Filosofia Racional e Moral no Curso de Filosofia, no que viria a ser, o Liceu Nacional de Évora. A partir de Dezembro do mesmo ano acumula com o cargo de bibliotecário da BPE.

Quando assumiu a direcção da BPE, Rivara pouco saberia de trabalho biblioteconómico, porém vê-se confrontado com o grande desafio que a revolução liberal havia lançado: organizar as bibliotecas públicas valorizadas e/ou criadas com o património bibliográfico das livrarias dos extintos conventos. Para dar resposta a esta necessidade, o bibliotecário empreende uma série de contactos, em busca de estratégias de organização, catalogação e classificação do espólio bibliográfico. Numa primeira fase, com os seus homónimos nacionais, nomeadamente, Herculano na Biblioteca da Ajuda e Balsemão na Nacional. A insuficiência de respostas a nível nacional levam Rivara a empreender contactos com bibliotecas europeias, principalmente, a Biblioteca Real de Bruxelas, onde exercia o cargo de bibliotecário, Leopold Auguste Constantin. Este era o autor do livro de cabeceira de Rivara, no que respeita à organização do trabalho biblioteconómico – *Bibliothéconomie ou nouveau Manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques*.

Podemos dividir a dissertação em duas partes, a primeira constituída pelos três primeiros capítulos que pretende preparar terreno para uma plena compreensão da segunda. O primeiro capítulo foi destinado ao enquadramento, esclarecendo a época de transição entre as Luzes e o Liberalismo, numa perspectiva geral; e a história da leitura, do livro e das bibliotecas em particular.

No segundo capítulo tenta-se demonstrar possíveis continuidades e rupturas entre o fundador iluminista, Cenáculo; e o bibliotecário romântico, Rivara. Finalmente, no último capítulo da primeira parte traça-se uma biobibliografia de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, de forma a perceber tendências e acções desenvolvidas enquanto bibliotecário.

A segunda parte pretende ao longo de três capítulos captar a estratégia empreendida por Rivara, ao nível da gestão da colecção, e desta forma evidenciar as dinâmicas da Biblioteca Pública de Évora em meados do século XIX.

O tema do quarto capítulo é tentar compreender como se processavam as arrecadações do património bibliográfico dos extintos conventos como parte integrante de uma política cultural e estrutural do próprio regime liberal, visando o alargamento do conhecimento a camadas mais vastas da população, assim como a emergência de uma nova concepção do saber.

O quinto capítulo prende-se com a gestão da colecção, ou seja, as estratégias empreendidas por Rivara no sentido de adaptar a colecção às necessidades da comunidade que pretende servir. As formas utilizadas para atingir este fim foram a incorporação, doações, permutas e vendas; assim como a elaboração de catálogos e a respectiva arrumação dos livros facilitando o acesso às obras. Os relatórios anuais constituíam como que uma análise no sentido de melhorar o desempenho do estabelecimento, um outro meio de consegui-lo eram as influências nacionais e estrangeiras de onde Rivara tentava extrair boas práticas e adaptá-las ao funcionamento e organização da BPE.

O público é a razão de existir de uma biblioteca. Desta forma, o sexto capítulo trata das estratégias empreendidas por Rivara com o objectivo de atrair leitores: a valorização, actualização e conservação da colecção; as parcerias, e o parecer desfavorável de Rivara quanto à constituição da biblioteca do Liceu.

Pensamos que estudo poderá contribuir para o conhecimento da forma como Rivara geriu a colecção da BPE, em meados do século XIX, e as estratégias utilizadas para a simultaneamente conservar e divulgar o espólio. Este estudo pode constituir o ponto de partida para outras investigações, não só aprofundar aspectos específicos da actividade de Rivara, como prosseguir no tempo com bibliotecários desta instituição, como por exemplo, Augusto Filipe Simões.

Metodologia

O método de investigação utilizado na elaboração desta dissertação foi o qualitativo, embora com recurso aos métodos quantitativos, sobretudo na análise da colecção da BPE, publicação de obras, assim como na análise da estatística de leitores. De entre a grande variedade de métodos de investigação qualitativa usada em ciências sociais e humanas, costumam-se destacar, como mais relevantes os seguintes: métodos etnográficos, *grounded theory*, investigação-acção e estudo de Caso.

A investigação baseada no estudo de caso é a investigação qualitativa mais comum, e a utilizada nesta dissertação. Esta metodologia permite estudar em profundidade um fenómeno no seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre fenómeno e contexto não são claras. O estudo de caso também se pode prestar a investigação quantitativa, em moldes claramente positivistas.

O método de estudo de caso é especialmente indicado para investigações isoladas, dado que proporciona uma oportunidade para estudar, de forma mais ou menos ampla, um determinado aspecto. O estudo de caso tem sido definido como sendo «termo global para uma família de métodos de investigação que têm em comum o facto de se concentrarem deliberadamente sobre o estudo de um determinado caso»(cf. Adelman:1977). Este tipo de método extravasa a simples história ou descrição de um acontecimento ou facto. Tal como em qualquer outra investigação, os dados são recolhidos sistematicamente, a relação entre variáveis é estudada e o estudo é planeado metodicamente (cf. Bell:2002:23). Um estudo de caso interessa-se sobretudo pela interacção de factores e acontecimentos. A utilidade deste método na investigação em questão revela-se extrema, uma vez que tomando apenas em consideração um caso prático (ideia de biblioteca em Cunha Rivara) pode obter-se a ideia completa desta interacção (dinâmica da biblioteca pública em meados do século XIX). A grande vantagem deste método consiste no facto de permitir ao investigador a possibilidade de concentrando-se num caso específico ou situação conseguir identificar os diversos processos interactivos em curso.

Os estudos de caso podem ser levados a cabo com o intuito de observar e consubstanciar uma investigação. Um estudo bem sucedido fornecerá ao leitor uma

ideia tridimensional e ilustrará relações, questões e padrões de influências num contexto particular (cf. Bell: 2002: 24).

Situando-nos apenas no aspecto a estudar: a ideia de biblioteca de Cunha Rivara, a sua acção obriga a chamar os métodos quantitativos, nomeadamente no que respeita à análise de estatísticas presentes no Relatório de 1850. Estas dão-nos preciosas informações que ajudam a delinear a matriz biblioteconómica de Rivara.

Fontes

Tendo por objectivo caracterizar a matriz biblioteconómica do primeiro bibliotecário civil da Biblioteca Pública de Évora, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, foi elaborado um levantamento exaustivo das fontes primárias existentes na instituição em causa. Apesar da BPE albergar a maioria das fontes que nos permitem estudar o objecto em estudo, o certo é que para aperfeiçoar informações e estabelecer relações, foi necessário recorrer a outras instituições como o Arquivo Distrital de Évora, ao Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional e ao Arquivo Histórico da Escola Secundária André de Gouveia.

Rivara, deixou-nos inúmeros documentos que nos permitem traçar com algum rigor a sua actividade biblioteconómica, assim como actividades paralelas. Contudo, a dificuldade foi encontrar as fontes. Arrumados em pastas com nomes sugestivos, pareciam à primeira vista, conterem a chave que nos permite de uma só vez, não só caracterizar a matriz de Rivara, como compreender as dinâmicas das BPE na primeira metade do século XIX. A desilusão segue-se ao abrir as pastas, com documentos pouco significativos. Mas, como a persistência deve ser qualidade que qualquer investigador deverá ter, foi necessário observar atentamente todos os documentos que constituem o Fundo Rivara, no período compreendido entre 1838 – 1879. Sendo por regra, a persistência sempre recompensada, no meio de manuscritos com o preço das eucaristias, lá aparecia um Relatório de Rivara acerca do estado da Biblioteca, passando mais algumas centenas de documentos sobre Sociedades agrícolas e cartas religiosas, descobrimos a primeira estatística de Rivara acerca da “vitalidade” da Biblioteca, ou mesmo um questionário do Ministério do Reino sobre o estado e funcionamento da biblioteca e as respostas correspondentes por parte do bibliotecário.

Pegando em fontes pouco exploradas, procurou-se, com a sua análise estabelecer simultaneamente uma visão globalizante e integrada das mesmas,

tecendo e percebendo coerências e conexões entre elas. A virgindade das fontes, e mesmo do próprio tema obrigou-nos a consultar uma vasta bibliografia secundária, na sua maioria lateral em relação ao objecto de estudo. Sempre que possível, sem querer alongar as delimitações temáticas da dissertação, procurou-se estabelecer pontos de ligação e divergência entre a realidade francesa e portuguesa. Desta forma, ensaia-se o que poderá no futuro vir a constituir um interessante estudo comparativo da história das bibliotecas em França e Portugal.

No Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional a pesquisa foi bastante facilitada por indicações de fontes bibliográficas, citemos por exemplo, a obra de Paulo Barata, e as inúmeras obras de Manuela Domingos. Para esclarecer a acção de Rivara enquanto professor do Liceu foi necessário recorrer ao Arquivo Histórico da Escola Secundária André de Gouveia.

Os periódicos constituíram igualmente uma fonte de extrema importância na elaboração desta dissertação. Enquanto jornalista, Rivara publicou milhares de artigos dispersos por dezenas de periódicos nacionais e estrangeiros. Foi por isso necessário pesquisar sobre o número e temas dos artigos dados ao prelo pelo bibliotecário.

Desta forma, as peças de um *puzzle*, que ao início teimavam em não encaixar, começaram a pouco e pouco a ganhar forma desenhando em primeiro plano a matriz biblioteconómica de Rivara, e como pano de fundo contextualizador, as dinâmicas da Biblioteca Pública de Évora nos meados do século XIX.

Capítulo 1- Da Época da Razão ao Tempo da Nação

1. Uma época de transição: das Luzes ao Liberalismo

Pretende-se com esta contextualização compreender qual a influência do movimento iluminista no desencadear do liberalismo. Segundo Isabel Nobre Vargues, a Revolução é filha das Luzes (cf. Vargues:1997:529). Contudo, esta questão não deixa de ser polémica.

As luzes são as mentoras do processo revolucionário, preparando a geração que o irá desencadear (cf. Pereira: 1982:484). Não só em Portugal, mas por toda a Europa, as Luzes preparam os movimentos revolucionários dos fins do século XVIII, inícios do XIX.

É o iluminismo que vai colocar em causa o absolutismo, defendendo os princípios da liberdade, tolerância e separação de poderes, caminha-se assim em direcção ao liberalismo.

A penetração das luzes em Portugal foi lenta e tardia, processando-se ao longo de três momentos distintos, correspondendo aos reinados de D. João V, D. José e D. Maria I. Entre os núcleos científicos torna-se claro a necessidade de uma renovação e actualização cultural a que as Luzes haviam aberto caminho. Exemplo disso foi a actividade do Duque de Lafões e do abade Correia da Serra no sentido de criar a Academia Real das Ciências (cf. Torgal *in* Mattoso:1993:549). É a partir desta altura, finais do século XVIII, que se começam a disseminar por Portugal sociedades económicas, literárias e patrióticas com a finalidade de divulgar a instrução e promover o fomento económico.

Apesar de todos os obstáculos colocados pela censura à entrada de obras de filósofos e enciclopedistas, autores apelidados de heréticos, como Bayle, Rousseau, Diderot e Montesquieu, entre outros, torna-se nítido no nosso país em finais do século XVIII a influencia da vaga revolucionária provocada pelas Luzes e que foi acolhida pela geração pré-romântica que facilmente a adoptou (cf. Graça e Silva Dias:1980, vol. I). Neste contexto, os estrangeirados têm uma importância fulcral, em contacto com a Europa mais avançada, foram eles os principais agentes de divulgação do ideário iluminista. As reformas do Marquês de Pombal, a nível pedagógico e a criação da Academia Real das Ciências no reinado de D. Maria I são disso exemplo (cf. Torgal *in* Mattoso:1993:549).

As Luzes consagram assim a Revolução liberal portuguesa de 1820 (cf. Vargues: 1997:538). Apesar da crítica, o que se torna cada vez mais claro é a influência directa das ideias desses autores, lidos e relidos pela maioria dos letrados portugueses desde os finais do século XVIII. Confessa-o Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara nas suas *Memórias Biográficas*: «Condillac e Tracy eram os filósofos mais modernos conhecidos em Portugal (...). Li e reli uma pequena colecção dos filósofos do século XVIII que o meu tio possuía e principalmente as obras completas de Condillac...»¹.

Logo em 1821 reconheceu-se o atraso de Portugal no que respeitava ao gosto pela leitura, sendo necessário difundir os conhecimentos por todas as pessoas. Para tal é constituída uma sociedade tradutora que teve como sócios, entre muitos outros, Joaquim Maria Sinval e Julião Rolland. Condillac, Tracy, Condorcet, Cabanis e Volney são apenas alguns dos nomes invocados pelos nossos liberais como autoridades máximas (cf. Vargues:1997:533). De entre estes, Volney conhecerá em Portugal grande êxito com a obra *Catecismo da lei natural ou princípios físicos da moral deduzidos da organização do Homem e do Universo*. Este catecismo vai provocar o aparecimento de muitos outros que os liberais elegeram como instrumento de instrução do povo denotando uma preocupação pedagógica que havia sido herdada das Luzes.

2. A instrução como estratégia liberal

A imprensa e os livros haviam sido os meios ideais para a propagação das Luzes, sendo também através deles que se promoveu a instrução e formação dos povos no novo regime constitucional. Ligado à imprensa e ao novo regime surge o nome de Alexandre Herculano. Muito ligado às lutas liberais exila-se em 1831, em Inglaterra com passagem por França, onde frequenta sobretudo bibliotecas. Em 1834, a vitória liberal alterou de forma profunda as estruturas de Portugal.

Era necessário dotar Portugal de estruturas que o conduzissem à civilização. Desta forma, é criado em 1834, o Conselho Geral de Beneficência como instrumento civilizador, à semelhança de museus e bibliotecas. Estes últimos eram em muito o efeito da supressão dos conventos, decretada definitivamente no dia seguinte à

¹ - Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara e Álvaro Neves – *Memórias biográficas de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara e seguidas de bibliografia do padroado português no Oriente*, 1929, p. 17-18.

capitulação de D. Miguel I. O que os conventos guardavam ciosamente, passava, no liberalismo, a pertencer a todos e portanto, necessários à instrução (cf. França:1993:69).

No século XIX, a elite intelectual portuguesa considerava a escola como um instrumento de regeneração da nação, dela dependiam as possibilidades de progresso material e moral do país. Esta atitude está bem patente nos relatórios que antecedem as reformas de Passos Manuel em 1836 e D. António da Costa em 1870.

O liberalismo português caminhava assim no sentido das nações civilizadas da Europa.² A instrução vai ser encarada pelo liberalismo como o veículo da civilização.³

Após a vitória do liberalismo foi criada uma comissão para propor um plano de estudos, isto é, para generalizar a instrução primária, dado que o ensino público era considerado o elemento principal de civilização dos povos. Esta comissão lança um apelo a todos os sábios nacionais e estrangeiros pedindo-lhes «memórias, trabalhos e lembranças»⁴(França:1993:70).

A civilização deveria ser “construída” tendo por base a instrução. Passos Manuel prová-lo-á pelas reformas dos estudos primários e secundários, pela criação de conservatórios e academias, escolas politécnicas e liceus, museus e bibliotecas, quer pela acção reformista que levou a cabo na Universidade de Coimbra.

A instrução pública era um assunto dominante no preocupado século XIX, esta seria um dos alicerces para a construção da civilização herdada das Luzes⁵. A instrução ocupava os reformadores portugueses muito influenciados por Guizot.⁶ Os românticos como Garrett, Herculano e Castilho dedicaram-se igualmente a esta preocupação liberal, embora com perspectivas distintas. Portugal encontrava-se, em meados do século, num dos últimos lugares da Europa, no que respeitava à instrução. Castilho construiu um método de ensino de leitura inspirado no pedagogo

2 - Em meados do século XIX, Portugal situava-se entre os países europeus que apresentava a taxa de analfabetismo mais elevada da Europa. Carlo Cipolla na obra *Instrução e desenvolvimento no Ocidente* considera diversas variáveis correlacionadas com a alfabetização: a industrialização, as inovações tecnológicas e por consequência a necessidade de assalariados devidamente preparados, a predominância do protestantismo e a urbanização.

3 - O século XIX depositou na questão da instrução o instrumento para ultrapassar todas as dificuldades com as quais a sociedade se debatia. Este entusiasmo assentava em pressupostos de raiz iluministas: optimismo moral, crença no progresso, e ideia de homem perfectível. As realizações conseguidas por outras nações europeias como a Prússia, Bélgica, Suíça e Alemanha incentivam a inteligência nacional a debater de forma permanente a questão da instrução.

4 - Crónica Constitucional de Lisboa, n.º 105 de 23 de Novembro de 1833.

5 - De acordo com Justino Magalhães no artigo «Alfabetização e funcionamento do regime liberal» in Revista Portuguesa da Educação, 3 de 1990 e na obra *Ler e escrever no mundo rural do Antigo regime*, um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal podemos dizer que a consciência de se ser alfabetizado era condição sine qua non para o exercício de determinados direitos de cidadania, uma constante no pensamento liberal.

6 - Lei de Guizot sobre a instrução popular de 28 de Junho de 1833. Também Guizot via nas bibliotecas e museus um excelente complemento para a instrução dos povos. Os grandes progressos que as bibliotecas francesas registam durante o século XIX devem-se-lhe a ele.

francês Lemare⁷. Este método baseava-se num sistema de associação entre imagens e sons, mas não alcançou sucesso em Portugal⁸. Contudo, para Castilho o único meio de alcançar a felicidade era através da instrução.⁹

Várias foram as associações culturais que nasceram por todo o país. Estas constituem instrumentos pelos quais o liberalismo pretende colocar em prática a sua estratégia de progresso: Liberalismo – Associações culturais – instrução – Progresso/Felicidade. Nasceram assim a Sociedade de Ciências Médicas e de Literatura no Porto; Sociedade de Amigos das Letras; Sociedade Escilástico-Filarmónica, Grémio Literário, entre muitas outras (cf. França:1993; Domingos:1985 e Rebelo:2002). A finalidade era sempre a mesma: instrução e cultura. Muitas destas associações iniciaram a publicação de anais, uma vez que desejavam propagar conhecimentos úteis no domínio da vida quotidiana e promover melhoramentos na indústria, imprensa, agricultura como por exemplo os *Anais de Solano Constâncio* (cf. Vaz:2003:46,56). Sociedade Promotora, Sociedade Propagadora ou mesmo Sociedade Civilizadora são designações que aparecem com alguma frequência.

Herculano, sempre preocupado com a instrução e com a construção da cidadania, realiza-a no «Panorama – Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis». Herculano entendia que era verdadeiramente importante «introduzir em todas as classes da sociedade, o amor da instrução; porque este é o espírito do nosso tempo» (*O Panorama*:1837). Denota-se aqui o propósito de democratização do saber. O redactor romântico apresenta ao estrato popular do liberalismo uma proposta de generalização da instrução como via de promoção cívica, fundamental para usufruir do estatuto de cidadania, ou seja, o saber é a condição do poder (cf. Reis:1997:36). Herculano considerava que era nos periódicos que se faz a aprendizagem de ser livre, os liberais da primeira metade do século XIX têm a consciência de que a «verdadeira

7 - Este método foi dado à estampa com o nome de *Leitura repentina* em 1850. A terceira edição saiu com o nome *Método português de Castilho*.

8 - Numa carta de António de Feliciano de Castilho ao redactor do *Arquivo Pitoresco* publicada no mesmo periódico em 1864 (p. 54), Castilho vê a instrução como um problema bastante complexo:

«...nem os que sabem ler, e governam, e dirigem e podem muito, curam como devem da instrução do povo, nem o povo da cobiça, a aprecia, nem lhe suspeita sequer utilidade: é uma dívida milenar dos grandes aos pequenos, que nem os grandes pagam (...) nem a maioria dos pequenos reivindica. É pois um mal complexo (...). O tratamento é difficilissimo, sem dúvida, e cheio de perplexidades»

9 - António Feliciano de Castilho publica uma brochura em 1854 intitulada *Felicidade pela instrução* - António Feliciano de Castilho Barreto Noronha - *Felicidade pela instrução*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1854.

educação de um povo faz-se nos jornais» (*O Cosmopolita*, n.º 1 de 20 de Novembro de 1843).

Outro movimento exemplar é o das colecções literárias e populares. Estas últimas eram verdadeiras enciclopédias de conhecimentos úteis que apresentavam um baixo preço, um volume reduzido e uma apresentação cuidada (cf. Domingos:1985 e Ribeiro:1999). São exemplos do que melhor se fazia nesta área nos meados do século XIX, o *Panorama*, responsável pela Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, assim como a *Revista Universal Lisbonense*.

3. A tríade Liberalismo – Romantismo - Nacionalismo

Segundo Vítor Hugo, o liberalismo associa-se ao romantismo e chega mesmo a confundir-se com ele (cf. França: 1993:7). 1834 marca assim o início do processo romântico. Não é por acaso que tanto Herculano como Garrett reflectem um estado de espírito de grande exaltação nacionalista que marca todo o ideário romântico português (cf. França: 1993:93 - 105). É precisamente a tríade: Liberalismo – Romantismo – Nacionalismo que marca esta época.

A visão histórica de Herculano é norteada pelos princípios românticos, valorizando o nacionalismo, o património, como a história, são portadores de um valor simbólico, e daí a função pedagógica exercida pelos livros de pedra, relação entre passado e presente (cf. Pacheco:1997:101). O *Panorama* submete-se a um moralismo nacionalista com preocupações de difusão do romantismo europeu e Herculano, que com Garrett partilha a primeira geração romântica, protagoniza um discurso nacionalista derivado da ideologia liberal.

O liberalismo tem um carácter afincadamente nacionalista, de influencia marcadamente francesa, apesar das primeiras fontes do romantismo português serem de origem germânica, via Marquesa de Alorna (cf. Álvaro:1979:81).

Nos inícios do século XIX abre-se uma série de autores descobertos por Madame Stäel. Goethe, ainda que traduzido somente nos anos 40 por Rivara, e que serve de justificação a Garrett, e Schiller que entusiasma Herculano. É inútil procurar entre os primeiros românticos portugueses nomes como Novalis, Armin ou Kleist. «Os nossos românticos não seriam capazes de penetrar nestes autores. O caos do *Sturm und Drang*, não podia convir a uma geração que assumia a responsabilidade

de criar um universo ainda iluminado pelas Luzes do século XVIII» (França:1993:95-96).

O intelectual romântico assumiu-se como educador, e defendeu que só uma revolução profunda poderia ajudar à construção de uma nova sociedade. A literatura romântica devia ter a capacidade de dar voz à alma nacional. É esta a missão que explica que o romantismo tenha sido inseparável de um projecto de refundar a nação, nacionalizando desta forma a cultura (cf. Beirante:1997:21-29). O Romantismo, pode dizer-se que tenha sido, um historicismo devido ao papel educativo e formativo que atribuíam ao passado; à grande influência dos estrangeirados (Torgal *in* Mattoso:1993:465).

Um texto que Herculano publica no Porto em 1835, é particularmente importante:

«Diremos somente que somos românticos querendo que os Portugueses voltem a uma literatura sua [...]: que amem a sua pátria mesmo em poesia: que aproveitem os nossos tempos históricos, os quais o cristianismo com a sua doçura, e com o seu entusiasmo e o carácter generosos e valente destes homens livres do Norte que esmagaram o vil império de Constantino, tornaram mais belos que os dos antigos [...] que substituam os Gregos pela nossa mitologia nacional na poesia narrativa: e pela religião, pela filosofia e pela moral na lírica» (Herculano: 1982; IX).

Em Março de 1838, na revista *Panorama* que dirigia e que tinha um enorme sucesso junto de um público novo, ávido de leitura, Herculano publicava a sua primeira novela histórica, narrativa sucinta dum acto heróico ocorrido no século XVI. Desde 1837 começara a publicar, nesta revista, os *Quadros da História de Portugal*, arriscava-se agora para além do domínio da documentação, procurando animar uma cena dramática. Herculano foi o primeiro a apresentar este género literário ao público (França:1993:130).

Herculano: bibliotecário, tinha uma formação e uma paciência de arqueólogo e a história era para ele o instrumento mais útil da reforma nacional. Para Herculano, apenas Walter Scott contava como modelo. Nesta esteira encontra-se Rivara que publica em 1840, o romance *Um Feiticeiro (Chronicas da Inquisição¹⁰)* (cf. *Panorama*, 1840).

10 - O esboço manuscrito deste romance encontra-se na BPE, Arm. V-VI, n.º 19, 15(d) e 15 (e).

Para Herculano, Walter Scott constitui uma fonte profunda: era ele o inspirador da sua missão de romancista histórico. Scott está presente no paradigma de literatura que Herculano criou em Portugal. Scott é portanto um modelo a seguir, percebendo a utilidade fundamental da literatura romântica em Portugal (cf. França:1993:131).

O romance histórico, característico do Romantismo, encontra várias linhas de interesse da época: o nacionalismo, o gosto em investigar o passado nacional, o medievalismo, preferência pela Idade Média, com os seus monumentos, lendas, superstições e mistérios (cf. França:1993;Beirante:1997 e Pires: 1979).

Herculano afasta-se de Scott na interpretação da finalidade do romance histórico. A intenção de Scott era distrair em primeiro lugar e só depois instruir. Herculano não achava suficiente que os leitores se distraíssem a ler as suas obras, queria também que as aproveitassem e ficassem a conhecer, com toda a verdade, certos períodos da história e que se entusiasmassem pelos exemplos passados (Pires:1979:75).

O Romantismo português tem influências claramente francesas. No domínio da história cite-se Guizot, e também Thierry. Na poesia é flagrante a influência de Lamennais (França:1993:111).

Durante a primeira metade do século XIX estabeleceu-se entre o liberalismo e o nacionalismo uma conexão íntima. Como por exemplo o fracasso das revoluções de 1848, em grande parte motivada pelo egoísmo nacionalista dos diversos movimentos nacionais.

O nacionalismo moderno nasceu como produto do romantismo político para o qual a vida política da nação era concebida como a expressão de uma vontade colectiva (Bonifácio:1998:30).

Guy Hermet localiza a emergência do nacionalismo sob a expressão «morte dos reis, nascimento da nação» (Hermet:1996:67), ou seja, destruição das legitimidades dinásticas em proveito da legitimidade nacional liberal, vertida nos estados-nações que são ainda os de hoje (cf. Hermet: 1996).

Hagen Schulze afirma que o processo histórico de construção dos Estados europeus foi longo, moroso, multifacetado, prolongando-se desde a emergência da Europa feudal até ao triunfo do liberalismo oitocentista (cf. Schulze:1997).

Invocando a dicotomia já abordada por Hermet, das duas ideias de nação «política subjectiva» para a Revolução francesa; «cultural objectiva» para o

Romantismo. A Schulze interessa sobretudo fixar que, com o século XIX, chegou a era das nações populares, e por isso do nacionalismo.

É da conexão entre os três conceitos: liberalismo – romantismo – nacionalismo que emergem as bibliotecas como instrumentos concretizadores de uma das maiores preocupações da época: a instrução do povo.

4. Da história da leitura à história das bibliotecas

As publicações sobre a história da leitura dão a ideia de alguma vitalidade do tema em Portugal, embora se manifeste com maior intensidade noutros países da Europa como Espanha, França e Inglaterra, assim como nos EUA. A vitalidade deste tipo de estudos em Portugal deve-se à influência anglo-saxónica e francófona.

O estudo da história da leitura assim como das áreas adjacentes: o livro e bibliotecas vêm adquirindo grande importância, da qual falaremos mais adiante. Esta interdisciplinaridade é importante para o progresso e sucesso dos estudos.

Para Thorndike, ler é raciocinar, enquanto que para Arthur Gate a leitura é uma simples competência mecânica. Para Huey é uma actividade que gerava e manipulava o pensamento (Cit in Loureiro:1998:37-38). Para João Luís Lisboa, ler é um acto de comunicação e um indicador cultural (Lisboa:1991:41). Qualquer que seja a definição que possamos dar de leitura, ela incluirá explícita ou implicitamente o conceito de competência. Esta, quando treinada (aqui são chamadas à cena as bibliotecas, os gabinetes de leitura e os periódicos, fundamentais na formação da opinião pública) põe em acção as várias capacidades do pensamento/raciocínio.

Mas podemos avançar com definições um pouco mais amplas, como aquelas que nos são apresentadas por Furtado. «Ler é uma prática social, uma vez que a leitura pode servir como operador de discriminação, sendo assim um instrumento de poder» (Furtado: 2000:189). Da mesma opinião partilha Manguel (cf. Manguel: 1998:220). Furtado avança com outra acepção, «ler como forma de sabedoria, a partir do momento em que é concebida como comunicação», encarnando no conceito de João Lisboa, entre o sujeito (leitor) e o conhecimento. A leitura transforma-se assim numa via (Furtado: 2000:190). Finalmente, podemos apresentar uma outra definição, das muitas que Afonso Furtado exhibe na obra *Ecologias do livro e da leitura*, ler enquanto método. «Ler bem é decifrar criticamente os textos, aqui ler é uma actividade para desenvolvimento do espírito crítico. Ler torna-se um método,

na medida em que consiste em organizar, de forma crítica, o saber» (Furtado: 2000:191). Não podemos considerar esta definição como demasiado elaborada para o século XIX, uma vez que o processo de desenvolvimento da opinião pública começa em finais do século XVIII.

Importa contudo realçar a dificuldade em conhecer esta realidade. É impossível dizer, de forma objectiva, quem leu o quê num determinado espaço e tempo. Berguer ilustra esta dificuldade da seguinte forma: «la lecture est un comportement impossible à cerner autrement que par des approches successives qui permettent d'en saisir des aspects différents sans pouvoir les appréhender à la fois» (Cit in Furtado : 2000:97).

A história da leitura encontrou poderosos apoios, no campo cultural - na história da alfabetização e da escolarização, assim como na difusão e uso do impresso; no campo político, no liberalismo.

Afonso Furtado provoca a discussão acerca do tema da história da leitura com a afirmação: «não existe a leitura, mas as leituras, diversas, plurais e sobretudo possuindo diferentes legitimidades. Por isso sempre houve leituras perigosas». (Furtado: 2000:226). A observação de Furtado é pertinente e comprova o que atrás se disse, a história da leitura apoia-se na história da alfabetização. Desta forma, depois de ensinar a ler os novos leitores, era necessário ensinar-lhes a ler bem, indicando-lhe o que deviam ler. O caso mais flagrante foi o romance, nomeadamente quando os novos leitores eram mulheres ou oriundos das camadas populares. Esta era considerada uma leitura de pura evasão, uma leitura nefasta e perversa que exalta a imaginação (cf. Furtado: 2000:226).

Esta desconfiança em relação à leitura de romances vai encontrar acolhimento na mentalidade dos bibliotecários do século XIX. Poulain refere que esta atitude é característica de uma visão técnica da leitura partilhada por muitos bibliotecários: o romance repousa.

Jean Hassenforder estuda a relação entre o empréstimo de romances e o de obras documentais. Este autor conclui que uma percentagem escassa de empréstimos de obras documentais indicia que o desejo de evasão é superior ao desejo de documentação e instrução (cf. Hassenforder:1967). Podemos encontrar neste estudo um fio condutor que nos conduz aos modelos de leitura no século XIX. Estes são teorizados por Barthes e Compagnon. Admitem a existência de dois modelos opostos: a leitura cristã e a leitura liberal. Este último pretende ser uma

leitura de instrução, mas paralelamente de fruição, divertimento, desejo e evasão. Esta leitura é condenada pelo modelo cristão de leitura, a que se junta mais tarde, o modelo da escola republicana (que condena igualmente o modelo liberal, embora por razões diferentes). Estes modelos são fortemente prescritivos, ditam escolhas e estabelecem os livros recomendados, condenando as leituras perigosas (Cit in Furtado: 2000:227). É por isso que os teóricos desta tese admitem que o modelo de leitura liberal é apenas tolerado, nunca encorajado.

Esta tese em nada nos deve surpreender. O absolutismo português, nomeadamente o miguelista, foi exemplo da divisão entre as leituras perigosas, e por isso proibidas e das leituras oficiais. Como é obvio, uma multidão de analfabetos é mais fácil de controlar e governar que uma comunidade de indivíduos letrados com espírito crítico desenvolvido pela prática da leitura.¹¹ A única solução para o Governo é limitar-lhe o âmbito de aplicação (cf. Manguel: 1998:280), daí a teorização dos modelos de Barthes e Compagnon.

Manguel na obra *Uma história da leitura* relembra Voltaire no seu panfleto designado «Sobre o horrível perigo da leitura», considerava este espírito iluminado, que a ignorância era uma das salvaguardas dos Estados bem policiados. A censura surge como forma de limitar o poder da leitura (cf. Manguel: 1998 :281).

Roger Chartier questiona: «Peut-on caractériser les temps des lumières comme celui d'une révolution de la lecture ?» (Chartier : 1997b:265). Para responder a questão tão complexa, parece de capital importância traçar um breve panorama da história da leitura tendo como espaço temporal os séculos XVIII – XIX, e a Inglaterra, França e Portugal como actores protagonistas. Interessa saber, se possível, quem lia, o que se lia, e onde e como se lia.

Os estudos de história da leitura em Portugal parecem indicar uma lentidão notória na evolução da mesma no nosso país, face aos outros Estados europeus. Uma vez que esta circunstância tem obviamente implicações no estado actual das leituras em Portugal e conseqüentemente na missão das bibliotecas, considerou-se de interesse abordar com mais profundidade este assunto. Para isso, procurou-se fazer a comparação entre Portugal, Inglaterra e França recorrendo às questões e conceitos base avaliados habitualmente nos estudos de história da leitura, e não fazer uma mera descrição da situação em cada país no período de tempo

¹¹ - Recuperando a definição de José Afonso Furtado, leitura como método, onde explicitamente se fazia corresponder a leitura a uma técnica de aperfeiçoamento do espírito crítico.

considerado, o que seria mecânico e não espelharia de modo eficaz as diferenças que se pretendem destacar.

Deste modo, procurar-se-á fazer uma caracterização dos hábitos e práticas relacionados com a obra escrita, isto é, traçar um breve esquema da história da leitura para os espaços geográficos e o tempo considerados, embora englobando elementos referentes à obra no seu ponto de vista físico e abordando nomeadamente os processos de produção e circulação do livro (história do livro), bem como referências históricas a autores e tendências literárias da época em causa, isto é, alguns elementos de história da literatura. Os três são indissociáveis, e essenciais para se realizar de modo o mais abrangente possível a análise que se pretende. Será também necessário abordar brevemente a história das ideias e a história social e política dos três países nos séculos aqui considerados, uma vez que a história da leitura se encontra grandemente influenciada por este tipo de condicionalismos, sendo esses mesmos que determinam o desenvolvimento diferente que se irá tentar explorar nas diferentes entidades político/ geográficas aqui em causa.

5. Da Europa das Luzes à Europa liberal: uma história da leitura

No período considerado, e em relação ao caso inglês, assistimos a uma massificação e, porque não dizê-lo, democratização do acesso ao livro que, segundo John Brewer, teria sido impossível no século anterior, por não existirem ainda todas as condições que neste período se desenvolveram: «It is impossible to imagine someone in seventeenth century Britain, regardless of their social position, who would have been able to live this kind of literary life.(...) Readers had acquired privileges that were undreamt of a century earlier» (Brewer: 1997:184).

Assim, na Inglaterra do século XVIII deu-se um grande alargamento da esfera do público leitor com destaque para o aumento do público feminino, do socialmente desfavorecido, e do não clerical. Os artesãos e operários acompanham os ricos mercadores quer na motivação quer na facilidade de aceder a livros e periódicos; a população rural vê o número de instituições de acesso ao livro aumentar na sua área assim como nas cidades (não falando já no número de vendedores ambulantes que fazem as suas incursões nas áreas rurais levando entre as suas mercadorias também o material impresso); os estratos populacionais laicos, mas sempre em

busca de instrução religiosa, procuram eles próprios os escritos sagrados. A isto não é alheia, certamente, a forte implantação da Reforma Protestante, que assume contornos de poder político em Inglaterra, tornando-se religião de Estado. O Anglicanismo, tal como as outras divisões do Protestantismo criadas após a secessão de Lutero, preconiza o fim dos mediadores (padres) entre os fiéis e a Bíblia.

A questão da Reforma Protestante pode justificar, em parte, o aumento da procura do material impresso em França, onde os Calvinistas, apesar de perseguidos, fazem parte da população que procura as obras religiosas para as ler autonomamente. Também neste país assistimos nos séculos XVIII-XIX a um grande incremento da procura de material impresso por uma camada alargada da população, embora como afirma Roger Chartier essa população se compunha de «(...) les lecteurs et les lectrices les plus experts» (Chartier: 1997b:268).

No entanto, a visão da época (presente quer em textos, quer em representações pictóricas), inflamada pelas ideias iluministas da universalidade da razão, tem uma percepção dessa evolução que insiste «(...) sur l'universalité nouvelle de la lecture, présente dans tous les milieux sociaux, dans toutes les circonstances et tous les lieux de l'existence. A les entendre, une véritable «rage de lire» s'est emparée des populations citadines, mais aussi rurales, passionnées de lecture» (Chartier: 1997b:268). Como veremos, através de um outro texto, Chartier considera que esta visão é um pouco desfasada, nomeadamente no que diz respeito às leituras camponesas, que ele vê como idealizadas por um grupo de «(...) burgueses esclarecidos empenhados no mundo da República das Letras»(Chartier:1998:143), desmistificando inclusivé a ideia das leituras ao serão como sendo mais um lugar comum vigente na época do que a realidade do mundo camponês, como será revelado mais adiante.

No caso francês, não podemos também deixar de considerar o importantíssimo papel desempenhado pela Revolução de 1789 no aumento da motivação das populações para procurar escritos de índole política e social, esclarecedores dos seus novos direitos e da nova ordem social. Aqui, supomos, começa a esbater-se a diferença em termos de acesso a livros, e especialmente periódicos e escritos panfletários, entre as populações urbanas e rurais.

E quanto a Portugal? Não tendo no nosso país existido implantação da Reforma Protestante, nem uma Revolução do povo, quais as motivações que

levariam as pessoas a ler mais, e que pessoas eram essas? Fernando Guedes revela-nos, citando Albert Silbert e Jorge Borges de Macedo, que «(...) não só a pequena e média burguesia urbana, «pequenos artífices e pequenos mercadores, quase sempre necessitados de dinheiro (eram) pouco sensíveis ao movimento intelectual dito das Luzes e, certamente, muito menos aos ensinamentos dos «Pervertidos Filósofos» que a Real Mesa Censória exorcizava, mas também porque(...) apesar de todos os precursores e de todas as simpatias, a Revolução Francesa interessava pouco, no plano de acção prática, a população e mesmo as elites» (Guedes:1987:81-83).

Deste modo, conclui-se que é pouco claro quem, nesta época em Portugal, procurava aceder ao material impresso. «Onde, como, e quantos eram os leitores? Qual a diferença entre leitor e estudante?»(Gouveia in Mattoso:1993:446) são questões em aberto, numa época em que o país se encontrava a braços com um processo de mudanças políticas. Neste período pôs-se em causa todo o sistema de ensino português, não estando ainda criadas as condições para um ensino público generalizado das primeiras letras, pelo que se torna difícil saber o que liam as populações, para além das elites esclarecidas e/ ou estudantis, ainda criadas no contexto do ensino privado ou jesuítico, que o Marquês combateu com todo o seu poder.

Podemos através destes dados concluir da importância da questão da literacia na motivação das populações para a leitura, e sabendo que em Inglaterra e França estavam já criadas condições para um aumento notável da alfabetização das respectivas populações (nomeadamente, sabemos que na Inglaterra de meados do século XVIII a literacia masculina é de 60%, sendo a feminina de 40%, (através do texto de John Brewer), não é de estranhar que em Portugal seja apenas no século XX que se atingem níveis de alfabetização semelhantes aos dos dois países referidos. Nesta altura, tornar-se-á mais fácil avaliar quem é o público leitor e como se distribui em termos de espaço geográfico, social e cultural.

Como obtém o público acesso ao material impresso, e nomeadamente, se existe uma instituição cuja função é proibir a presença de certos livros nos (poucos) locais de compra? Mais uma vez encontramos um contraste entre as situações vividas em Portugal e as encontradas em Inglaterra ou França.

Especialmente no caso de Inglaterra, é notável como neste período se dá uma “explosão” de locais onde se pode obter acesso aos livros, e não necessariamente através da sua compra. John Brewer refere que é neste período que se dá a separação entre os locais de venda exclusiva e os locais de empréstimo (apesar de considerar que não há ainda um local de exclusivo acesso a livros, pois todas as instituições de que fala se dedicam também à venda de artigos diversos), elencando estes de forma exaustiva: “circulating libraries”, assim chamadas porque colocavam em “circulação” os livros; “subscription libraries”, em que o empréstimo era feito mediante o pagamento de uma quota; “book clubs”, os quais reuniam para ler materiais do tipo efémero, panfletário; e finalmente, para as classes sociais mais desfavorecidas, também as paróquias, com destaque para as não-conformistas, e até os cafés, ofereciam aos seus frequentadores a possibilidade de ler, respectivamente, panfletos e sermões ou periódicos noticiosos.

Em França, e dando reforço à ideia da existência de um clero “regenerado” pelas Luzes, e já não tão tradicionalista, Chartier revela-nos que alguns párocos colaboram na criação de bibliotecas de empréstimo, e que a possibilidade de ler sem comprar era também facilitada pela existência de sociedades de leitura.

Em Portugal, e pela acção da já referida “Impressão Régia” e respectiva loja, bem como pelo comércio do livro entregue quase totalmente a livreiros de origem francesa (cujos catálogos se foram gradualmente aproximando do que era aceitável pelo poder político), como nos diz Fernando Guedes, assegurava-se a presença no mercado dos livros aprovados pela Real Mesa Censória. Esta conferia ainda licenças a determinadas entidades para que pudessem ler alguns dos livros que eram proibidos, segundo revela o mesmo autor (cf. Guedes:1987).

Mas como já vimos, se não podiam ser obtidas por meios legítimos, as obras acabavam por chegar ao país trazidas de viagens ao estrangeiro como “contrabando” por certos eruditos, nomeadamente diplomatas, que viajavam pela Europa. Finalmente, não podemos esquecer que o papel da Real Mesa não se limitava apenas a proibir, e que através dos impostos colhidos nas localidades e que constituíam o chamado “Subsídio Literário”, esta instituição não só coordena esforços no sentido do estabelecimento de um sistema de ensino público elementar como também estabelece uma Biblioteca que se torna uma das mais avançadas do país (cf. Gouveia in Mattoso:1993:434-436).

Esta junta-se, segundo Fernando Guedes, à Biblioteca Real da Ajuda e à do Colégio dos Nobres, todas elas instituições com o directo patrocínio do Marquês de Pombal. Sabemos ainda, através da investigação de Maria Adelaide Salvador Marques, citada por António Camões Gouveia na *História de Portugal* coordenada por José Mattoso, que no litoral do país encontramos «(...) maior concentração de Bibliotecas e presumíveis leitores(...)» (Gouveia in Mattoso:1993:421), e que a região da Estremadura, com destaque para a cidade de Lisboa, detinha destas o maior número. Nota-se ainda, aqui, uma preferência pela fixação dos meios culturais nas grandes cidades e, sobretudo, no litoral onde se desenrolava a maioria dos movimentos comerciais, isto é, a submissão da cultura ao poder económico que mesmo nos nossos dias observamos constantemente.

À questão como se lia, obriga-nos a falar de estilos e práticas de leitura, as condicionantes mais humanas que se devem ter em conta ao traçar um panorama da história da leitura. Alguns teóricos defendem que foi por volta desta época que se deu a viragem de um estilo de leitura “intensivo” (em que os poucos livros existentes eram lidos e relidos religiosamente, citados quase de memória, e quase sacralizados por serem tão raros) para um estilo “extensivo” (perante uma maior quantidade de livros, surgem novas abordagens como a leitura numa única ocasião, o “folhear”, a leitura não linear, o abandono do livro para ler mais tarde, a dessacralização do objecto que agora é de muito mais fácil acesso).

No entanto, como referem Brewer e Chartier, os dois estilos não se excluem, sendo antes relacionados como tipo de livro que se lê e com a relação, meramente instrumental ou quase sentimental, que os leitores com eles estabelecem. Deste modo, diz-nos Brewer, «Perhaps it is more accurate to say that the change in reading practices was not from «intensive» to «extensive», but to more varied reading, ranging from repeated and careful examination of some texts to the perfunctory perusal of others» (Brewer:1997:162-163).

Chartier é talvez ainda mais claro nesta análise, quando nos dá exemplos de leitores “extensivos” anteriores a esta época: «Pensons aux lettrés humanistes. Les deux objets emblématiques de leur manière de lire sont la roue à livres, qui permet de lire plusieurs livres à la fois, et le cahier de lieux communs qui reçoit en ses rubriques les citations, les exemples et les informations recueillies par le lecteur(...)» (Chartier :1997b:266). Dá-nos ainda o exemplo, também abordado por Brewer, daqueles leitores que se deixam “invadir” pelos acontecimentos do romance, género

novo, e deixam que a sua vida se governe por ele, identificando-se com o herói, lendo e relendo vezes sem conta, citando de memória as partes preferidas, enfim, praticando um verdadeiro estilo intensivo de leitura. Vemos, assim, que uma dicotomia deste tipo não pode ser aplicada de forma exclusiva a uma determinada época, isto é, que as práticas se confundem e coexistem no tempo.

Perante estas considerações, como eram formados os gostos e os hábitos do público-leitor? Pela leitura do texto de Brewer, podemos verificar que se vinha formando uma elite esclarecida, cujo exemplo máximo é talvez Samuel Johnson, criador do primeiro dicionário inglês, defensora de que era o crítico literário, pela sua acção educativa, que devia tentar chegar ao público e promover a leitura de obras edificantes, bem como o espírito crítico em relação a todo o material a que se tinha acesso. A verdade é que se o público leitor possuía as taxas de alfabetização necessárias para ler cada vez mais e maior variedade de obras, raros eram os que exerciam esse espírito crítico. É nesta época que se generaliza, então, o combate à chamada "Literatura recreativa", aos contos, romances e literatura de cordel que lentamente se disseminavam, provocando a frivolidade, o escapismo, as práticas sociais e domésticas contrárias aos bons princípios cristãos que segundo as elites deviam vigorar na sociedade.

Também Chartier se refere a esta tendência, fazendo notar que o público visado era o feminino, e que a prática condenada era a da leitura retirada, secreta. Refere ainda os discursos médicos (que frisava os efeitos destrutivos deste tipo de Literatura pela imobilidade do corpo, excitação dos nervos e sobretudo pela tendência que, segundo eles, se criava para a hipocondria); cristão (com a condenação dos maus exemplos contidos nesse tipo de obras) e filosófico (motivo platónico da expulsão dos poetas da República; literatura recreativa como uma corrupção de um meio que deveria servir a missão superior de educar o ser humano).

Em Portugal, como já vimos, e nos frisa Fernando Guedes, os próprios catálogos dos livreiros independentes foram ao longo dos tempos adaptando-se aos géneros aprovados, pelo poder central através da Oficina de Impressão Régia e respectiva loja, para além de termos a Real Mesa Censória como controladora dos materiais que se liam no país. Certamente, que das suas listas de livros aprovados não constavam esses romances corruptores dos bons costumes e princípios

cristãos, que incitavam especialmente as mulheres a viver numa realidade, que não era a aprovada pela Igreja nem pelo Estado.

Parecem ter ficado suficientemente provadas, em relação às questões que nos colocámos, as diferenças notórias na evolução dos hábitos de leitura nos três países e no espaço de tempo que medeia o fim das Luzes e o despertar liberal, e especialmente no que se refere ao óbvio atraso que a situação portuguesa parece ter, segundo os dados de que dispomos, em relação a Inglaterra, de longe o país com a evolução mais rápida e notável, mas também a França, onde motivações de cariz essencialmente político mobilizaram as populações e as incitaram a procurar a informação e o material impresso.

Vimos como o poder político, no caso português, se esforçou por fazer o controlo das obras que chegavam às mãos do público, e não podemos ignorar os esforços feitos pelos autores, filósofos, religiosos e políticos letrados, em Inglaterra e França para educar e formar os gostos dos leitores. Não podemos esquecer as críticas feitas pelos próprios médicos na altura chamada “Literatura light”, nem a oposição, mais ou menos velada, às leituras do público feminino.

O facto é que o século XVIII, se se constituiu, como nos diz Chartier, apenas «(...) une des révolutions de la lecture- et non la révolution de la lecture» (Chartier:1997b:266), a verdade é que a enorme “explosão” de tipos de leituras, conseguida através de preceitos legais e sem dúvida também graças à evolução dos processos tipográficos, bem como ao aumento da literacia das populações, prefigurou também uma grande fragmentação do conhecimento. Este já não podia ser controlado ou dominado na perfeição por uma mão-cheia de “sábios” a quem o público reverenciava. A ordem estabelecida ficava ameaçada, e sem possibilidades de voltar atrás.

6. Da leitura intensiva à leitura extensiva: uma revolução na leitura?

A leitura evolui, a partir dos fins do século XVIII, na direcção da extensão assumindo formas diferentes entre os distintos grupos sociais (cf. Darnton:1992).

Michael Harris afirma que a prática da leitura em voz alta deve-se a uma convenção cultural que associa o texto e a voz. Jean Leclerc refere, partilhando esta opinião, que se lê, principalmente, não com os olhos, mas com os lábios. Trata-se

assim de uma leitura acústica. Chartier afirma mesmo que durante a Idade Moderna a leitura em voz alta era pretexto para diversas formas de sociabilidade.

A leitura passa para a intimidade. Até ao princípio do século XIX, a leitura tradicional intensiva, repetitiva era dominante. A privatização da prática da leitura é para Chartier, uma das mais importantes evoluções da modernidade.

O Iluminismo é um momento decisivo na história do livro e da leitura, gozando de uma conjuntura favorável a diversos níveis. Vejamos, para além da retoma da economia europeia, entra-se no tempo das revoluções: a americana, a francesa e a inglesa, embora em quadrantes distintos. Assiste-se a um aumento demográfico, à revolução nas comunicações e a alterações sociais de fundo que vão favorecer os movimentos de alfabetização.

Estas inovações cruzam-se com outras que no seu conjunto contribuem para que o livro e outros impressos assumam quase o aspecto a que estamos hoje familiarizados.

Podemos então falar de uma revolução da leitura na segunda metade do século XVIII. A leitura extensiva, ao contrário da intensiva, era dinâmica, recorria a uma variedade de textos e procurava a novidade quer numa perspectiva de entretenimento, quer de informação (cf. Rebelo: 2002). O país pioneiro deste processo de extensão, no entender de Robert Darnton foi a Alemanha, onde existia um número significativo de elites locais, sobretudo uma burguesia culta que contestava o monopólio da informação detida, até então, pela Igreja (cf. Rebelo:2002).

Para Rolf Engelsing, a revolução da leitura caracteriza-se pela passagem de um período, entre a Idade Média e a Idade Moderna (1750), em que se lia de forma intensiva, e em que as pessoas tinham um escasso número de livros – Bíblia, Almanques e alguns livros de devoção, que liam insistentemente, memorizando e recitando-os, ouvindo-os e decorando-os. Passa-se para o período pós 1750, em que a leitura se tornaria extensiva. O novo leitor que se apodera da Alemanha no tempo de Goethe, é um leitor diferente: «lê toda a espécie de materiais impressos (...) lê-os avidamente e com rapidez» (Cavallo; Chartier: 1997:33).

Bodecker vê a leitura extensiva de uma outra perspectiva. Leitura extensiva enquanto sinónimo de leitura silenciosa e individual. Para Bodecker, esta nova leitura remete-nos também para uma leitura secularizada, pois a leitura começa lentamente a desligar-se dos usos religiosos, porque tratava-se de uma leitura de

numerosos livros profanos. Esta extensividade da leitura pode também significar consumo que por sua vez conduz a uma alteração radical da atitude do leitor para com o texto.

Esta dedução é facilmente compreendida. A leitura intensiva e repetitiva supunha que o leitor estivesse convicto do carácter inesgotável do texto lido. Da análise da obra de Bodecker fica a impressão de que a leitura intensiva pode associar-se ao espírito dogmático e por sua vez à sacralização, ao passo que a leitura extensiva pode associar-se ao espírito crítico e por sua vez ao profano.

Desta forma, segundo a tese de Bodecker, a passagem da leitura intensiva à leitura extensiva coincide com a dessacralização do impresso.

David Hall parece seguir a linha de pensamento de Engelsing e apresentarnos um caso prático: a transformação dos hábitos de leitura dos habitantes da Nova Inglaterra entre 1600 – 1850. Mas centremo-nos no contexto geral. Este autor apelida de *traditional literacy* o facto do núcleo elementar de leitura se situar no contexto religioso; a escassez do impresso e o hábito de repetição. Todos estes factores estão envolvidos no modo e qualidade da leitura como um estilo (Hall in Chartier:1995:56 – 57).

O livro e a leitura ocupam um novo lugar na consciência pública. O modelo de leitura transforma-se, passa-se de critérios de recepção que eram autoritários e académicos para critérios que são emocionais e individuais (cf. Bodeker, in Vincenzo Ferrone e Daniel Roche:1998:91).

Ter-se-á verificado uma revolução da leitura no século XVIII? Chartier, Cavallo e Darnton estão entre os autores que manifestam algumas dúvidas acerca da existência dessa revolução. Por um lado, encontramos muitos leitores extensivos no tempo da leitura intensiva, por outro lado, no século XIX, tempo de leitura extensiva por excelência, especialmente entre os leitores de Richardson, Saint-Pierre, Rousseau e Goethe, desenvolve-se a mais intensiva das leituras, em que Furtado, ousa mesmo dizer que o romance quase substitui o texto religioso (cf. Furtado: 2000:61).

Deve-se acrescentar, que para os leitores mais humildes, e também mais numerosos, a leitura conserva traços de uma prática rara que supõe a escuta e memorização – evoca-se assim a literatura de cordel.

João Luís Lisboa situa-se no rol dos que não têm dúvidas acerca da existência de uma revolução da leitura no século XVIII. Afirma que «várias questões estão

associadas à caracterização das mudanças consideradas revolucionárias: a sua massificação e banalização, as mudanças no peso de tipos e géneros, as mudanças de funções sociais, as mudanças a nível de produção e distribuição, além de se saber se existe ou não, o transitar de uma leitura predominantemente intensiva, feita do revisitar dos mesmos textos, para uma outra extensiva, própria dos jornais e dos folhetos de cordel, feita da passagem rápida por muitos textos» (Lisboa: 1997a:11).

Chartier é mais moderado ao pronunciar-se sobre a existência de uma revolução da leitura no século XVIII (cf. Chartier:1997a:267-268) podemos deduzir que Chartier não está plenamente convicto da tese da revolução, para ele trata-se mais de uma pluralidade das maneiras de ler (cf. Chartier:1997a:63). Mas, pela conjuntura que conduz a uma transformação gradual dos estilos de ler, Chartier vê-se obrigado a admitir a hipótese de revolução.

Furtado resolve as interrogações e dúvidas de Roger Chartier «chame-se-lhe "revolução", "linha divisória" ou apenas "descontinuidade", estas considerações parecem indicar que o último quartel do século XVIII representa um ponto de viragem, um momento em que mais material impresso se torna acessível a um público cada vez mais largo e em que os suportes se tornam bem reconhecíveis» (Furtado: 2000:63).

No século XIX coexistem várias formas de leitura. A leitura oral, praticada em voz alta, era ainda frequente entre grupos masculinos, ela subsiste, quer no círculo de sociabilidade burguesa, quer nos meios rurais e operários. A leitura silenciosa ganha cada vez mais leitores, sobretudo nas cidades, nas classes mais elevadas e entre o público feminino. Exemplo vivo disso, é a imagem da leitora solitária, que constitui na época um tema recorrente da literatura e da pintura. (cf. Manguel: 1998:218).

Segundo Manuela Tavares Ribeiro, a leitura pública é incentivada desde os inícios do século XIX com a criação de gabinetes de leitura, e posteriormente com o aparecimento das bibliotecas públicas e a instituição das bibliotecas populares (cf. Ribeiro: 1999:191). Leitura pública é outra expressão muito utilizada durante o século XIX para designar leituras colectivas feitas em voz alta e em público, ocorria por norma, onde o índice de analfabetismo era mais elevado (cf. Rebelo: 2002:73).

Hilário Hernandez na Conferência internacional realizada em Évora em Outubro de 2005: "Bibliotecas para a vida: literacia, conhecimento e cidadania"



apresentou uma comunicação intitulada «Lectura e información en las bibliotecas públicas».¹² Nesta comunicação, o autor afirma a tendência para identificar as bibliotecas públicas e a leitura, até ao ponto em que as primeiras são muitas vezes designadas como centros de leitura.

Entramos assim no campo das bibliotecas. Como já foi referido, a história da leitura entrecruza-se com a história das bibliotecas, e ambas prestam contributos importantes para o progresso individual de cada uma, e para uma compreensão mais abrangente do campo em que as duas se movimentam.

7. História das bibliotecas: o estado da arte

Entre as diversas orientações que a história da leitura assume pode dizer-se que o estudo das bibliotecas, em geral, e no Antigo Regime em particular, tem constituído um dos principais vectores de pesquisa. Este fenómeno estende-se praticamente a todos os países da Europa e à América do Norte. Em França destacam-se os trabalhos de Frédéric Barbier¹³, Arlette Boulogne¹⁴, Richard Figuiér¹⁵, Jean Hassenforder¹⁶, Martine Poulain¹⁷, Noe Richter¹⁸, Olivier Tacheau¹⁹, Dominique Varry²⁰ e Daniel Roche²¹, para referir apenas os de maior impacto na história das bibliotecas francesas e no âmbito da história comparativa. Na Bélgica destaca-se Bruno Liesen²² e nos Estados Unidos da América, Michael Harris e Elmer Johnson²³. Em Espanha, Hipolito Escolar²⁴, Bernabé Bartolomé Martínez²⁵,

12 - Hilário Hernandez - «Lectura e información en las bibliotecas públicas» in Conferência "Bibliotecas para a vida: literacia, conhecimento e cidadania". Évora, 27 a 29 de Outubro de 2005.

13 - Frédéric Barbier - L'empire du livre, le livre imprimé et la construction de l'Allemagne contemporaine (1815 - 1914). Paris, Editions du Cerf, 1995.

14 - Arlette Boulogne - Les bibliothèques populaires en France de 1860 à 1880: Rôle joué dans leur développement par la Ligue de l'enseignement et la Société Franklin. Paris : Université Paris, 1984.

15 - Richard Figuiér - La bibliothèque. Paris: Autrement, 1991.

16 - J. Hassenforder - Développement compare des bibliothèques publiques en France, en Grande-Bretagne et aux Etats-Unis dans la seconde moitié du XIX siècle(1850 - 1914). Paris : Cercle de la librairie, 1967.

17 - Martine Poulain - Les bibliothèques publiques en Europe. Paris : Cercle de la librairie, 1992.

18 - Noe Richter - Les bibliothèques populaires. Paris: Cercle de la librairie. 1978.

19 - Olivier Tacheau - Une approche des politiques culturelles des villes au XIX siècle : le developpement comparé des bibliothèques municipales de Dijon et de Besançon (1816 - 1914). Dijon, 1994.

20 - Dominique Varry (dir) - Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la Révolution et du XIX siècle (1789 - 1914). Paris : Promodis, Cercle de la librairie.

21 - Daniel Roche - «La memoire du monde» in La bibliothèque (dir. De Richard Figuiér). Paris : Autrement, 1991.

22 - Bruno Liesen - Bibliothèques Populaires Publiques en Belgique (1860-1914). Liège : Éditions du CLPCF, 1990.

23 - Michael Harris e Elmer Johnson - History of libraries in the Western World. New York: The Scarecrow Press, 1976.

24 - H. Escolar - Historia de las bibliotecas. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1990.

25 - Bernabé Bartolomé Martínez - «Las bibliotecas públicas y la lectura» in Augustin Escolano (dir) - Leer y escribir en España: doiscientos años de alfabetización. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992, p. 309 - 333.

Agustín Escolano²⁶ Manuel Carrión Gútez.²⁷ Em Portugal, o estudo do livro, da leitura e das bibliotecas teve algum incremento no decurso da década de noventa, contudo com menor intensidade e labor que os congéneres europeus.

Um balanço da investigação em Portugal na área da biblioteconomia do século XVIII – XIX encontramos mestres de referência como sejam Olímpia Loureiro com a obra *O Livro e a leitura no Porto no século XVIII*; Manuela Domingos nas múltiplas obras sobre a Biblioteca Nacional de Lisboa²⁸ ou Henrique Barreto Nunes²⁹ sobre a Biblioteca Pública de Braga e outras bibliotecas minhotas. De referir ainda Paulo Barata com *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*.

Podemos encontrar artigos recentes e de extrema importância para o impulso e desenvolvimento nesta área. É o caso de João Lisboa, e principalmente Artur Anselmo. Um estudo do grupo de trabalho GILL (Grupo Interdisciplinar da História do Livro e da Leitura) no artigo « 350 títulos para a história do livro e da leitura em Portugal » in *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, Volume IX, 1997 apresenta uma lista de 350 títulos, dos quais cerca de um terço foram já publicados nos anos 90. Mais recentemente, em Abril de 2000, organizou-se na Biblioteca Nacional uma exposição intitulada « Estudos Portugueses sobre a História do Livro e da Leitura (1995 – 1999) », da qual resultou um catálogo com a descrição de 177 títulos. Em Évora, por ocasião da comemoração do bicentenário da BPE foi organizada uma conferência internacional: « Bibliotecas para a vida: literacia, conhecimento e cidadania ». Esta constituiu um espaço de debate entre especialistas e curiosos sobre o tema das bibliotecas. Uma outra forma de assinalar o bicentenário da biblioteca foi o lançamento das Actas do Simpósio Cenáculo – *Frei Manuel do Cenáculo: um construtor de Bibliotecas* (Vaz&Calixto:2006). Este fervor em torno da História do livro, da leitura e das bibliotecas dá a ideia de alguma vitalidade deste tema em Portugal (cf. Lisboa: 1997b:105 – 112).³⁰

26 - Agustín Escolano – *Leer y escribir en España: doiscientos años de alfabetización*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992.

27 - Manuel Carrión Gútez – *La Biblioteca Nacional*. Madrid: Biblioteca nacional, 1996.

28 - «A caminho da Real biblioteca pública: dois documentos», (1990); Biblioteca nacional: *Crónica dos 200 anos*, (1992); «Para a história da Real Mesa censória», (1992); «A primeira biblioteca pública portuguesa 1775 – 1795», (1994); Biblioteca Nacional de Portugal, (1994); ; *Materiais para a história da Biblioteca Nacional*, (1994); «Olhares de viajantes estrangeiros sobre a Real Biblioteca Pública da Corte (1796 – 1822) », (1994); *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional* (1995).

29 - *Uma Biblioteca para Viana* (1989); *Crónica dos 150 anos da Biblioteca Pública de Braga* (1991); «Bibliotecas públicas: o livro para entender o mundo». (1994); *Da Biblioteca ao leitor* (1996); «Para conseguir a sabedoria nada há de tão útil e de maior necessidade que uma biblioteca pública», (2005).

30 - Este autor apresenta uma excelente síntese de tudo o que se tem feito no âmbito da história do livro e da leitura, assim como nas áreas adjacentes. O título do artigo apresentado é ilustrativo do seu conteúdo: «Sobre a investigação actual em história do livro e da leitura».

A investigação sobre bibliotecas têm ainda um longo caminho a percorrer. É necessário proceder a um esforço de quantificação, com o objectivo de conhecer o seu número e natureza dos fundos disponíveis, a forma como se organizavam e o público que serviam ou pretendiam servir. Só deste modo é possível compreender o significado e a importância social das bibliotecas, seja enquanto agentes de mudança, seja na preservação dos valores estabelecidos. O livro é encarado neste contexto numa dupla dimensão: enquanto elemento/instrumento de cultura e instrumento de poder.



O vocábulo «biblioteca» resulta da fusão de dois elementos, *biblion* que significa livro e *thékê* que significa armário ou caixa. Etimologicamente, biblioteca significa sala ou lugar onde se guardam livros (cf. Loureiro Pinto:1938:7).

Ao longo do tempo foi-se alterando o conceito de biblioteca. Até ao século XVIII, o termo livraria era preferível ao de biblioteca. Não obstante, ainda em meados do século XIX os dois conceitos eram, por vezes, utilizados como sinónimos. Mas, em 1858, o *Dicionário* de Moraes distinguia já, de forma bastante clara, os dois conceitos: biblioteca, local onde os livros se encontram devidamente organizados e catalogados, enquanto que livraria é o local onde se encontram livros dispostos com fins comerciais (cf. Viana:1958:8-9).

Com a emergência da leitura extensiva e o alargamento do número de leitores, cresce de forma exponencial o «consumo» do impresso.

No século XVIII, as bibliotecas eram ainda em número escasso, as existentes satisfaziam apenas as necessidades dos eruditos e investigadores. O preço do livro não estava, em meados do século XIX, acessível às camadas populares, daí que se tenham desenvolvido gabinetes de leitura.

O público-alvo destes gabinetes era formado pela pequena e média burguesia e até mesmo pelas camadas populares. Estes estratos ambicionavam novos espaços de sociabilidade cultural que surgem precisamente como resposta às mudanças de práticas de leitura e ao aumento do número de leitores (cf. Bernardo:1992).

Os gabinetes de leitura ampliaram o universo de acesso aos livros funcionando como uma espécie de lojas de leitura, de empréstimo de livros a preços módicos facilitando o acesso a todos aqueles que os não podiam adquirir. Mas, nem

todos os gabinetes tinham fins comerciais. Muitos integravam-se no âmbito de actividades desenvolvidas por associações culturais, educativas ou profissionais.

Maria Ana Bernardo demonstra-nos que de entre os Círculos de sociabilidade burguesa, o eborense era um dos mais elitistas. Dispunha de uma sala de leitura de gazetas, jornais e produções literárias de política, artes, ciências e de literatura tanto nacionais como estrangeira.

Os gabinetes de leitura tinham assim objectivos sociais, contudo haviam sido concebidos como instituições destinadas essencialmente à burguesia. A falta de recursos barrava a entrada ao público mais humilde. Contrariamente aos gabinetes parisienses, os portugueses foram predominantemente lojas de alugar livros e não locais de leitura (cf. Guedes: 1987).

Na cidade de Évora aparece-nos em 1848, a Loja de Livros e Gabinete de Leitura de V. J. da Gama que com um reduzido *catálogo dos livros que se alugam* ofereciam 95 espécies. (Guedes:1987:92). Para além dos múltiplos gabinetes de leitura que abriram em Lisboa e Porto foram ainda criados gabinetes em Loulé e Coimbra (1835), Angra do Heroísmo (1837), Évora (1848). Já na segunda metade do século XIX os governos civis aprovaram estatutos de associações que consignavam a abertura de gabinetes de leitura em localidades como Bragança, Chaves, Vila Real, Guimarães, Braga, Barcelos, Trancoso, Soure, Abrantes, Santarém, Portalegre, Vila Viçosa, e Lagos (cf. Bernardo:1992)

Em 1835 foi criado em Coimbra, a Sociedade Conimbricense dos Amigos da Instrução, a qual segundo o artigo 3º dos seus Estatutos iria criar um gabinete de leitura «onde se achem jornais de politica e científicos, tanto portugueses como estrangeiros, e bem como livros e quaisquer outros manuscritos ou impressos, mapas e estampas, que fundos da Sociedade permitirem»³¹. Eram seus promotores um certo número de personalidades, alguns futuros catedráticos ilustres da Universidade e eruditos como Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.³²

Esta Sociedade Conimbricense, à semelhança de outros, inscrevia-se num âmbito mais amplo de instrução. Começam a nascer gabinetes de leitura ligados a Associações, nomeadamente operárias, cujo principal objectivo era a instrução da classe.

31 - ADE - Pasta: Subsídios para a história da Biblioteca Pública - Estatutos da Sociedade Conimbricense dos Amigos da Instrução. Cunha Rivara era membro honorário desta Sociedade.

32 - Cf. ADE - Subsídios para a História da Biblioteca Pública: Certificado de membro honorário do Sociedade Conimbricense dos Amigos da Instrução.

Por tudo o que atrás ficou dito, os gabinetes de leitura representavam círculos de sociabilidade, onde se debatiam ideias dos mais variados quadrantes, desde do domínio político até ao cultural conduzindo à formação da opinião pública.

Os gabinetes de leitura precederam o projecto liberal de fundação das bibliotecas públicas coexistindo, substituindo e complementando-as.

7.1. Rumo à Biblioteca Liberal

Podemos procurar os antecedentes da revolução Liberal no consulado do Marquês de Pombal. Os estrangeirados tiveram aqui um papel crucial. A sua influência fez-se sentir sobretudo na renovação das mentalidades e no campo do ensino. Eles foram a mola impulsora que levaram à substituição do paradigma inaciano por um novo modelo, o iluminista (cf. Torgal *in* Mattoso:1993:49).

Os fundos documentais das livrarias jesuítas foram incorporados nas bibliotecas emergentes. Em Coimbra, o património bibliográfico passou para a biblioteca da Universidade. Em Lisboa, passou para a Real Mesa Censória, e após a extinção desta para a Real Biblioteca Pública da Corte (cf. Barata:2003:4).

O triunfo das ideias liberais em 1834 vai conduzir à criação de diversas bibliotecas em todo o país, anunciando a fundação da Biblioteca Municipal do Porto em 1833, cujo decreto (Decreto de 9 de Julho de 1833) que a instituiu afirma que o estabelecimento de bibliotecas públicas é o complemento de todo o sistema educativo (cf. Barreto Nunes:1996:26-27).

A confiscação dos bens das ordens religiosas tinham por finalidade a posterior distribuição pelas bibliotecas públicas criadas ou a criar nas capitais de distrito. Esta incorporação é-nos documentada na obra de Paulo Barata *Os Livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*. O autor pretende «demonstrar a existência de uma política coerente de gestão do património bibliográfico dos conventos extintos como parte integrante de uma política cultural, estrutural ao próprio regime liberal visando o alargamento do conhecimento a mais vastas camadas da população e a todo espaço nacional – «[...] a criação de bibliotecas públicas nas capitais de distrito e de bibliotecas dos liceus» (Barata.2003:17).

Para Raul Proença, Portugal sempre foi um país muito avesso às coisas das bibliotecas, como de resto a todas as formas de actividade moderna. Rodrigues de

Abreu, bibliotecário de Braga, cavava assim em terreno virgem ao dedicar-se às coisas das bibliotecas. Lá fora na Alemanha, na Inglaterra, na Itália, e secundariamente na França já a ciência das bibliotecas fazia sensíveis progressos – numa fase ainda sincrética. «A Alemanha ocupava então o *leading place* entre as nações» (Proença:1920:43) Pois, «o ceptro ainda lhe não caíra das mãos para pertencer, de indiscutido direito, aos grandes mestres norte-americanos, aqueles que criaram o tipo moderno de bibliotecário, que fizeram entrar a biblioteconomia numa fase de organização técnica e elevaram a função de bibliotecário à altura de uma verdadeira profissão» (Proença:1920:43).

Ainda não se tinha publicado a obra que se deve considerar como a pedra angular da literatura biblioteconómica no mundo – *Public Libraries in the U.S. of América*, saído em 1876. Era, pois, a Alemanha, antes dos EUA entrarem em cena, a nação que detinha a chefia do movimento, com os trabalhos de Ebert, Schrettinger, Zoller, Petzholdt, e muitos outros (cf. Proença:1920:45).

7.2. Bibliotecas públicas nos EUA e Inglaterra

Um dos fenómenos mais importantes na história das bibliotecas foi o aparecimento das bibliotecas públicas nos países anglo-saxónicos, Estados Unidos e Inglaterra, principalmente, em meados do século XIX. Com elas pretendia-se originariamente proporcionar livros para a sua formação moral e profissional, e também para recreio, as classes sociais cujos membros não tiveram acesso em séculos anteriores não só ao livro, mas também à aprendizagem (cf. Escolar:1990:404).

Esta questão traz à luz a instrução das classes populares, visto que a leitura baseada na ideia de que sem dispor de leituras adequadas, o esforço de aprender a ler resultava na inutilidade. Este problema tratou de resolvê-lo as organizações religiosas com a pretensão de melhorar a formação espiritual e moral dos leitores, depois associações de usuários que desejavam fundamentalmente melhorar a sua formação profissional e cultural. Frente a estes primeiros intentos foi abrindo-se caminho à ideia de que o problema era importante, que afectava toda a sociedade e que as bibliotecas deviam ser para todos e sustentadas por fundos públicos (cf. Escolar:1990:405). Podemos afirmar, que «la formación moral y profesional fueron la

dos grandes corrientes que incidieron en la creación de las bibliotecas públicas» (Escolar:1990:406).

Existia na sociedade americana uma crença generalizada na perfectibilidade do homem através do ensino e da leitura, e por isso, ambas deveriam ser gratuitas e pagas pelo Estado. Relativamente ao trabalho, a acção da biblioteca podia ser muito importante pela necessidade de preparar os indivíduos para novas profissões (cf. Escolar:1990:413).

Às bibliotecas norte americanas se devem ajudas para a formação de bibliotecários, por terem empreendido estudos e auxiliado o estabelecimento de escolas de biblioteconomia nas Universidades, ou por favorecer a criação do Farmington Plan. Auxiliou a ALA (*American Library Association*) que estudara a melhoria dos serviços da biblioteca, ajudas que permitiram a elaboração de famosos *standards* e concedeu grandes quantidades a diversas bibliotecas, incluindo África, para a aquisição de livros (Escolar:1990:416).

Segundo Hipólito Escolar, na obra *Historia de las bibliotecas*, o seu desenvolvimento nos Estados Unidos conduziu a uma mudança radical na função bibliotecária. As bibliotecas, a partir de então, já não foram consideradas como memórias do passado e arquivos de sabedoria humana, mas sim instituições educativas, e como tal influenciaram fortemente a formação, primeiro da civilização norte americana e depois no resto dos países.

Uma série de bibliotecários norte americanos uniram a sua formação intelectual superior, os seus dotes organizativos tendo uma participação muito activa na criação e funcionamento da ALA, assim como da revista dos bibliotecários norte americanos, *Library Journal*, graças aos quais surgiu, se unificou e difundiu o moderno pensamento bibliotecário. Adoptaram-se técnicas comuns e estabeleceram-se serviços de cooperação que transformaram uma série de bibliotecas totalmente independentes e expostas ao isolamento, intimamente relacionada com as congéneres.

7.3. Bibliotecas públicas na Europa: França, Alemanha e Portugal

Muito distinta foi a evolução durante o século XIX das bibliotecas públicas francesas, que surgiram em consequência da tomada ordenada pelos revolucionários franceses das bibliotecas da Igreja e das dos nobres emigrados (cf. Varry, 4 vols:1991).

As autoridades municipais transformaram os depósitos em bibliotecas públicas, de pouco êxito. Em primeiro lugar porque as obras não tinham interesse para a população dado o seu carácter erudito e pouco actual; depois, porque não concederam, devido ao pouco interesse da população por elas, os recursos económicos necessários para o seu funcionamento e, por último, porque designaram para dirigir, administrar e catalogar pessoas sem qualificação adequada (cf. Desgraves:1991:165-169).

Estas bibliotecas de escassa utilidade, tachadas de elitistas converteram-se num mero refúgio para historiadores e bibliófilos locais. O pecado destas bibliotecas foi o facto de não terem nascido para atender às necessidades informativas e recreativas dos novos sectores sociais, a cada ano mais amplo e com interesse pela leitura. Esta procura de leitura não encontrou resposta nas bibliotecas do estado ou dos municípios.³³

Podemos assim entender que estas bibliotecas nasceram apenas para evitar a perda da grande riqueza bibliográfica dos séculos passados que se considerava património nacional (cf. Escolar:1990:423). Daí a principal preocupação das autoridades em inventariar os fundos. Somando o carácter erudito destes fundos à formação também erudita dos bibliotecários franceses, conservadores, não é surpreendente que as bibliotecas francesas no século XIX viviam de costas voltas para as necessidades da população e sem associar-se ao movimento de leitura pública e popular. Este movimento teve grande sucesso nos EUA e Inglaterra uma vez que existia uma correspondência entre necessidades da população e colecções (livros modernos de carácter científico, técnico e literário).

No começo do século XIX as bibliotecas alemãs sofreram a influência dos efeitos da Revolução francesa e das guerras napoleónicas. Formaram-se como

33 - A mesma inutilidade foi sentida pelas bibliotecas públicas portuguesas, conduzindo António Costa à criação de bibliotecas populares em 1870. O objectivo era o de adequar as colecções às necessidades das populações.

havia sucedido em França, depósitos que terminaram sendo a base das futuras bibliotecas provinciais ou de distrito (cf. Escolar:1990:424).

Não faltou na Alemanha interesse pela leitura pública, mas não chegou a causar um movimento semelhante ao que acontecera nos Estados Unidos ou Inglaterra. Os estados e as cidades tentaram satisfazer a procura, mas os resultados foram muito desiguais devido à falta de uma política nacional. As bibliotecas de alta cultura, tal como as universitárias, dotadas de meios económicos realizaram um bom trabalho. Muitas foram instaladas em modernos edifícios e dispunham de profissionais, que em muitos aspectos da biblioteconomia estavam na cabeça do mundo e deram importantes contributos nos sistemas de catalogação e de classificação dos livros. O código de catalogação principal alemão, *Preussische Instructionem*, influenciou as normas espanholas, apareceu em 1889 (cf. Escolar:1990:424).



Após a Revolução liberal de 1820 surgiram por todo o país diversas associações cívicas. Para além dos objectivos políticos, a instrução popular e a difusão da leitura constavam nos seus objectivos. Com o liberalismo surgiu uma maior abertura de espírito, que se estendeu às instituições, a primeira biblioteca que surge com o advento do liberalismo é a Real Biblioteca Pública do Porto, instituída em 1833 (Rebelo:2002:86). «Cândido Xavier, Ministro do Reino, justifica a criação de bibliotecas públicas como um complemento indispensável à instrução dos habitantes» (Rebelo:2002:86).

Apesar disto, foi só a partir da extinção das ordens religiosas que se criaram as condições para o nascimento de novas bibliotecas públicas. A ideia de aproveitar as bibliotecas dos extintos conventos para com elas se organizarem bibliotecas públicas, em diversos pontos do Reino, foi sugerida pelos exemplos espanhol e francês. Cândido Xavier esteve diversas vezes exilado em França, o que lhe permitiu conhecer de perto o exemplo francês.

A evolução que se verifica a partir do início da segunda metade do século XIX reflecte também uma mudança de perspectiva no que respeita às potencialidades educativas das bibliotecas públicas.

De início, as bibliotecas públicas eram encaradas exclusivamente no plano da formação pessoal, isto é, como um instrumento privilegiado de acesso das camadas populares à cultura das classes privilegiadas. Doravante, a biblioteca é também encarada num plano económico. Ao fazer aceder aos «pobres de fortuna o alimento do espírito, a biblioteca fornece a instrução que é um forte agente de aperfeiçoamento, progresso nacional e felicidade colectiva» (*O Chronista*, n.º 3, de 6 de Março de 1851).



Carlos Rebelo defende a tese de que o aparecimento de bibliotecas populares surge assim como resultado da necessidade de proporcionar às classes populares o acesso à cultura impressa, sobretudo ao livro didáctico e formativo. Sendo a biblioteca popular, uma biblioteca pública, e por isso aberta a todos, ela era essencialmente destinadas às classes humildes, pelo que detinha uma importante função moralizadora.

D. António da Costa era um adepto ferrenho dos progressos da instrução, em particular, da educação popular. Consciente do atraso em que Portugal se encontrava, procurou nos exemplos estrangeiros, a inspiração para as reformas de que Portugal necessitava. Uma delas era precisamente combater a carência de leitura. A fundação de bibliotecas populares resolvia o problema. Para quê ensinar a ler e escrever, se depois as classes populares não tinham onde e o que ler?

D. António da Costa, então Ministro da Instrução, vai ser mentor de uma legislação extremamente avançada para a época, que se tivesse sido aplicada colocaria Portugal ao nível dos países mais evoluídos da Europa. Preconizava-se a organização de uma rede de bibliotecas. Sugeria então a abertura de bibliotecas populares em todas as sedes de concelho.

«Bibliotecas para todos e para cada um»³⁴. Partindo do princípio de que o povo aprende a ler de forma incipiente, o Ministro propunha, de forma a consolidar e treinar a capacidade de leitura, a criação de bibliotecas populares, permitindo a formação profissional e dando acesso aos conhecimentos gerais (cf. Barreto Nunes:1996:27)

34 - Decreto de 2 de Agosto de 1870, instituindo as bibliotecas populares Cit por (Barreto Nunes:1996:27)

A criação de bibliotecas populares não era inédita, esta ideia do ministro reflectia influências do que se havia passado, com algum sucesso, na Alemanha, Bélgica, Suíça, Espanha e até Estados Unidos (cf. Rebelo:2002:178). O ideário liberal, menos romântico e mais consistente, depois de 1851, acabaria por não concretizar na plenitude os objectivos desenhados para o público-alvo, já que fracassou o projecto de estabelecer uma rede nacional de bibliotecas que abrangesse todo o país.

8. O desenvolvimento da ciência biblioteconómica

No século XIX, a leitura ocupou um lugar cada vez mais importante na sociedade. Ocupou um lugar de destaque nas relações sociais e das bibliotecas que se multiplicaram e cresceram de forma mais ou menos proporcional. Este aumento teve implicações no modo de funcionamento e de organização das bibliotecas.

O desenvolvimento da ciência biblioteconómica como a emergência da profissão teve o seu primeiro impulso em França. De Bure publica em 1763 *Bibliographie instructive ou Traité de la connaissance des livres rares et singuliers, disposé par ordre de matières* composta por oito volumes. Em 1769 publica um suplemento intitulado *Catalogue des livres du Cabinet de feu M. L. J. Goignot*. Já no século XIX, Brunet publica em 1820 *Manuel du Libraire et de l'amateur des Livres* em quatro volumes. Este manual havia sido até ao momento, na opinião de Leopold August Constantin, a obra mais útil e esclarecedora em matérias de funcionamento e organização de bibliotecas (cf. Constantin:1841:6).

Nem os ingleses, nem os italianos ou espanhóis se lhe puderam equiparar. De facto, os alemães publicaram uma obra por A. Ebert, mas o autor serviu-se da obra de Brunet para elaborar *Allgemeines Bibliographisches Lexikon* composta por dois volumes saídos entre 1821 e 1830.

Ilustram o século XVIII e XIX no campo da biblioteconomia autores como A. Haller,³⁵ G. Meerman,³⁶ H. de Bosh,³⁷ A. Dupin,³⁸ Gabriel Peignot,³⁹ A. De Remouard,⁴⁰ A. Barbier,⁴¹ e finalmente o já referido Ebert.

35 - Este autor publicou nos finais do século XVIII várias obras, destacando-se *Bibliotheca Botânica* (1771-1772); *Bibliotheca Anatómica* (1774-1777); *Bibliotheca Chirurgica* (1774-75); e *Bibliotheca medicinae practicae* (1776 – 1779).

36 - Publicou em 1765 *Origines typographicae* e três anos antes havia publicado *Admonitio de Chartae nostratis*.

37 - Publicou em Amsterdão em 1796 *Adversaria bibliographie*.

38 - Traz à luz *Bibliothèque choisie, à l'usage des étudiants en droit et des jeunes avocats* em 1828. oito anos antes já havia publicado *Notices historiques, critiques et bibliographiques sur plusieurs livres de jurisprudence, remarquables par leur antiquité ou originalité*.

39 - Publicou ao longo das primeiras décadas do século XIX obras marcantes para o progresso da biblioteconomia. De entre elas destacam-se: *Dictionnaire de bibliologie* em três volumes (1802-1804); *Essai de curiosités bibliographiques* (1804); *Dictionnaire critique, littéraire et bibliographique des livres condamnés au feu* composto por dois volumes (1806); *Répertoire des Bibliographies spéciales* (1810); *Répertoire Bibliographique Universel* (1812). Finalmente em 1825 publica a sua obra de maior renome no campo biblioteconómico, *Manuel du Bibliophile*.

40 - Publicou em três volumes *Annales de l'imprimerie des Alde* (1835) e *Annales de l'imprimerie des Estienne* (1837-1838). A sua primeira obra, e também aquela que mais se destacou foi *Catalogue de la Bibliothèque d'un amateur* composta por quatro volumes publicada em 1819.

41 - Publicou quatro volumes entre 1822 e 1827 intitulados *Dictionnaire des Ouvrages anonymes et pseudonymes*.

Capítulo 2 – Do fundador iluminista ao bibliotecário romântico

1. A Fundação da Biblioteca Pública eborense

Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas assumiu o Arcebispado de Évora em 1802, fundando a Biblioteca pública de Évora três anos mais tarde. Mas, o nome de Cenáculo não está unicamente ligado à fundação da biblioteca alentejana. Este conta no seu currículo com a fundação da Biblioteca da Real Mesa Censória, formando o núcleo inicial do que virá a ser a Real Biblioteca da Corte (cf. Ribeiro:1910:20), mais tarde, Biblioteca Nacional de Lisboa. Ainda em Lisboa, empenhou-se na criação da Biblioteca do Convento de Jesus e em Beja funda mais uma biblioteca.

Para além de estar ligado à fundação destas quatro bibliotecas, contribuiu ainda com donativos para outras bibliotecas e instituições particulares. «Os livros e as bibliotecas têm um lugar central nas preocupações do prelado» (Vaz:2004:483).

Em Évora instalou a biblioteca na ala ocidental do Paço Arquiepiscopal que D. Frei Luís de Sousa tinha reservado para o Colégio dos Meninos da Sé. (Azaruja:2005:19). Silvestre Ribeiro diz-nos que «foi este quarteirão que Cenáculo escolheu para assento da sua livraria, museu e galeria de pinturas» (Ribeiro:1910, Tomo 19:21). Acrescenta ainda que «no ano de 1805, do qual podemos verdadeiramente datar o estabelecimento da Biblioteca de Évora conquanto somente em 1811 fizesse o grande Cenáculo doação das suas riquezas literárias e artísticas à Mitra de Évora» (Ribeiro:1910; tomo 19:51)⁴².

42 - Confrontar com o manuscrito do vigário geral do Arcebispado de Évora que pede a Sua Magestade por intermédio do Governador Civil que seja restituída à Igreja Metropolitana de Évora a Biblioteca da Cidade. Arm. V-VI, n.º 12; 4º, n.º4 (h) e (j) datado de 1844:

«Estando com o favor divino conseguido uma obra, que mereceu os louvores do Príncipe Regente, quando lhe concedeu o decoro e honra de visitá-la, e de muitos sábios e curiosos naturaes e estrangeiros que de propósito buscaram o prazer de vê-la com a maior satisfação da sua alma teve o contentamento de fazer dela, e de tudo o que lhe pertence, para inteira e perpétua doação a esta sua amada Igreja Metropolitana de Évora suplicando ao Supremo Pai das Luzes abençoe e perpetue para sua honra e glória; estando persuadido que não podia dedicar à sua cara esposa uma jóia nem mais útil, nem de maior valor, pois não seria excessivo se a levantasse acima de trezentos mil cruzados». (...)

Parece que não podia ser uma disposição mais expressiva, nem um título mais legal para que esta biblioteca se repute na propriedade da Santa Igreja Metropolitana de Évora, sujeita à inspecção e provimento dos seus prelados: assim se reconheceu até ao ano de 1834, sendo sempre o bibliotecário, e os mais empregados da Biblioteca providos pelos Prelados, e estes considerados como inspectores e Presidentes della. Porém, hoje não é assim, acha-se a biblioteca e seus empregados sujeitos à inspecção do Governo Civil por onde são providos e pagos. Pode ser que quando se fez esta alteração houvesse justos motivos para ella, mas hoje que tudo está já sosegado e pacificado debaixo do Governo de Nossa Magestade parece que já é tempo de se substituírem todas as cousas voltando aos seus competentes lugares e à ordem legal em que devem ficar: do contrário pode resultar que com o lapso do tempo se obscureça o direito de propriedade, e o que é próprio da Igreja se julgue parte dos bens nacionais, como está acontecendo com muitas cousas que sendo próprias da Mitra de Évora andam em conta dos bens nacionais. Arm. V-VI, n.º 12; 4º, n.º4 (h).

No ano de 1811 dotou Cenáculo o ilustre estabelecimento de Estatutos.⁴³ «Em 1813 inicia a organização do museu sob a responsabilidade do bacharel Francisco de Paula Velez Campos e Frei José Constâncio da Cruz que inicia a elaboração do Catálogo da livraria» (Azaruja:2005:20).

A morte do Arcebispo em 26 de Janeiro de 1814 interrompeu os trabalhos da biblioteca e da instalação do museu durante seis meses (cf. Espanca: 1981:226).

Sucedeu ao Arcebispo, Frei Joaquim de Santa Clara que conduziu a biblioteca durante dois anos, mas nada fez para a sua organização e enriquecimento. Segue-se-lhes, já no ano de 1820 o Arcebispo e Cardeal D. Frei Patrício da Silva que reformou o quadro de pessoal, reduzindo-o por Provisão de 3 de Janeiro de 1821 (cf. Espanca:1981:226).

Em 1832 dirige a biblioteca, Frei Fortunato de S. Boaventura, enfrentando a biblioteca sob sua direcção o mais negro período da sua história. O director despediu o bibliotecário e o contínuo, «declarando que taes logares ficavam vagos, e não seriam mais providos» (Espanca: 1981:226).

Os funcionários, o bibliotecário, Joaquim Machado e o contínuo não acataram a ordem de despedimento e permaneceram a título gratuito no exercício das suas funções. Insatisfeito, o Arcebispo ruma para Estremoz para onde manda ir algumas cargas de livros, que entretanto desapareceram. Este conflito só foi ultrapassado em 1834 com a vitória do liberalismo e o consequente exílio do Arcebispo, adepto miguelista. (cf. Azaruja:2005:21).

«Constituídas então novas autoridades pelo Governo da Rainha, dentro de poucos dias foi nomeado pelo perfeito interino para a Biblioteca o Padre Cipriano António Pereira Alho (...) o qual durou apenas três meses no novo emprego» (Espanca: 1981:226). Sucede então o cónego Francisco da Paula Velez Campos, profundo conhecedor da Biblioteca, desde o tempo de Cenáculo. Nomeado em Maio de 1838 cessa funções em Dezembro do mesmo ano, encerrando consigo a administração religiosa da Biblioteca Pública de Évora (cf. Azaruja:2005:21).

«Com o ano de 1835, a Biblioteca Pública de Évora entrou num período de grande acalmia porque os ordenados dos funcionários passaram a ser pagos pelo Tesouro público» (Vaz & Calixto:2006: 79).

43 - Vide Cod. C/ 2-18, [Documentos sobre a Biblioteca Pública de Évora 1811 – 1839], Provisão, 1811, fl. 5.

Com a nomeação do primeiro bibliotecário civil a 25 de Dezembro de 1838, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara a biblioteca inicia o segundo ciclo de vida. Doravante seria o Estado a assumir todas as responsabilidades inerentes ao funcionamento da instituição cultural.

Esta nova ordem que abriu um novo ciclo iniciado por Rivara parece recuperar o gosto pelos livros e pela leitura que tão bem identificava o fundador Cenáculo. Este ciclo terminará com Augusto Filipe Simões que à semelhança de Rivara, grandes transformações operou na organização e funcionamento da biblioteca inculcando-lhe uma nova dinâmica na sequência do trabalho desenvolvido anos antes por Cunha Rivara.

2. Cenáculo, o fundador iluminista

Frei Manuel do Cenáculo, fundador da Biblioteca Pública de Évora, homem iluminado pelo pensamento filosófico europeu. Este espírito deve-o a uma viagem que Cenáculo faz a Roma em 1750. Nesta cidade o franciscano entra em contacto com um centro activo da nova cultura, representando uma das mais acabadas expressões do Iluminismo Católico⁴⁴. Esta viagem constituiu uma sugestão para uma nova orientação cultural. Mas, a digressão de Cenáculo por Espanha e França colocaram-no em contacto com «os grandes monumentos da cultura europeia - bibliotecas, museus e Universidades» (Caeiro:1958:65). Estas viagens foram de importância fulcral na actividade que Cenáculo viria a desenvolver anos mais tarde, já completamente imbuído no espírito das Luzes (cf. Domingos:1992b:138).

É notório o gosto do franciscano por livros e colecções que adquiria não só em Portugal, mas também em países estrangeiros por intermédio de agentes e amigos. Esta paixão concretiza uma outra paixão: o saber e a instrução. Esta faceta de "engenheiro social" como o apelida Francisco Vaz, emerge com o exercício efectivo do episcopado de Beja e mais tarde em Évora (cf. Vaz:2003:289).

44 - Frei Manuel do Cenáculo associa no seu pensamento razão e fé. Sendo o Homem limitado, a fé explica aquilo que a razão humana não consegue explicar, sendo a razão vista sob o prisma do aperfeiçoamento do próprio Homem. Cenáculo é a mais acabada expressão do Iluminismo Católico. A religião tinha que ser posta em harmonia com a razão natural dos Homens, como explica Jostein Gaarder.

A maior parte dos filósofos iluministas achavam irracional pensar num mundo sem Deus. Consideravam que o mundo tinha uma ordem demasiado racional. Newton e Descartes pensavam da mesma forma, por exemplo, a questão da imortalidade da alma era mais uma questão de razão do que de fé.

Frei Manuel do Cenáculo vê na Biblioteca uma instituição cultural e pedagógica, cariz que os seus fundadores deveriam respeitar. Tendo por fonte os Estatutos da biblioteca e Frei Manuel do Cenáculo por "engenheiro social", há a explorar uma série de relações tendo o conceito de instrução como placa giratória de uma infinidade de conceitos de cariz iluminista, a que podemos chamar de conceitos-satélite: felicidade, progresso, emancipação (meio de ultrapassar a menoridade de que fala Kant) (Kant:1982:153-168), razão, liberdade, utilidade social, utopia, reforma, natureza, trabalho e fisiocratismo.

Todos estes conceitos sustentam a paixão de Cenáculo: a instrução. Preocupando-se em «fazer que não só o clero seja instruído (...) senão também o resto dos fieis» (Espanca:1981:206) torna-se assim fundamental a formação de uma biblioteca para dar resposta a esta necessidade. Cenáculo vê nesta necessidade uma obrigação como refere no preâmbulo dos Estatutos «a mais principal do Nosso Ofício Pastoral» (Espanca:1981:206), porque a instrução «he o melhor arbitrio, que o Homem pode tomar para conter-se no limite dos seus deveres como Homem, como cristão e cidadão». (Espanca:1981:206). Assim, a instrução faz parte integrante do processo civilizacional, desta forma o parece entender Cenáculo nos Estatutos da Biblioteca⁴⁵. Será esta uma ideia genuína de Cenáculo e do Iluminismo? (cf. Hof:1995:189)

Revendo o projecto geral das Luzes, Lyotard remete-nos a Condorcet que esclarece o sentido emancipatório da educação iluminista: «o objecto da instrução é formar cidadãos esclarecidos, capazes de debater e de decidir como conhecimento de causa»(Lyotard:s/d:49).

45 - Cenáculo parece seguir os pastores protestantes, à semelhança destes que davam um inestimável valor, tanto à educação dos seus pastores como à das classes populares. Vejamos a explicação de Im Hof sobre o tema: « O Iluminismo foi forçado a receber a herança da reforma e da Contra-reforma. Por toda a parte, os protestantes tinham dado uma importância muito especial à formação de uma classe culta de pastores, mas sabiam que o processo educativo tinha de ter ambições mais vastas, pois era preciso instruir a totalidade do povo numa nova religião, o que implicava uma escolarização extensível a todas as crianças. A nível básico havia o ensino da Igreja ministrada com o ensino do catecismo, ou seja, um livrinho de perguntas e respostas com indicações sobre aquilo em que se deve acreditar e como se deve proceder a uma subtil concentração teológica do ideário bíblico, redigida de uma forma acessível a todos» p. 189.

2.1. Cenáculo: a instrução como forma de atingir a maioria do Homem

É desta emancipação que Kant fala em resposta à questão O que são as Luzes? (*Was ist Aufklärung?*) (Kant:1982:159). E é esta emancipação que Cenáculo pretende que os fiéis atinjam por intermédio da instrução.

O que são as Luzes? A esta questão, Kant responde que é a maioria do Homem, que consiste em fazer uso público da razão. É pensar por si, livre da tutela. Frei Manuel do Cenáculo pretende com a formação da Biblioteca Pública de Évora retirar o Clero e os diocesanos da minoridade que Kant nos fala, do estado negativo. Assim a biblioteca transforma-se por força do Iluminismo na pedra angular da maioria do Homem, do uso público da razão.

Cenáculo parece seguir alguns dos desígnios traçados por Kant. Qual o objectivo de Frei Manuel do Cenáculo com a fundação da Biblioteca Pública de Évora? Tinha por missão iluminar toda a província alentejana (cf. Caeiro:1958:91). Para este povo, o sinónimo de instrução foi o catecismo⁴⁶. Este havia-se assumido desde o século XVI como uma nova pedagogia e um meio de cultura de massas (cf. Hof:1995:195). O desenvolvimento da imprensa revolucionou a produção do livro, e conseqüentemente do catecismo⁴⁷, o que conduziu a um acesso à cultura de um maior número de pessoas. Elizabeth Eisenstein no artigo «The advent of printing and the problem of the renaissance» defende a tese de que o advento da imprensa foi literalmente um "epoch-making", um acontecimento que revolucionou a cultura europeia ocidental. Afectou igualmente as formas de sobrevivência e de revivalismos, em particular o revivalismo da aprendizagem (cf. Eisenstein:1969:19 – 20).

Sem dúvida que «o primeiro impulso à educação de massas responde às necessidades do proselitismo protestante, enquanto as escolas paroquiais católicas se juntam pouco depois ao movimento com uma finalidade religiosa análoga» (Hermet:1996:73). Assim sendo, há a ter em conta duas situações bem distintas na Europa das Luzes: a Europa Protestante e a Católica⁴⁸. Enquanto a

46 - À semelhança dos pastores protestantes, onde o catecismo era a base da educação.

47 - Refira-se a título de exemplo o *Catecismo da Lei natural ou princípios físicos da moral deduzidos da organização do homem e do Universo* de Volney que conheceu várias edições em Portugal, este irá provocar o aparecimento de muitos outros catecismos, que os liberais de 1820 promoveram para a instrução do povo, denotando uma preocupação claramente pedagógica herdada de Cenáculo, digo, Século das Luzes. É nesta sequência de ideias que podemos afirmar que as Luzes consagram a Revolução liberal portuguesa de 1820.

48 - Para Adrien Balbi o carácter físico e moral dos povos civilizados depende em grande parte da instrução. O autor faz um breve resenha comparativa entre alguns Estados europeus. Retenhamos a Prússia (de que Kant fala no artigo *Was ist Aufklärung?*) e Portugal. Os números representam o fosso que separa Portugal da restante Europa. Balbi retracta da seguinte forma a situação prussiana: «L'instruction publique est très bien organisée dans toute la

primeira empreendia uma instrução com conteúdos religiosos e cívicos, na segunda pretendia-se uma instrução que servisse a doutrina da Igreja, quase única e exclusivamente.⁴⁹

O franciscano defendia uma completa iluminação dos espíritos. Foi em defesa deste baluarte que criou escolas, academias, bibliotecas e museus (cf. Bodecker in Ferrone e Roche:1998). Sempre envolvido na criação de instituições que contribuíam para a ilustração do público⁵⁰. A instrução constitui a formula *sine qua non* para alcançar a prosperidade da nação, surge-nos aqui a emancipação do *homo economicus*. É através do trabalho que o Homem materializa a sua própria racionalidade.

As relações até agora tecidas a partir dos Estatutos da Biblioteca, desenharam-se em dois sentidos intimamente relacionados: O homem como ser maior tem necessidade de instrução, mas esta emancipação humana a nível cultural é causa e efeito da emancipação do *homo economicus* que valoriza a Terra como a única fonte de riqueza. O sentido destas relações chamam à cena Michel Vovelle com a obra *El hombre de la Ilustración* onde afirma que as duas maiores riquezas do Iluminismo são: o Homem e a Terra (cf. Vovelle:1995:19).

monarchie prussienne, et les provinces de cet état puissant, comprises entre le Weser et l'Oder, présentent un des peuples de l'Europe dont la masse est la plus instruite». p. 119 (Tomo II).

49 - Pelos escritos deixados por Cenáculo não parecia ser esta a sua noção de instrução.

50 - A ilustração desta frase é-nos feita por Adrien Balbi na obra *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d' Algarve: comparé aux autres états de l' Europe*: « Il n'est presque pas d'établissements d'instruction publique dont il soit absolument privé, et les portugais trouvent chez eux tous les éléments nécessaires pour apprendre toutes les sciences et tous les arts. C'est seulement sous le rapport de l'importance et de la perfection relatives de ces institutions que le Portugal est inférieur à la plupart des États de l'Europe. Les efforts constants du célèbre marquis de Pombal pour éclairer la nation produisirent des résultats heureux, mais ceux qui lui succédèrent ne suivirent pas ses plans avec la même ardeur. Les progrès que l'on valet faire aux sciences sous le règne de Marie, pendant la régence et sous le règne de son auguste fils, quoique dirigés dans le même sens, tendirent plutôt à donner à la nation de savants distingués ou de bons artistes qu' à répandre dans sa masse une instruction générale»pp. 109-110 (Tomo II). Esta longa transcrição da obra de Balbi deve-se ao facto desta reflectir o contexto político e cultural em que vivia Cenáculo, assim como o seu plano de acção. Acrescenta ainda algumas ideias relativas ao atraso que Portugal apresentava em relação à maior parte dos países europeus.

2.2. Museu como instrumento e complemento de instrução

Mas serão só os livros que servem de suporte à instrução? Cenáculo reconhece nos museus muitos dos objectivos educacionais e pedagógicos que vê nas bibliotecas. Ao ouvir/ler das segundas contrapõe-se o olhar/ver e o observar/comparar dos primeiros. Nesta perspectiva, o museu além da biblioteca transforma-se também numa tela para iluminação dos espíritos para o arcebispo de Évora (cf. Brigola:2006:46-56) Toda a obra de Cenáculo no domínio da criação de instituições para instrução, o paralelismo entre biblioteca e museu foi uma das suas ideias-chave, Évora não fugiu à regra. Aliado à instituição que iria colocar a cidade na vanguarda do saber, surge o Museu regional de Évora, considerando José Alberto Machado como verdadeiro fundador, Frei Manuel do Cenáculo (cf. Machado:1985).

É bem visível nos Estatutos da biblioteca, o que atrás ficou referido: o museu como instituição com objectivos educacionais e a intenção de construção de um museu em Évora como complemento de instrução. Estas duas instituições assumem no contexto das Luzes, uma clara utilidade pública, uma vez que a instrução depende delas, assim como da instrução depende a felicidade, a emancipação do Homem e o progresso social. Os estatutos comprovam-no da seguinte forma: «muitas raridades históricas artificiais e naturais, que muito me ajudam na instrução, e também acompanhadas de numeroza e rica colecção de medalhas de todos os metaes, Romanas, Portuguezas, e de outras nações» (Espanca:1981:207).

2.3. Biblioteca e o conceito de pública

Um outro ponto a que os Estatutos fazem referência é à necessidade da biblioteca ser *pública*,⁵¹ esta era uma condição vital para o objectivo de Cenáculo. O uso privado da biblioteca acarretaria apenas a instrução de alguns e não de todos. Ligada ao conceito de *pública* deverá seguir-se o conceito de útil, pois é necessário que a instrução se adapte às circunstâncias da época. Suportes com instrução

51 - Artigo 8º dos Estatutos da Biblioteca

desactualizada condenavam de raiz a ideia do franciscano (cf. Domingos:1992b e Ribeiro:1910)⁵².

De acordo com Adrien Balbi⁵³, autor da primeira "geografia literária" do país, em 1822, existiam em Portugal, três bibliotecas públicas: a Real Biblioteca Pública da Corte, com cerca de 80 000 volumes, a Biblioteca da Universidade de Coimbra, com cerca de 38 000 volumes, e a Biblioteca de Évora com uma colecção aproximada de 20 000 volumes. Registava-se ainda a existência da Biblioteca Real da Ajuda, da Biblioteca da Academia das Ciências e várias livrarias de conventos e mosteiros, como por exemplo S. Vicente de Fora, de Tibães, de Alcobaça, de Mafra ou de Santa Cruz de Coimbra. Balbi referencia ainda várias bibliotecas de casas particulares, como a do Marquês de Penalva, em Lisboa, a de Ferreira Borges, no Porto, ou da propriedade de livreiros, como a de Aillaud, em Coimbra.

Toda a actividade de Frei Manuel do Cenáculo encarna no utilitarismo que reconhecia na necessidade de instrução e saber. Toda esta ferbulência em prol da instrução ocorreu durante aquela a que podemos chamar, a segunda fase da sua vida, período de carácter eminentemente prático que coincide com o exercício do episcopado de Beja e depois como arcebispo de Évora. Tentou através da instrução modernizar a sociedade portuguesa. Esta modernização não se prendia apenas com a criação de bibliotecas, museus e arquivos mas também passava pela intervenção económica e social.

O espírito iluminista não impunha apenas a intervenção estatal em áreas de interesse intelectual, mas projectava também a realização de uma verdadeira transformação interior, um retorno às fontes do Cristianismo. Acrescentamos que o Cristianismo é a base das Luzes (cf. Hof:1995; Hazard:1971 e Hazard:1983)⁵⁴ É neste quadro tríplico que na sua melhor ou pior conjugação surge o reformismo dos Estados na tentativa de concretização da utopia, tendo sempre por expoente a instrução.

52 - Esta mesma exigência podemos vê-la na Biblioteca a Convento de Jesus e na Biblioteca da real mesa Censória, projectos nos quais este envolvido e contribuiu com dinheiro e livros.

53 - A obra *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d' Algarve: comparé aux autres états de l' Europe* incide no estudo do quadro político inserido nas coordenadas temporais (século XIX) e espaciais (toda a Europa), nunca dispensando comparações, que consegue através da corrente em que se insere - estatística descritiva. Balbi transmite-nos nesta obra a ideia de transição de um paradigma corporativista, dos primórdios da monarquia portuguesa, para um paradigma individualista, característico do estado moderno.

54 - A base cristã do Iluminismo deve ser entendida nas suas diversas variantes racionais: católica, pietista, deísta e atelista. As variantes devem ser consideradas como resultado de um esforço dos Iluministas em se libertarem dos dogmas irracionais do Cristianismo.

Em suma, podemos retratar a ideia de biblioteca para o fundador:

- Para Frei Manuel, a biblioteca aliada ao museu complementam-se na missão de ilustrar os espíritos, ou para utilizar as palavras de Kant de elevar o Homem à sua maioria, fazendo uso público da razão.
- Mas, para a formação de uma biblioteca que colocasse Évora entre os centros intelectuais mais activos do Iluminismo católico era necessário uma rica colecção de livros, generosa em quantidade, qualidade e actualidade. Tal não constituiu obstáculo dada a “mania” de leitura do arcebispo e o seu gosto pelo coleccionismo, e colocar este ao serviço da instrução que tanto o apaixonou.
- A questão da utilidade da biblioteca para a instrução prendia-se com o facto de ela ser pública, facto em que os Estatutos são inequívocos.

Foi tendo em atenção estas três linhas mestras que Cenáculo concretizou a sua tarefa de vida, a instrução tendo a biblioteca como base vital. No trilho da instrução estão a felicidade, emancipação, razão, liberdade, utopia e reformismo, todos enquadrados no plano político pelo Absolutismo esclarecido, no plano religioso pelo Cristianismo e no plano cultural pelo Iluminismo (cf. Pereira:1982)⁵⁵.

3. Rivara, um bibliotecário romântico

Quando Rivara assumiu a direcção da Biblioteca Pública de Évora, à semelhança de todos os outros do seu tempo, o médico pouco saberia de trabalho biblioteconómico. Era um conhecedor profundo das colecções da biblioteca e arquivo, e uma paixão por livros e pela história nacional, ou não fosse Rivara um romântico.

À semelhança do que aconteceu em França aquando da Revolução de 1789, Portugal experimenta a mesma situação, cerca de cinquenta anos depois. A Revolução liberal lança um desafio: organizar as bibliotecas públicas, valorizadas e/ou criadas pelas livrarias dos extintos conventos. As ideias geradas pela(s) Revolução(ões) colocaram à disposição da Nação as bibliotecas confiscadas.

A criação *ex nihilo* de depósitos literários nos vários distritos vai ser acompanhado pela emergência de uma geração espontânea de bibliotecários

⁵⁵ A secularização e a laicização da sociedade é uma consequência do Iluminismo. Esta ideia está bem explícita no artigo de Miguel Baptista Pereira - «Marquês de Pombal e o seu tempo: Iluminismo e Secularização».

improvisados. Animados pela melhor boa vontade e pelo patriotismo inerente à época, eles tudo fizeram para aprender uma profissão que não era a sua.

A formação de bibliotecários era uma das carências da época, a qual, o século XIX tratou de remediar rapidamente. Para ser provido para o cargo de bibliotecário era suficiente ser formado em belas letras para lhe ser confiado um cargo desta natureza (cf. Varry:1991c:626). Até ao advento do liberalismo, os antigos bibliotecários eram clérigos, não é por acaso que no século XIX, os bibliotecários fossem também apelidados de sacerdotes laicos.

O desenvolvimento das bibliotecas constitui uma das múltiplas facetas de um problema que perseguiu os homens do século XIX desde de Condorcet: o acesso à informação (cf. Varry:1991a:3). A história das bibliotecas é também a história da emergência de uma profissão, e a transformação das suas práticas profissionais.

«A história das bibliotecas do século XIX é também a história dos homens que as construíram e frequentaram» (Varry:1991c:627). O profissionalismo bibliotecário cresce à medida que se desenvolvem determinadas disciplinas complementares. Grande impulso à organização do trabalho bibliotecário foi a criação da Escola de Chartes (cf. Varry:1991c:627). Esta estabelece pela primeira vez um ensino livre de alta erudição, assentando na especificação profissional. Tinha por missão formar profissionais capazes de «organizer les dépôts de documents» e «renouveler l'histoire nationale». Tal faz dos "chartistas" os herdeiros naturais dos monges beneditinos (cf. Ramos:1987a:119 – 133)⁵⁶. O trabalho bibliotecário não pára de evoluir do decurso do século, indo do amador até ao profissional saído da Escola de Chartes.

Na França e na Alemanha, a biblioteconomia fazia grandes progressos. A Europa a par dos EUA deparava-se no século XIX com um grande desafio: a organização do trabalho bibliotecário. Este desafio tinha por detrás a valorização das colecções e o serviço público que a biblioteca deveria prestar. Para tal era necessário um tratamento dos fundos, de forma a tornar a informação acessível ao público.

56 - Texto sobre os monges beneditinos e a organização do trabalho bibliotecário nas livrarias conventuais.

3.1. Rupturas e continuidades

Em Rivara deparamo-nos com uma ideia de biblioteca diferente, em alguns itens, daqueles propostos por Cenáculo nos Estatutos de 1811. Rivara recupera de Cenáculo a ideia de que a biblioteca deveria servir de base à instrução. É na depuração deste contexto que encontramos as rupturas entre as ideias de Cenáculo e Rivara.

Que tipo de público? Quem instruir? A estas respostas Cenáculo e Rivara parecem responder de forma divergente, associando-se um contexto político e cultural completamente diferente: o primeiro marcado pelo absolutismo associado ao Iluminismo, o segundo marcado pelo liberalismo associado ao Romantismo.

Para Rivara, a biblioteca era uma peça fundamental ao serviço da instrução, não a instrução em sentido lato, mas a instrução dos estudantes do Liceu. É nesta sequência de ideias que Rivara, aquando da situação de incompatibilidade entre o exercício da actividade de professor do Liceu e de bibliotecário, propõe ao Ministro do Reino, que não se construa uma Biblioteca para o Liceu de Évora, mas antes se empregue o dinheiro desta em melhoramentos e na valorização da colecção da Biblioteca Pública de Évora (Arm. IX, n.º 21, n.º 49). Uma vez, que esta para além de situar próxima do Liceu, servia muito bem os interesses e necessidades destes. Para Rivara, o público da biblioteca, à parte de alguns eruditos que a frequentavam, eram os estudantes e professores do Liceu. Tal ideia confirma-se cerca de 20 anos mais tarde no registo de visitas de Augusto Filipe Simões (ADE – Registo de Visitantes, 1860)

A associação entre a biblioteca e o museu que Cenáculo frisa nos Estatutos é abandonada, parcialmente, por Rivara. Denota-se durante o consulado do arraiolense uma valorização da biblioteca, enquanto espaço de instrução sobre o museu. O catálogo das espécies museológicas nunca chegou a ser elaborado, diga-se, que também muito por falta de recursos humanos (cf. Simões:1889).

Rivara foi um homem preocupado com a instrução, não por acaso que em 1853, quando é eleito para o Governo pelo círculo eleitoral de Évora, vai elaborar projectos a nível da instrução. Para Rivara, a instrução restringe-se a educação formal.

A actualidade das colecções é um ponto em comum em Cenáculo e Rivara. Ambos vêem a necessidade de obras modernas, uma forma de melhorar a

instrução. Qual a diferença entre leitor e estudante? Se para Cenáculo o primeiro englobava o segundo, para Rivara são sinónimos.

Na gestão da biblioteca, Rivara baseava-se nos contemporâneos portugueses. Enquanto Rivara dirigia a Biblioteca Pública de Évora, Herculano estava na Biblioteca da Ajuda (cf. Leão:1992:193 – 199) e Vasco Balsemão conduzia os destinos da Biblioteca Nacional de Lisboa (cf. Oliveira:1981:). É nestes contemporâneos que Rivara retira algumas indicações de como levar a bom porto a Biblioteca Pública de Évora. Rivara encontrara esta num estado deplorável, em termos técnicos.

Rivara diverge, quanto ao fundador, na ideia de constituir uma biblioteca-museu. O relatório de Rivara não deixa margem para dúvida, a construção do museu era algo adiado na consciência de Cunha Rivara. Não que não considerasse importante a existência de um museu anexo à biblioteca, mas a falta de recursos humanos e de espaço levou a abandonar essa ideia iniciada por Cenáculo.

O conceito de livro de Rivara restringe-se aqueles que são úteis e modernos. Os restantes podem ser vendidos a peso. É dentro desta óptica que Rivara pede autorização ao Ministério do Reino para vender a peso livros repetidos oriundos dos extintos conventos, obtendo desta forma dinheiro para comprar livros úteis e actuais (cf. Vaz:2006:81 – 82).

Rivara é inovador no que respeita a parcerias com outras instituições. A parceria com a Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis resulta da publicação em fascículos da obra *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* de Cândido Lusitano. Desta publicação, Rivara satisfaz dois objectivos enquanto bibliotecário: obtém dinheiro para a compra de obras actuais, valorizando a colecção de Biblioteca, por outro lado, contribui para a instrução através da publicação da obra de Cândido Lusitano.⁵⁷

José Maria Cordeiro parece recuperar a ideia de instrução de Rivara. No artigo «Função das Bibliotecas na instrução dum povo» afirma que a biblioteca é uma mola impulsionadora, «uma criadora de maior soma de utilidades e valores» (Cordeiro:1920:114-116) para que uma sociedade embarque na onda do progresso e desenvolvimento. Afirma mesmo que essa relação é compreendida nos países com maior cultura e civilização que tratam com cuidado da sua organização

57 - Cf. ADE-Pasta: Subsídios para a história da Biblioteca Pública de Évora - Pedido de parecer sobre o contrato da BPE e a Sociedade de Propaganda de conhecimentos úteis para a publicação do inédito de Cândido Lusitano com o título: *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*.

bibliotecária. É o que se passa nos EUA, Inglaterra, Alemanha, França, Holanda e Países Escandinavos. Nestas nações a uma instrução bem organizada em todos os seus graus corresponde a uma boa organização das suas bibliotecas, porque « ministram a cultura do passado; ministram a cultura do presente; preparam a cultura do futuro e influindo deste modo na colectividade, e produzindo como consequência, um maior e melhor progresso material e moral sob todos os pontos de vista» (Cordeiro:1920:116).

Capítulo 3 – A biobibliografia de um bibliotecário

1. Biografia de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara

1.1. Genealogia Rivara

António Francisco Rivara é o mais novo de três irmãos, filhos de João Rivara, genovês que morreu deixando três filhos órfãos. Foram os três recolhidos e criados na Casa Pia do Castelo. Recompensaram o país tornando-se insignes nas artes e ciências (cf Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 78).

O irmão João Caetano Rivara foi um apreciado gravador. Com subsídio do Estado passou por Roma em 1788, e depois por Veneza, regressando a Portugal pouco tempo depois. Morreu em 1826, e dele faz menção o conde Raczyński no *Dictionnaire historique-artistique du Portugal* (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 78).

José Joaquim Rivara foi lente de Matemática na Universidade de Coimbra,

publicando alguns opúsculos matemáticos como *Resolução analytica dos problemas geométricos e indagação da verdadeira origem das quantidades negativas*. Foi também formado em Medicina, e exerceu clínica durante algum tempo antes de lhe caber ser lente da faculdade. Morreu em 1825 (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 78v).



In *Arquivo Pittoresco*, 1862

António Francisco Rivara formou-se em Medicina em Coimbra no ano de 1801 ou 1802. Foi provido no partido da Câmara de Arraiolos. Passado pouco tempo casou ali com Maria Isabel da Cunha

Feio Castelo Branco. Não foi do agrado dos pais desta. Mas a 23 de Junho de 1809 nasce o primeiro filho: Joaquim. Reza assim o assento de baptismo de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara:

« aos três dias do mês de Julho de mil oito Centos e nove annos nesta Parrochial Igreja de Santa Maria dos Mártires Matriz desta villa de Arraiolos = Baptizei e pus os Santos olios a Joaquim o qual nasceo, aos vinte e três dias de Junho deste prezente anno filho legitimo do Doutor António Francisco Rivara e natural da freguesia de Santa Marinha da

Cidade de Lisboa e de Dona Maria Izabel da Cunha Feio Castello Branco natural da freguesia Matriz de Arraiolos = e Nepto pella parte paterna de Joam Rivara natural de Jenova e de Dona Maria Magdalena natural do Reino de Espanha – Nepto pella parte maternal de Joaquim Joze da Cunha Feio Castello Branco natural da vila de Souzel e de Dona Delfina Ignácia de Amaral natural desta freguesia Matriz de Arraiolos = hé o primeiro deste nome e do primeiro Matrimónio de ambos foi Padrinho o Doutor Joaquim José da Cunha Feio» (Arm- V-VI,n.º12, 2, fl. 79).

1.2. O cuidado com a instrução

Com cinco anos começou a ser instruído nas primeiras letras pelo pai. Aos nove anos havia concluído a instrução primária com perfeição. Passou para o estudo do latim, e como não havia professor de latim na terra, o pai pagou lições particulares a um mestre. Como o intuito de António Francisco Rivara era cultivar o espírito do filho enviou-o para Évora. Havia aqui dois professores públicos de latim, um de Filosofia Racional e Moral, um de Retórica, e um de Grego, organização escolar que permanecia desde as reformas do Marquês de Pombal. Joaquim Cunha Rivara tinha dez anos e começava a entrar pela *Selecta* primeira e porque «desde que abriu os olhos me diziam em casa que havia de ir para Coimbra, e formar-me em Medicina; aceitei tão voluntariamente esta ideia, que me parecia que não havia nascido para outra cousa» (Rivara e Neves:1929:11).

Ficou Rivara numa pousada que era em casa de umas mulheres que viviam do trabalho, conheceu e familiarizou-se com os usos e costumes, opiniões e modos de vida do povo. O seu mestre chamava-se João Luís de Abreu. Do Latim passava-se de rigor em linha recta à Filosofia. Durante as férias entre a saída do latim e a entrada na Filosofia, o pai ensinou-lhe a gramática francesa e obrigou-o a traduzir a *Lógica* de Condillac. Com o próprio estudo, Rivara familiarizou-se facilmente com o francês. (cf. Arm. V-VI,n.º 12, 2, fl. 84v - 85).

Matriculado em Filosofia, era seu mestre o Padre Manuel Fr. João de Santa Águeda, religioso da congregação da Terceira Ordem da Penitência de S. Francisco. Era um homem consumado na Filosofia antiga e moderna. E não só na filosofia, mas também na História natural, na física e na química. No segundo ano do Curso de latim matriculou-se também em Grego, segundo as determinações do pai. Rivara conta que «Nestes dous annos li com summa avidéz quantos livros me cahiam nas mãos, portuguezes, francezes ou hespanhoes, romances ou então como se dizia, novellas, historia, entremezes, livros de devoção, tudo hia a eito» (Arm. V-VI,n.º 12, 2, fl. 86v).

Completado o curso de filosofia em Outubro de 1824, e estudado um ano de grego, completou 15 anos, exactamente a idade exigida para se poder matricular no 1º ano da Universidade de Coimbra. Fez exame de Latim no qual foi aprovado, mas foi reprovado no de Lógica. Esta reprovação condenava-o a perder um ano, mas Rivara tinha um tio que era Lente na Universidade e arranjou com que fosse submetido a novo exame ainda naquele mês de Outubro. Entregou-se a um mestre particular que lhe meteu na cabeça toda a Ciência que os Doutores de Coimbra exigiam. Desta vez foi aprovado. (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 87 - 88v).

1.3. Os tempos conturbados na Universidade de Coimbra

Matriculou-se no 1º ano de Matemática e Filosofia. Em 1828 terminou o primeiro ano de Medicina. Nesse mesmo ano a Universidade fechou e os estudantes recolheram às suas casas, e outros tomaram as armas pelo partido liberal, à semelhança do que já havia acontecido em 1826. (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 88v).

Rivara, nunca foi dado a desafios políticos, área que nunca lhe interessou. Em casa ficou todo aquele ano. Seguiu novamente os cursos na Universidade nos anos lectivos de 1829-30 e 1830-31 correspondendo este último ao seu terceiro ano médico (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 89v).

As dificuldades políticas do governo miguelista obrigaram a fechar novamente a Universidade, e desta vez para a não tornar a abrir. Começou esta interrupção em Outubro de 1831 findando com a expulsão de D. Miguel em 1834 (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 89v).

Rivara durante o seu curso tratou de aperfeiçoar o Grego, sendo-lhe necessário para entrar no terceiro ano médico; e aprendeu alguma coisa de inglês, língua que até então tinha cultivado pouco, mas cujo conhecimento lhe foi altamente valioso no cargo que iria desempenhar na Índia (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 89).

Suspensa a sua carreira universitária, dedicou-se à leitura. Em Arraiolos, o Sr. João José de Almeida Cardoso do Vale Mexia possuía uma selecta livraria herdada e também enriquecida com aquisições. Avultavam nesta livraria clássicos, nomeadamente cronistas e historiadores. Um dos tios maternos, João Joaquim da Cunha Feio, também possuía uma pequena colecção de filósofos franceses do século XVIII, que Cunha Rivara devorou. Leu e releu, principalmente as obras de Condillac. Acrescenta que «confesso que ao *Curso de Estudos* de Condillac, e em especial à sua *Arte de Pensar, Arte de escrever e História* sou devedor de me ter habituado a procurar alguma ordem e rigor na dedução de ideias» (Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 89v-90).



CUNHA RIVARA CONSULTANDO TOMOS MANUSCRITOS PARA A COMPOSIÇÃO DAS MEMÓRIAS DA VILLA DE ARRAIOLOS

In: Rivara&Ramos:1979, p. XIX

Arm. V-VI, n.º 3 e 4).

Cunha Rivara fala dos frutos que colheu durante os três anos de interrupção dos estudos universitários:

«O tempo me tem mostrado que aquelles três annos de interrupção dos estudos da Universidade, que meus pais, amigos, e eu próprio lastimávamos por perdidos, foram os mais bem aproveitados da minha vida. Sem esta interrupção teria eu de certo chegado ao fim da minha formatura em annos demasiado verdes, e receio que totalmente

A leitura das crónicas criou-lhe o desejo de ler a história nos documentos, hábito daquilo que viria a fazer durante toda a sua vida. Denotava também um certo gosto pela arqueologia. Como ensaio serviu-se do Cartório de Arraiolos. Apesar da desordem que imperava, e na falta da maior parte dos documentos, conservava todavia uma certa cópia deles, entre eles alguns do século XV e XVI. Foi aqui que teve início o seu primeiro projecto de escritor recolhendo materiais para as *Memórias da villa de Arraiolos*, livro que publicou no *Panorama* entre 1853 e 1854 (cf.

destituído dos adminículos, que podem guiar o homem nos primeiros passos da sua vida publica» (Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 91).

Quando em 1834 se dá vitória definitiva do liberalismo, a Universidade abriu em Outubro, onde completou o 4º e 5º ano do curso. No último ano adicionou por mera curiosidade o 4º ano da Faculdade de Filosofia. Foi também nestes últimos dois anos que se aplicou no estudo da língua alemã associado ao seu condiscípulo, Francisco Ignacio de Sequeira (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 91v).

Concluiu a formatura em 1836. Recolheu a casa do pai em Arraiolos, ainda indeciso sobre o caminho que havia de tomar. Durante o seu último ano na faculdade acompanharam-no os seus três irmãos: José Jacinto da Cunha Rivara, João Nepomuceno da Cunha Rivara e António Elói da Cunha Rivara. O primeiro cursou Direito e os restantes Medicina (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 91v - 92).

1.4. Os Cargos que desempenhou

Cunha Rivara após a conclusão da faculdade desempenhou cargos que pouco se relacionavam com a sua formatura em medicina. Na tabela abaixo são apenas referidos os cargos principais, uma vez que Rivara acumulava simultaneamente outros trabalhos como por exemplo Administrador da Casa Pia ou Conselheiro do Distrito.

<i>Cargo desempenhado</i>	<i>Anos em que o exerceu</i>
<i>Oficial da Administração</i>	<i>1837 - 1838</i>
<i>Professor do Liceu</i>	<i>1838 - 1855</i>
<i>Bibliotecário da Biblioteca Pública Eborense</i>	<i>1838 - 1855</i>
<i>Deputado</i>	<i>1853 - 1855</i>
<i>Secretário Geral da Índia</i>	<i>1855 - 1870</i>

Tabela 1 – Cargos exercidos por Cunha Rivara

Poucos meses depois de estar em Évora sucedeu vagar um lugar de primeiro-oficial da Administração Geral do Distrito da cidade. Solicitou o lugar, o que lhe foi logo conferido. Esta era a porta por onde poderia subir aos mais altos cargos

verifica que o Liceu iniciou os seus trabalhos apenas com três professores: João Luiz de Sousa Falcão; Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara e João Gonçalves Fino (cf. Arquivo Histórico da Escola Secundária André de Gouveia: Livro de actas do Conselho do Liceu de Évora (1841 – 1850), n.º 240)

Contudo, ninguém ignora que o ensino secundário já existia em Portugal, antes do Decreto de 1836, embora de forma rudimentar. Em todas as capitais de distrito havia professores públicos de Grego, Latim, Retórica, Filosofia Racional e Moral, de Aritmética, Geometria, Geografia e História⁵⁹. O próprio decreto de Passos Manuel prevê a passagem dos professores proprietários das Escolas extintas, para o novo sistema (liceus) sem concurso para as cadeiras das mesmas disciplinas ou afim, e com concurso para as cadeiras diferentes, mantendo preferência em relação a candidatos estranhos.

Este esclarecimento dado pelo Decreto de 17 de Novembro de 1836 vêm a propósito de Rivara se intitular professor do Liceu, cerca de dois anos antes de ele abrir efectivamente ao público. O que aconteceu, é que Rivara já desempenhava à data da fundação do Liceu o cargo de professor de Filosofia Racional e Moral no próprio edifício da Universidade (cf. Arm. V-VI, n.19º; 17º, 3,4 e 5)

As actas dos Conselhos dos Liceu são uma fonte de elementos curiosos acerca da competência e empenho dos professores do Liceu. Por estas actas toma-se conhecimento da existência de outra espécie de reuniões – conferências de professores. Nestas debatiam-se todos os problemas que diziam respeito à vida do Liceu. O ambiente destas reuniões nem sempre era cordial, apesar do escasso número de professores, especialmente a partir da entrada do quarto, António Bernardo de Sousa. Nota-se em vários passos que o Reitor e o Secretário, isto é, Sousa Falcão e Gonçalves Fino por um lado, e Cunha Rivara e Bernardo Sousa por outro, divergiam frequentemente em pontos fundamentais de pedagogia e formas de funcionamento e administração do estabelecimento.

Como se viu, o Liceu começou por funcionar apenas com três cadeiras literárias. Só em 1843 o Liceu introduziu a História, Cronologia e Geografia. A cadeira de Aritmética e Geometria só viria a ser provida em 1848 por Adriano José

presentes os professores do Liceo Nacional da dita Cidade a saber de Gramática e Língua Latina João Luiz de Sousa Falcão; de Ideologia, Gramática Geral e Lógica Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara; e de Oratória Poética e Literatura Clássica, especialmente a Portuguesa João Gonçalves Fino (...). Livro de Actas do Conselho do Liceu de Évora (1841 – 1850), n.º 240.

59 - Em Évora no ano de 1835 apenas existia a aula de Latim, segundo-se-lhe depois a de Filosofia Racional e Moral leccionada por Rivara a partir de 1836.

Lopes (cf. *O Corvo: O Centenário do Liceu de Évora*:1951:37). A reforma de 1844 introduz certas cadeiras utilitárias como as línguas francesas e inglesa, assim como a cadeira de Economia (cf. *O Corvo*: 1951:37).

Os conflitos entre Rivara e o Reitor não se restringiam às reuniões. Em Dezembro de 1849, Rivara é proibido por portaria de 12 de Novembro, por intermédio do Administrador do Concelho, de reger a cadeira de Gramática Latina, como substituto, e foi-lhe restringida a leccionação da cadeira de Gramática Geral e Lógica, da qual era professor vitalício. Esta penalização deveu-se à sua recusa em assinar uma acta que considerava falsa.



Em Dezembro de 1838 vagou o cargo de bibliotecário da Biblioteca Publica Eborense. Rivara deveu a nomeação para este cargo ao Administrador Geral, Manuel Alves do Rio. Este cargo não podia ser mais do seu gosto. Encontrara aqui o espaço para dar largas à sua vocação literária. (cf. Arm. V-VI, n.º 12,2, fl. 97v - 98).

«Achei-me bibliothecário antes de tocar os trinta annos de idade» (Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 98). Estavam guardados para Rivara alguns dissabores pela acumulação dos dois cargos.

Inocência Francisco da Silva, no *Arquivo Pittoresco* descreve na perfeição a passagem de Rivara pela Biblioteca Pública de Évora, e o seu significado para inverter a marcha de destruição a que o estabelecimento havia sido votado: «a escolha para este cargo não podia ser mais acertada. O estado decadente a que chegara a bibliotheca exigia sérios cuidados. Não é fácil de acreditar a desconsideração, o menosprezo com que este magnifico estabelecimento, fundação do illustre Cenáculo, fora tratado pelos seus successores d' esse inclito prelado, e a indolência e desleixo dos individuos successivamente encarregados da sua conservação. O governo, que d' elle tomara conta depois de 1834, houvera-se pouco mais ou menos da mesma sorte, e só uma vontade efficaz e diligente, como a do novo bibliothecario, poderia obstar a que se consummassem a destruição e estrago completo de que se viam as preciosidades contidas n' aquelle riquissimo deposito dos conhecimentos humanos» (*Arquivo Pittoresco*:1862:52).

Inocência prossegue com a acção de Rivara: «Para o conseguir trabalhou com incansáveis esforços por todo o período decorrido de 1838 a 1853, em que desempenhou com igual solícitude as obrigações do magistério conjuntamente com a gerencia da bibliotheca; e não foram poucas nem de pequena monta as dificuldades

que teve de lutar, na época em que as crises políticas, reconcentrando toda a atenção dos governos, os faziam olhar com indiferença para os estabelecimentos de instrução pública» (Arquivo Pittoresco:1862:52).

Por queixa do Reitor do Liceu de Évora, o Ministro do Reino declarou que a profissão de professor era incompatível com a de bibliotecário, e por isso solicitou ao Administrador Geral do Distrito para demitir Cunha Rivara e nomear outro bibliotecário em que tal incompatibilidade não se verificasse. Apesar dos esforços do Administrador e de Cunha Rivara, o Ministro não recuava na decisão. O Administrador apelou para que Rivara continuasse bibliotecário, pelo menos até este concluir os Catálogos que havia iniciado. Por outro lado, Cunha Rivara contrapunha que o Decreto de 17 de Novembro de 1836 recomendava que o bibliotecário fosse um professor (cf. Arm. IX, n.º21, n.º49, a – l). Desta vez, o Ministro recuou, mas logo que concluísse os Catálogos devia ser imediatamente substituído (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 105 - 105v).

«Todavia, aproveitei a primeira mudança ministerial, e representei sobre a falsa posição, em que me haviam collocado na bibliotheca, pois em prémio de meus trabalhos tinha em perspectiva a expulsão; pelo que requeria uma definitiva resolução sobre o negocio; ou a expulsão desde já, ou a revogação da cláusula imposta pelo antecedente Ministro. Respondeo o novo ministro que se dos 100\$ réis annuaes, que eu recebia como bibliothecario, conviesse em ficar recebendo só 50\$ réis, nesse caso cessava a incompatibilidade. Se a primeira resolução era ridícula, esta segunda era suja. Mas enfim levado o negocio a esta altura (...) cedi» (Arm. V-VI, n.º 2, fl. 107v).

Mas os episódios de queixas por parte do Reitor do Liceu de Évora foram sucessivos. Este tentava a todo o custo travar toda e qualquer acção de Rivara. Foi precisamente devido a uma queixa do Reitor que o Catálogo de Manuscritos elaborado por Cunha Rivara levou seis anos a imprimir.



Por mais uma vez fui eleito Vereador da Câmara Municipal, Conselheiro do Districto, Juiz Ordinário, Escrivão da Santa Casa da Misericórdia de Évora. Foi igualmente membro de uma Comissão administrativa da Casa Pia, depois Administrador da mesma Casa durante a crise da guerra civil de 1846-47. Exerceu por alguns anos a clínica e foi delegado do Conselho de Saúde Pública do Reino. Finalmente elegeram-no deputado começando funções em Janeiro de 1853 (Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 111v - 112).

Enquanto jornalista estreou-se no *Panorama*, apesar de ter publicado, ainda no tempo da faculdade, alguns artigos anónimos nos jornais de Coimbra. Abriram-se depois as colunas da *Revista Literária do Porto*, *Revista Universal Lisbonense* e outros jornais literários (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 112 - 112v e cf. Gil do Monte:1978:37).

Em Janeiro de 1853 foi ocupar o seu lugar na Câmara, e aí nem sempre votou ao lado do Governo, presidido pelo Duque de Saldanha, chamado ministério da Regeneração. Trabalhou nas comissões, especialmente na de administração pública. Interessa referir acerca da acção de Rivara, que em 1853 requer os relatórios do Liceu de Évora dos últimos quatro anos, assim como a parte dos relatórios anuais do Governador Civil sobre a instrução pública. Propõe em Maio do mesmo ano a integração de José Silvestre Ribeiro na Comissão da Administração Pública. A 6 de Julho de 1853 propõe que no orçamento se incluía 150\$000 para compra de livros e encadernações na Biblioteca Pública de Évora, e 100\$000 com igual destino para a Biblioteca de Vila Real. Em 1854 apresenta um projecto-lei sobre instrução pública ocupando-se do projecto durante todo o ano de 1854 (Rivara e Neves:1929:39). Durante o seu exercício parlamentar frequentou a Torre do Tombo e aproveitou para estudar Paleografia (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 2, fl. 115v).

Rivara perdeu a cadeira de deputado na sessão de 5 de Abril de 1855:

«À Comissão de verificação de poderes foi presente o officio do Sr. Ministro da Marinha e do Ultramar de 8 de mês passado em que, para satisfazer ao requerimento do sr. Deputado Augusto Xavier da Silva, dá conta que pelo seu Ministério foram despachados para empregados ou comissões subsidiadas o sr. Visconde de Torres Novas (António César de Vasconcelos) para governador-geral do Estado da Índia, e Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara para Secretário do Governo Geral, por decreto de 3 de Julho do mesmo ano, e Luiz Augusto de Almeida Macedo para governador das ilhas de Timor e Solor por decreto de 28 de Agosto último (...)» (Arm. V-VI, n. 12, 2, fl. 116)

A 3 de Julho de 1855 foi nomeado para o cargo de Secretário Geral da Índia. Pouco pois de chegar a Goa publicou *De Lisboa a Goa pelo Mediterrâneo, Egypto, e Mar Vermelho, em Setembro e Outubro de 1855. Carta circular que a seus amigos da Europa dirige J.H. da Cunha Rivara.*

Serviu o Visconde de Torres Novas até 24 de Dezembro de 1864, dia em que ele largou o governo. Na Índia bateu-se pelo aperfeiçoamento dos serviços administrativos, da instrução pública e da educação popular. Cunha Rivara foi o responsável por estabelecer a circunscrição dos bispados da Índia na jurisdição do Padroado português no Oriente. O governo dá-se por satisfeito com os serviços de Rivara, mostram-no além do facto da recondução, as distinções honoríficas com que gradualmente o tem remunerado, e as comissões especiais, por vezes confiadas ao seu zelo e inteligência. Sobressaem entre estas a de comissário régio para a circunscrição dos bispados da Índia pertencentes ao padroado português. Rivara empenhou todos os seus esforços na sustentação dos direitos que competem ao padroado, pugnando pelo decoro e honra nacional, não só nas negociações, mas também como escritor em polémicas levantadas na imprensa (cf. Arquivo Pittoresco:1868:63).

Em 1859, o ministro Sá da Bandeira nomeou-o comissário régio no Oriente. Com o objectivo de cumprir a missão que o Governo português o havia incumbido (por instigação de Alexandre Herculano e D. Pedro V) – o de ser o continuador dos trabalhos históricos de João de Barros e Diogo do Couto sobre as conquistas portuguesas no Oriente⁶⁰, viajou por toda a Índia vasculhando e organizando muitos arquivos (Mónica:2006:477). No periódico mensal de que era redactor, *O Chronista de Tisuary*, Rivara dá-nos o ponto da situação das investigações: «Não ousamos porem aproveitar-nos da generosa faculdade, que o Ministro nos concedia, de percorrer com subsidio do Governo, os logares onde os portugueses deixaram de si perpetua memoria, porque receiavamos prometter mais do que podíamos dar; mas encarregados de outras honrosas comissões de serviço publico, tivemos occasião de conseguir nesta parte o mesmo intento, e desde Dio até ao Cabo de Comorim, desde a costa do Malabar até a de Choromandel, visitamos não poucos logares, onde ou magestosas ruínas, ou monumentos, que ainda duram na sua integridade, attestam os feitos de nossos maiores» (*O Chronista de Tisuary*:1866).

60 - Em Portaria de 31 de Maio de 1858: « Constando a Sua Magestade ElRei, que o Secretario do Governo Geral do Estado da Índia, o Bacharel em medicina, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, se propõe continuar os trabalhos históricos de Barros e Couto sobre as conquistas e domínio dos Portuguezes na Ásia; e desejando o mesmo Augusto Senhor, que n'este tão louvável empenho e importante serviço, a que aliás as suas habilitações dão sobeja garantia de execução, se faculte toda a possível coadjuvação; Manda pela Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, que o Governador Geral do dito Estado preste ao mencionado Bacharel os auxilios de que ele carecer, quando haja de sair de Goa para visitar quaesquer logares onde haja de fazer pesquisas, e colher esclarecimentos relativos aos feitos e successos da epocha que pretende descrever; devendo o mesmo Governador Geral comunicar à respectiva Junta da Fazenda, que fica auctorizada a fazer despeza, que para similhante fim for necessária. Paço 31 de Maio de 1858. – Sá da Bandeira» (Paixão:1982a).

Este periódico pretendia ser um arquivo de informações, memórias, documentos, e relações de sucessos antigos e modernos no que respeita à história e geografia das regiões orientais.

Continuou em funções na Índia durante o governo José Ferreira Pestana até 30 de Junho de 1869, e depois novamente desde 14 de Outubro do mesmo ano até 8 de Maio de 1870. Ano em que pede a exoneração, mas só regressa a Portugal em 1877, dedicando-se durante este período a estudos históricos no Oriente. Retirado em Évora dedica-se à actividade intelectual. Era sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e da Real Sociedade Asiática. Foi um dos fundadores do Instituto Vasco da Gama (cf. Mónica:2006:478).

Morre a 20 de Fevereiro de 1879, tendo efectuado os seus últimos trabalhos de investigação na Biblioteca de Évora a 17 de Fevereiro (cf. Arm. V-VI, n.º5, 12) quando trabalhava nas derradeiras memórias literárias, que deixou incompletas e se intitulavam *Camões e Bocage na Índia* (cf. Espanca:1978:227)

2. Bibliografia de um bibliotecário romântico

A obra de Rivara parece-nos interminável. Os seus escritos repartem-se por áreas tão distintas que quase nos atreveríamos a designá-lo como espírito enciclopédico. Da história à linguística, da política às crónicas de viagem é comum deparar-nos num qualquer jornal dos meados do século XIX com artigos ou obras avulsas deste bibliotecário. Como historiador, etnógrafo e bibliotecário, quatro obras bastariam para lhe dar notoriedade: *Memórias da Villa de Arraiolos*; *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*, *Arquivo Português-Oriental* e o *Chronista de Tisuary*. Foi polemista e epistológrafo de valor, sendo de realçar os folhetos que escreveu e editou em defesa do Padroado português do Oriente, assim como a correspondência que trocou com Castilho⁶¹, Herculano⁶², Garrett.⁶³

Foi tradutor e crítico literário, utilizando o latim, inglês, concani, marata, francês e alemão. Como editor, prefaciador e divulgador de obras científicas e históricas desempenhou uma acção importantíssima em vários campos que

61 - apresentadas por Luís Silveira, 1946.

62 - por exemplo, cf. Arm IX, n.º 21 (i)

63 - por exemplo, Cf. Arm. IX, n.º 21 (w)

abarcam a medicina, a política, a arqueologia, a filosofia, a história religiosa, e a pedagogia.

Vejamos as obras da sua exclusiva responsabilidade, resultante de trabalho próprio:

- I - *Catálogo dos manuscritos da biblioteca pública eborense*, 1850;
- II - *Apontamentos sobre os oradores parlamentares de 1853, por um deputado*, 1853;
- III - *De Lisboa a Goa pelo Mediterrâneo, Egypto e Mar vermelho em Setembro e Outubro de 1855*, 1856;
- IV - *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*,⁶⁴1858;
- V - *Ensaio histórico de língua Concani*, 1858;
- VI - *Reflexões sobre o padroado portuguez no Oriente, applicadas á proclamação pastoral do reverendo Fr. Angélico, provigario apostólico em Bombaim, aos soldados, catholicos romanos da mesma presidência: por um portuguez*, 1858;
- VII - *Additamento ás Reflexões sobre o padroado Portuguez no Oriente: por um portuguez*, 1858;
- VIII - *Reflexões sobre a matéria da petição de agravo, que em defesa do prelado de Moçambique fez o advogado Levy Maria Jordão*, 1860;
- IX - *A Concordata mutilada e torcida pelos propagandistas*, 1860;
- X - *O Manifesto preventivo dos propagandistas da Índia contra a concordata*, 1860;
- XI - *Perigos presentes da igreja cathólica, ponderados por um portuguez*, 1861;
- XII - *O arcebispo de Goa e a congregação de propaganda Fide: por um portuguez*, 1863;
- XIII - *Inscrições de Diu, transladadas das próprias em Janeiro de 1859*, 1865;
- XIV - *O Chronista de Tissuary; 1866 - 1869*;

Obras e trabalhos de outros autores, publicados com prefácios e/ou outras anotações:

- i - *Breve dissertação sobre o que devemos entender por autores clássicos* por Cândido Lusitano, 1842;
- ii - *Prefácio às Reflexões sobre a língua portugueza* por Cândido Lusitano, 1842;

64 - Esta obra contém a notícia da navegação de Francisco Pyrard de Laval às Índias Orientais: Ilhas de Maldiva, Maluco, e ao Brasil com a descrição de costumes, leis, usos, política e governo.

- III – *Grammatica da língua Concani*⁶⁵; 1857;
- IV – *Grammatica da língua Concani no dialecto do Norte*⁶⁶; 1858;
- V – *Archivo portuguez oriental*⁶⁷; 1857 – 1861;
- VI – *Grammatica de língua Concani escripta em portuguez por um missionário italiano*⁶⁸; 1859;
- VII – *Cartas de Luís António Verney e António Pereira de Figueiredo aos padres da Congregação do Oratório de Goa*; 1858
- VIII – *Memorias sobre as possessões portuguezas na Ásia* por Gonçalo de Magalhães Teixeira; 1859;
- IX – *Demonstratio Júris Patronalus Portugaliae Regum a claríssimo viro D. Ludovico de Sousa, Archiepiscopo Bracharensi, apud Roman Curiam Legato, jussu Serenissimi Principis Portugaliae Regnorum Regentis Summo Pontifici Innocentio XI Ano MDCLXXVII oblata. Opus, quod, cum hucusque ineditum permansisset, nunc in lucem prodit. Curante J. H. da Cunha Rivara*; 1859;
- X – *Descrição dos Rios de Sena* por Francisco de Mello e Castro; 1861;
- XI – *Observações sobre a história natural de Goa* por Manuel Galvão da Silva; 1862;

Tradução e anotações:

- I – *As Notas à pastoral de Fennelly vertidas em inglês que saíram com o título: Notes on the pastoral address of the right Rev. Dr. Fennelly*, 1864;

Traduções:

- I – Tradução do inglês de *Supplemento à Memoria sobre a cultura das cinchonas, ou extracto do relatório do anno de 1863 – 1864*;
- II – *Tradução portugueza de varias bullas acerca de S. Francisco Xavier*, 1861;
- III – *Memoria da propagação e cultura das cinchonas medicinaes, ou arvores de quina do Peru* de W. Graham Ivor, com tradução do inglês por Rivara, 1864;
- IV – Tradução do inglês da *Carta à real sociedade asiática, secção de Bombaim sobre as duas inscrições portuguezas de Chau*⁶⁹; 1868;

65 - Esta gramática foi composta pelo Padre Thomaz Estêvão e é precedida por um ensaio histórico da língua Concani de Rivara

66 - Foi composta no século XVI por um missionário português, mas desconhece-se o nome. Rivara aparece nesta obra também como editor.

67 - Contém contribuições de Rivara em fascículos que versam na sua totalidade sobre a correspondência entre a Casa Real Portuguesa e os vice-reis da Índia durante o século XVI.

68 - Autor desconhecido

69 - Corrigiu a transcrição e correspondente tradução inglesa que saiu em português no Chronista de Tissuary.

Editor:

- I – *Litterae sacerdotum goanae diocesis in Salsette insula degentium*; 1861;
- II – *Analyse do folheto intitulado: O visconde de Torres Novas e as eleições em Goa, 1862*;
- III – *Pastoral do illustrissimo doutor Fennelly, vigário apostólico em Madrasta*; 1863;
- IV – *A jurisdição diocesana do bispado de S. Thomé de Meliapor nas possessões inglezas e francezas. Averiguação de sucessos antigos por occasião de outros modernos na igrája de Royapuram de Madrasta: por um portuguez (Anónimo)*; 1867;
- V – *Diccionario portuguez – Concani composto por um missionário italiano*; 1868
- VI – *Brados a favor das communidades das aldeãs do estado da Índia*, 1870;
- VII – *Documentos sobre a occupação da bahia de Lourenço Marques na costa oriental de África, que na primeira metade do século XVIII fizeram; ou tentaram algumas nações da Europa, especialmente a hollandeza, extrahidos do archivo do governo geral da Índia portugueza*; 1873;

Contribuições em obras de outros autores:

- I – *Descripção de tres códices, existentes na Bibliotheca Publica eborensis, do escripto intitulado Roteiro Geral com largas informações de toda a costa que pertence o Estado do Brazil* por Gabriel Soares de Sousa; 1839;
- II – *Relatorio sobre o ensino da philosophia* saiu impresso na *Revista Litterária do Porto*, sem intervenção do autor, 1839⁷⁰;
- III – *Epitaphio latino de André de Resende* por Francisco Adolpho de Varnhagen, 1839
- IV – *Descobrimto de algumas folhas do Cancioneiro chamado de Collegio dos in Trovas e cantares de um códice do século XIV* por Francisco Adolpho Varnhagen⁷¹; 1842.

70 - O original manuscrito encontra-se na BPE – Arm. V-VI, n.º 19, 17, 6(e) – Memória sobre a insufficiencia do ensino da Philosophia racional pelo methodo ordenado no Decreto de 17 de Setembro de 1836.

71 - Não como escrito de Rivara, mas como serviço literário. Varnhagen na Introdução afirma que o Sr. Rivara descobriu na Biblioteca Pública de Évora várias folhas do Cancioneiro que já faltavam no Códice do Colégio dos Nobres. Destas folhas falou Rivara directamente a Alexandre Herculano, que as pediu para juntar ao próprio códice. Este conserva-se na Biblioteca da Ajuda, onde na época, Herculano era bibliotecário.

V – *Deux mots sur l'arc romain qu'on nommait aussi portique de la grande place d'Evora, et sur les colonnes qui en faisaient partie, par M. Rivara, bibliothecaire d'Evora in Les Arts en Portugal de Dictionnaire historico-artistique du Portuga* pelo Conde Rackynski; 1847 ;

VI– *Noticia de Francisco Xavier de Oliveira* ; 1855

VII – *Resumo histórico da vida de S. Francisco Xavier* por Felipe Nery Xavier; 1861;

No estudo da biobibliografia de Rivara podemos discernir dois períodos distintos, relacionados com o exercício das suas funções profissionais. O primeiro enquanto bibliotecário de 1838 a 1855, e o segundo enquanto Secretário-geral da Índia de 1855 a 1874. A sua actividade profissional influencia de forma bastante notória a quantidade de obras dadas ao prelo pelo arraiolense. No primeiro período o número de obras, onde de qualquer forma Rivara contribuiu, situa-se em 10, ao passo que enquanto Secretário Geral da Índia o número mais que triplica: 34 obras (gráfico 1).

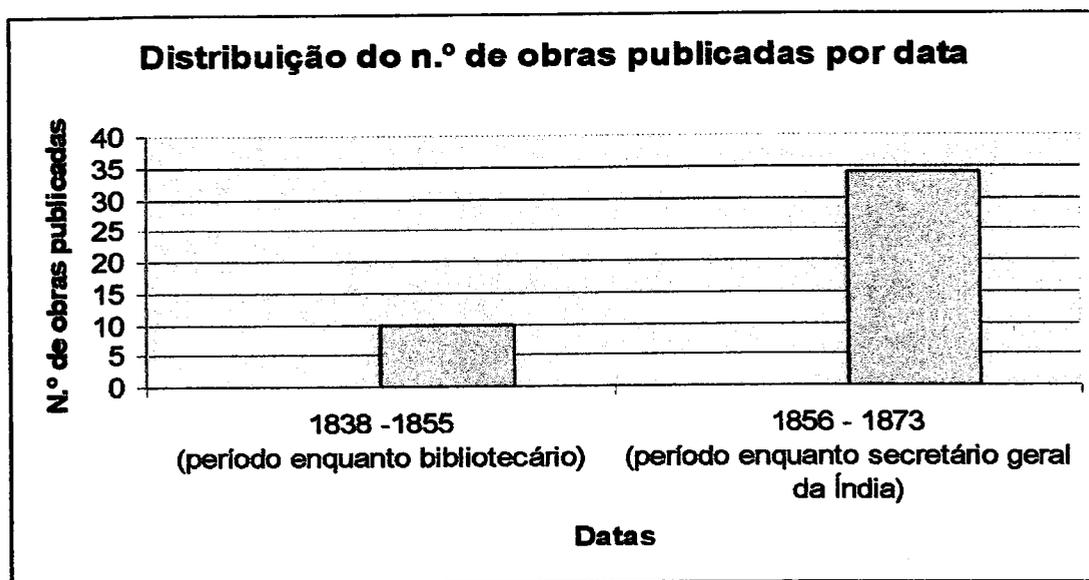


Gráfico 1 – Distribuição do n.º de obras publicadas por data

A temática das obras difere consoante o período da sua vida. Como podemos observar no gráfico 2 durante o período em que foi Director da Biblioteca Pública de Évora, Rivara escreveu obras relacionadas com a Biblioteconomia, destacando-se aqui o *Catalogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*; obras relacionadas com autores e língua portuguesa, assim como de História de Portugal. Aquando Secretário-geral da Índia o seu tema de eleição foi a questão do Padroado, as

questões linguísticas, nomeadamente enquanto editor e anotador de Gramáticas de Língua Concani e Dicionários de Português – Concani.

Sobre esta questão interessa referir o objectivo de Rivara na publicação deste tipo de obras: «Mas tornado a Goa, he certo, que a língua desta terra, tão cultivada no século XVI e parte do XVII, fora depois desprezada e perseguida, a ponto de chegarem os que a falavam a ignorar quasi a sua leitura e a desconhecer de todo a theoria de suas formas grammaticaes. No intento de mostrar as causas deste estranho phenomeno, escrevi o *Ensaio histórico da língua Concani*, ao qual juntei a *Bibliotheca Concani* como inventário. Reimprimi a *Grammatica* do Padre Thomas Estêvão, e publiquei pela primeira vez a *Grammatica antiga do Dialecto do Norte* e a moderna de um Padre italiano. Procurei quem me ajudasse no mais árduo empenho de preparar para impressão o *Diccionario*, mas desenganado de não achar quem procurava, metti mãos à obra sozinho, e publiquei o *Diccionario portuguez – concani* do Missionário italiano» (Rivara e Neves:1929:48 – 49).

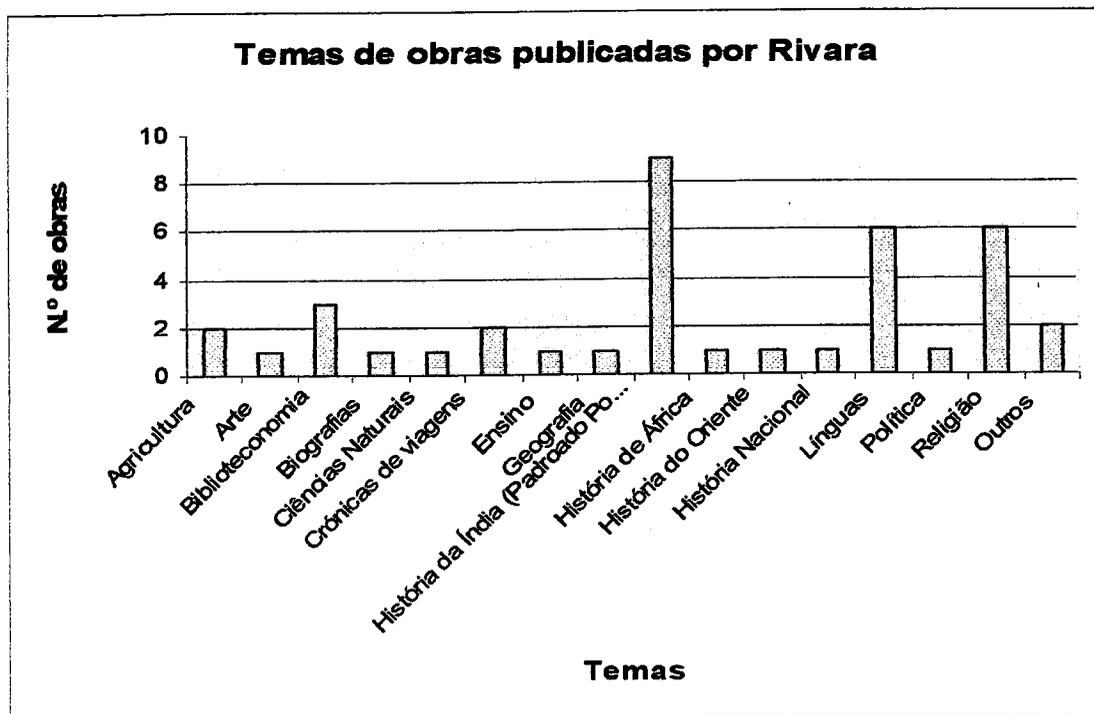


Gráfico 2 – Temas de obras publicadas por Rivara

Um outro tema que se destaca no segundo período são as obras relacionadas com a Religião, sobretudo a acção missionária da Igreja na Índia, relacionada com o tema do Padroado e a questão da concordata (gráfico 2).

Rivara traduziu, anotou e editou obras que considerava serem importantes testemunhos de notícias para a história dos portugueses na Índia.

Os outros temas decorrem de experiências de Rivara enquanto político e professor, da viagem de Lisboa para Goa, assim como obras dadas ao prelo resultado do estudo de inúmeros documentos dos Arquivos da Índia, enquanto nomeado para continuar as *Décadas* de Couto e João de Barros.

O grau de responsabilidade que possui nas obras publicadas oferece algumas indicações interessantes. Vejamos o gráfico 3 onde se destacam as obras de composição própria, mas com uma percentagem assaz elevada surgem os prefácios, introduções e outras anotações a obras de vários autores. Neste domínio podemos encontrá-lo como prefaciador de obras de Cândido Lusitano: *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* e *Breve dissertação sobre o que devemos entender por autores clássicos*. Podemos indicá-lo como autor da introdução da obra *Gramática de Língua Concani* e anotador da obra de Gonçalo de Magalhães Teixeira, *Memórias sobre as possessões portuguesas na Ásia*, para indicar apenas alguns exemplos.

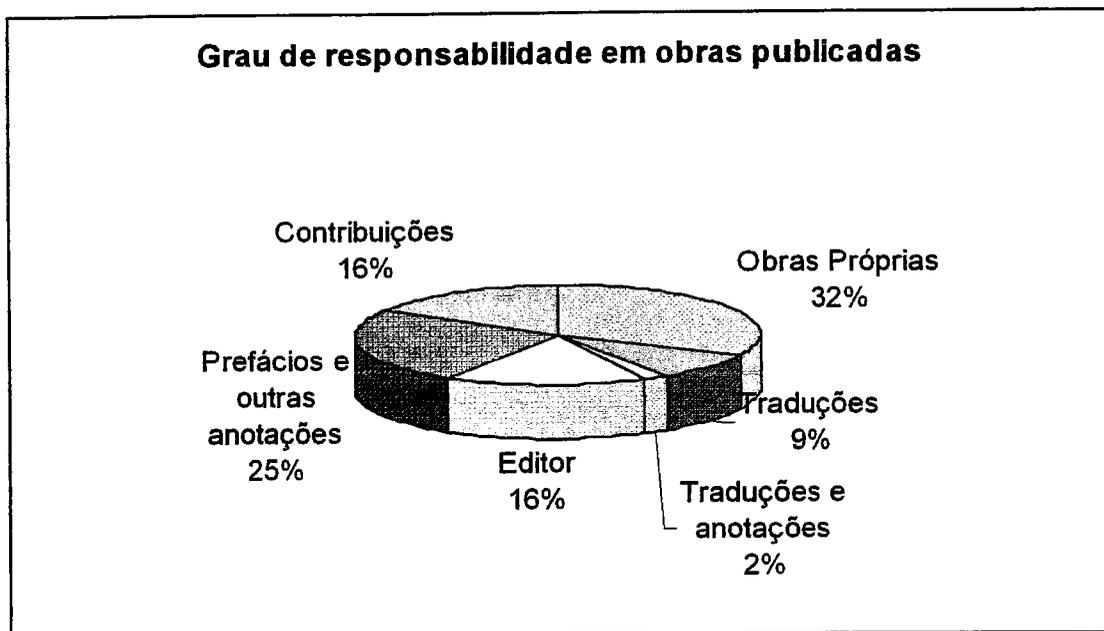


Gráfico 3 – Grau de responsabilidade em obras publicadas

Como editor, destacam-se obras relacionadas com linguística, Gramáticas e Dicionários, assim como obras sobre geografia e ciências naturais alusivas ao Oriente. Contribuições de Rivara em obras de outros autores podemos indicar duas obras de Francisco Adolpho Varnhagen sobre biblioteconomia, e na obra *Les Arts en Portugal* do Conde Rackynski sobre Évora Romana. As traduções, especialmente do

inglês, referem-se a obras relacionadas com a questão do Padroado Português do Oriente.

Uma última nota no que se refere ao grau de responsabilidade de Rivara em obras publicadas: como redactor do periódico mensal *O Chronista de Tisuary* (1866 – 1867). Publicou aqui documentos históricos e políticos de interesse.

De forma a podermos avaliar as causas e a intenção de publicar/editar determinadas obras durante a sua estada na Índia surge-nos o *Oficio de Cunha Rivara ao Secretário de Ciências Morais e Políticas, e Belas Letras, da Academia Real das Ciências*. Este Oficio fornece-nos uma síntese excelente das obras publicadas por Rivara enquanto Secretário-geral da Índia.⁷²

A tabela seguinte apresenta-nos um número aproximado de artigos que terá publicado nos vários periódicos em que colaborou.

Periódico	N.º de artigos	Anos em que participou
O Panorama	67	1838 - 1854
Revista Literária do Porto	4?	1838 – 1842
Revista Universal Lisbonense	17?	1841 - 1843
Aurora	2?	1846
Boletim do Governo do Estado da Índia	800	1855 - 1874
Dicionário Bibliográfico português	?	1857 - 1876
Archivo Português Oriental	?	1852 - 1866
Archivo Universal de Lisboa	6	1859 - 1861
<i>Jornal de Pharmacia e sciencias medicas da Índia portugueza</i>	8	1862 – 1863
<i>Archivo de pharmacia</i>	68	1864 - 1871
O Chronista de Tisuary	REDACTOR	1866 - 1869
Imprensa	20	1870 -1871
Instituto Vasco da Gama	23	1872 - 1874
Total de artigos contabilizados	1015	

Tabela 2 – N.º de artigos publicados por periódico e ano da colaboração

72 - Vide Oficio - anexo 5.

Mas a sua bibliografia não se ficou por monografias, estreou-se n' *O Panorama*, apesar de ter publicado, ainda enquanto universitário, alguns artigos como anónimo entre 1835 e 1836, em jornais de Coimbra. Foi um colunista assíduo d' *O Panorama* (entre 1838 a 1854). Também colaborou na *Revista Literária do Porto* (1841); na *Revista Universal Lisbonense* (1841 – 1842); *Aurora* (1841 -1842); *Boletim do Governo do Estado da Índia* (1855 – 1874); *Dicionário Bibliográfico Português* (1857 – 1876); *Arquivo Português-Oriental* (1857 – 1876) *Archivo Universal de Lisboa* (1859 – 1861); *Jornal de Pharmacia e sciencias medicas da Índia portugueza* (1862 – 1863); *Archivo de pharmacia* (1864-1871)⁷³; *O Chronista de Tissuary* (1866 – 1869); *Imprensa* (1870 – 1871); e *Instituto Vasco da Gama* (1872 – 1874).

Como podemos observar, Rivara nos vários periódicos em que colaborou produziu mais de mil artigos. Contudo, não estaríamos a pecar por excesso se considerássemos que ao longo da sua vida teria publicado mais de dois mil artigos, distribuídos pelas mais diversas temáticas. Aos mil e quinze artigos efectivamente constabilizados teríamos que acrescentar as centenas de artigos que publicou no periódico do qual era redactor – *O Chronista de Tissuary* entre 1866 e 1869, assim como nos periódicos *Dicionário Bibliográfico Português* e *Archivo Português Oriental*.

Na impossibilidade de analisar com algum pormenor todos os periódicos onde participou, seleccionámos dois que são ilustrativos das duas fases consideradas: enquanto bibliotecário (1838 a 1855) – *O Panorama* e enquanto Secretário-geral da Índia (entre 1856 e 1874) – *Boletim do Governo do Estado da Índia*.

N' *O Panorama*, jornal onde se estreou efectivamente, teve uma presença pouco regular em termos de frequência. Dos 68 artigos que entregou para publicação, eles encontram-se dispersos por 11 anos. O ano de 1853 absorve metade dos artigos. Este facto deve-se à publicação das *Memórias da villa de Arraiolos* repartidas por 34 artigos.

73 - Continuação do *Jornal de Pharmacia e sciencias medicas da Índia portugueza*.

Entre 1845 e 1852 não publicou qualquer artigo neste periódico. Esta ausência está relacionada com o facto de Rivara ter iniciado a pedido da Câmara Municipal de Évora a elaboração do Índice Chronologico e extracto dos documentos do cartório desde o Reinado de D. João I até 1800.

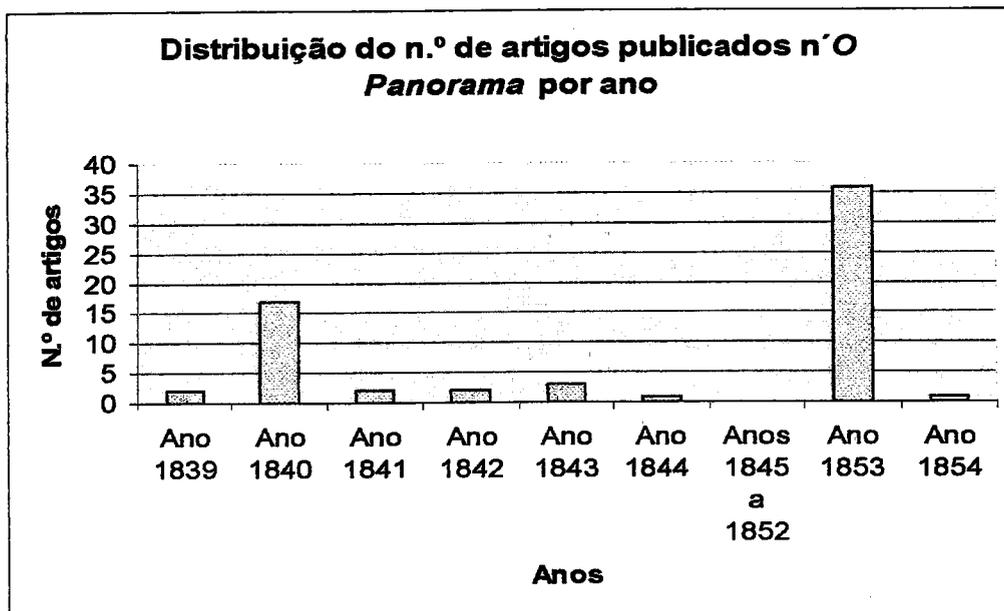
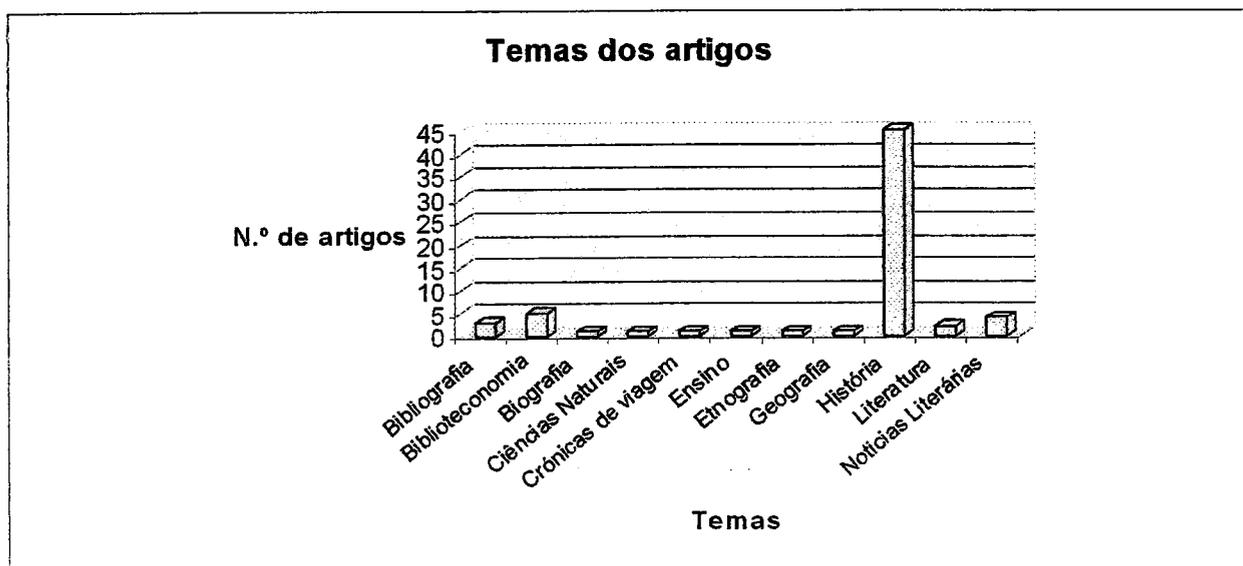


Gráfico 4 – Distribuição do n.º de artigos publicados n'º Panorama /ano

Quanto à temática o gráfico 5 mostra-nos que existe uma diversificação, contudo, podemos denotar uma concentração no tema que lhe era mais querido – História. A maioria destes é resultado de pesquisas em arquivos nacionais. Publica alguns artigos relativos à sua actividade profissional – professor do Liceu e bibliotecário: Biblioteconomia, biografias; literatura e Notícias literárias. De destaque o romance publicado por Rivara: *Um Feiticeiro (Chronicas da Inquisição)* em 1840. Outros ficaram manuscritos e aí se conservam na Biblioteca Pública a aguardar publicação, é o caso de *Zulmira – Drama Heróico* (Arm. I, n.º 15).



Walter Scott constitui uma fonte profunda tanto para Herculano como para Rivara. Fora ele o inspirador da sua missão de romancista histórico. Scott está presente no paradigma de literatura que Herculano criou em Portugal e Rivara seguiu.

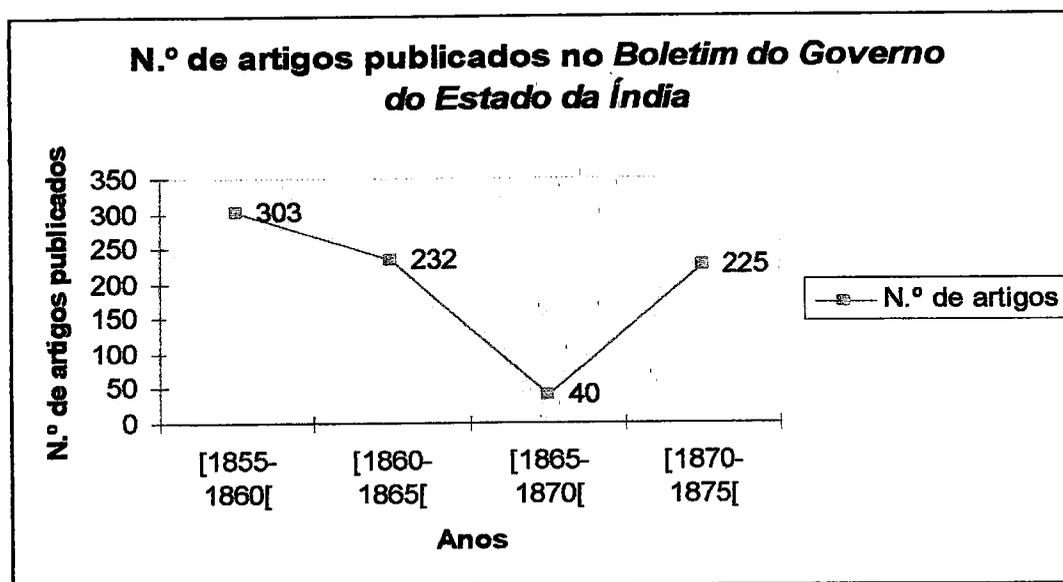


Gráfico 6 – N.º de artigos publicados no *Boletim do Governo do Estado da Índia*

No segundo período, enquanto Secretário-geral da Índia, o periódico onde a sua colaboração foi mais frequente ao longo de quase vinte anos foi o *Boletim do Governo do Estado da Índia*. A sua colaboração neste periódico é sistemática e constante. Como podemos observar no gráfico 6 a quebra verificada no intervalo de [1865 – 1870[coincide com a sua experiência de redactor do periódico *O Chronista de Tisuary* (1866 – 1869).

O elevado número de artigos publicados são na sua grande maioria memórias históricas e cópias de documentos encontrados nos vários Arquivos da Índia.

Dos 800 artigos contabilizados entre 1855 e 1874, Rivara elege para tema de publicação situações actuais que o preocupavam. Desta forma 67% das publicações referem-se à questão do Padroado Português do Oriente e a acção da Igreja na Índia (gráfico 7).

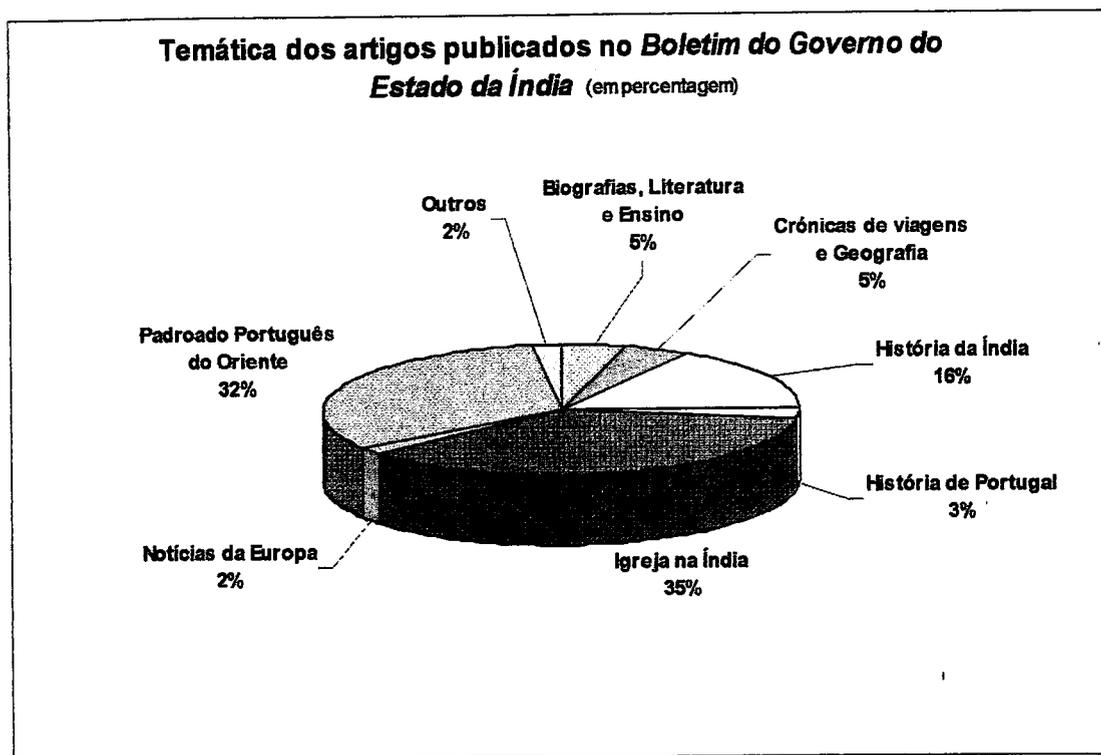


Gráfico 7 – Temática dos artigos publicados no *Boletim do Governo do Estado da Índia*

Como resultado da sua actividade arquivística, e da nomeação pelo visconde Sá da Bandeira para continuar as *Décadas*, vários artigos saem sobre a História da Índia. Nunca se chegou a imprimir nenhuma obra sobre este tema que tanto interessaria a Portugal. Mas em carta de 22 de Junho de 1871 a Augusto Phillippe Simões dizia «Continuo a escrever a Historia da Índia, e espero ter prompto um volume até Dezembro» (cf. Rivara e Barata:1942).

Interessante verificar que 121 dos artigos publicados são traduções do inglês, e apenas 4 resultam do francês. Curiosamente, as temáticas das traduções inglesas referem-se à acção da Igreja na Índia Britânica, assim como artigos sobre invenções e transportes, artigos comparativos entre os modos de vida britânicos e dos indígenas. As traduções do francês são sobre a História de Portugal e os artigos são da autoria de Elias Regnault e de Teixeira de Vasconcelos.

3. A investigação sobre Cunha Rivara

Rivara sempre foi um homem discreto, apesar de um trabalhador infatigável das letras como atesta a sua inúmera bibliografia. Embora as suas obras sejam de

interesse fulcral para o conhecimento do século XIX ao nível da história, crónicas de viagem, jornalismo, epistolografia, filologia e etnografia. Mas, as suas obras, apenas são do conhecimento de uma minoria, parte dela jaz em manuscritos; a que foi publicada foi-o na grande maioria no século XIX durante a vida do autor.

Rivara, não obstante, os inúmeros e importantes cargos que desempenhou, o valiosíssimo trabalho intelectual que prestou ao país, nas mais diversas áreas do saber, permanece, salvo algumas excepções, no rol dos esquecidos como figurante na vida histórico-literária do Portugal do século XIX.

De entre todas as obras que abordam Rivara contam-se Álvaro Neves, Luís Silveira, Caetano Gonçalves, Germano Silva Correia, Oliveira Marques, Jean Aubin e Geneviève Bouchon, assim como o conde Raczyński. Milhares de escritos, lidos por meia dúzia de interessados, encontram-se na Biblioteca Pública de Évora esperando pela publicação. Folhear a produção literária de Rivara é significado de nos sentirmos demasiado pequenos. Apesar da sua formação em medicina, a sua produção estende-se a ramos do conhecimento como a história, a filologia, a geografia, o direito, a etnografia, entre outros.

Até agora os biógrafos de Cunha Rivara limitaram-se a notícias dadas na imprensa periódica ou a obras de conjunto. Inocêncio Dias da Silva no *Diccionario Bibliográfico*⁷⁴ e no *Arquivo Pitoresco*, Augusto Filipe Simões no *Instituto*, António Francisco Barata no *Diário da Manhã*, e Gabriel Pereira nos *Estudos Eborenses*⁷⁵.

No que respeita a obras que tomam o bibliotecário por protagonista contam-se: Álvaro Neves em 1929 deu ao prelo o Caderno autobiográfico de Rivara.⁷⁶ Esta constitui uma fonte de informação excelente para o conhecimento de muitas das particularidades da sua vida e da maneira de ser de Rivara.

Luís Silveira em 1926, numa pequena monografia dá-nos a melhor síntese até hoje publicada sobre a vida e obra de Rivara.⁷⁷

Caetano Gonçalves em 1952, publica uma pequena obra que constitui uma sinopse do percurso do arraiolense.⁷⁸

74 - Inocêncio Francisco da Silva - *Diccionario bibliographico portuguez: estudos applicáveis a Portugal a ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858 - 1923.

75 - Gabriel Pereira - *Estudos Eborenses*. Évora: Minerva Eborensis, 1984.

76 - Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara; Álvaro Neves (anotad.) - *Memórias biográficas de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara anotadas e seguidas da Bibliografia do Padroado Português no Oriente*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1929.

77 - Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara; Luís Silveira (pref., selec., e comp.) - *Cunha Rivara*. Évora: SNI, (Idearium. Antologia do pensamento português), 1945.

78 - Caetano Gonçalves - *Cunha Rivara*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1952.

Germano da Silva Correia na sua *História da Colonização portuguesa na Índia* cita Rivara dezenas de vezes, tal o seu impacto por terras do Oriente, enquanto Secretário Geral do Governo da Índia.⁷⁹

Oliveira Marques, em 1975, na *Antologia da Historiografia Portuguesa* reconhece o seu valor e dedica-lhe algumas páginas.

Miguel Vicente de Abreu, que serviu Rivara em Goa, publica na obra *Noção de alguns filhos distintos da Índia portuguesa que se ilustram fora da pátria. Notas biobibliográficas de Rivara*. Esta obra retrata a vida e obra de Rivara no Oriente.⁸⁰

António Lopes Mendes, contemporâneo de Rivara, transcreve a sua biografia que já havia sido publicada na *Revista Ocidente*, saindo novamente em 1886 inclusa na obra sobre a *Índia Portuguesa*.⁸¹

Alexandre Herculano, também ele contemporâneo e amigo de Rivara, na advertência na sua *História de Portugal* dedica-lhe alguma atenção.⁸²

Por ocasião do centenário da morte de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara foi publicado com o mesmo título uma exposição biobibliográfica onde se faz uma breve resenha da vida e obra do ilustre intelectual de Arraiolos.⁸³ Este catálogo sai do ciclo cultural Rivara que se estendeu durante o ano de 1979 integrando palestras, exposições, poesia, teatro, publicações e colóquios.

José Felipe Mendeiros em 1982 publica nos *Anais a separata Cunha Rivara e o padroado português no Oriente* centrando-se na acção de Rivara na defesa do padroado português no Oriente.

George Moraes na obra *Contributions of Cunha Rivara to indian historiography* exalta a imensa obra de Rivara sobre a Índia.⁸⁴

É ainda referido por Gil do Monte na obra *Jornalismo eborense (1846 – 1976)* onde dá algumas notas biográficas de Rivara e os periódicos eborenses onde participou.⁸⁵

79 - Alberto Carlos Germano da Silva Correia – *História da Colonização portuguesa na Índia*. Lisboa: Ag. Geral das Colónias. 6 vols., 1948 – 1958.

80 - Miguel Vicente de Abreu – *Noção de alguns filhos distintos da Índia portuguesa que se ilustram fora da pátria*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1874.

81 - António Lopes Mendes – *A Índia Portuguesa: breve descrição das possessões portuguesas na Ásia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

82 - Alexandre Herculano – *História de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro. (Oitocentos anos de História: 2, 3). 2 vols., 1990.

83 - *I centenário da morte de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1879 – 1979): exposição bibliográfica*. Arraiolos/Évora: [Câmara Municipal de Arraiolos], 1979.

84 - George Moraes – «Contribution of Cunha Rivara to historiography» in *Estudos de História e Cartografia Antiga - Memórias*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 650 – 669.

85 - Gil do Monte – *O Jornalismo Eborense (1846 – 1876)*. 2ª edição. Évora: Gráfica Eborense. 1978.



JOAQUIM MELCHIOR DA CUNHA RIVARA --- (Fotografia de 20 de Junho de 1879)
(Segundo uma fotografia de M. Bartholdi)

In Revista Occidente, 1879

Capítulo 4 – Liberalismo: uma nova concepção do saber

1 - Bibliotecas públicas: as incorporações dos fundos conventuais

A extinção das ordens religiosas com o advento do liberalismo não foi um acontecimento abrupto no tempo, uma vez que o ataque ao poderio do clero regular insere-se num movimento de longa duração iniciado no século XVIII, aquando a expulsão dos jesuítas durante o consulado do Marquês de Pombal (cf. Barata:2003:23). Utilizando a tese de António Martins da Silva nada começa *ex nihilo*, os antecedentes vintistas do processo desamortizador remonta ao século XVIII, contudo, o país não estava preparado nem estrutural, nem culturalmente para a extinção das ordens religiosas, nem para as consequências que a sua extinção acarretaria (cf. Silva:1997:17).

A falta de preparação colocou alguns obstáculos, entre os quais podemos destacar o processo de arrecadação das livrarias conventuais. Esta foi a primeira grande transferência organizada de fundos documentais a nível nacional, não comparável à arrecadação das livrarias jesuítas (nem em termos de dimensão, nem em termos geográficos). O processo de arrecadação ocorrido após 1834 contava com 243 livrarias dispersas por todo o território nacional (cf. Barata:2003:392).

Com o liberalismo toma-se consciência que o destino natural das livrarias conventuais deveria ser uma instituição pública de vocação cultural, à semelhança do que já acontecera, embora em menor escala, no século XVIII (cf. Barata:2003:30).

Os livros provenientes dos conventos estavam, na sua grande maioria, relacionados com religião. Os livros entrados provinham sobretudo dos conventos de Lisboa num total de 140, seguindo-se-lhes Leiria, Viana do Castelo e Évora. Embora o depósito, sob a coordenação do DLEC, fosse maioritariamente constituída por livros, a verdade é que lhe foram anexados quadros, painéis e outros utensílios, muitos deles serviram de base à criação de museus (cf. Ventura:2000:59).

A arrecadação deveria ser efectuada sob a coordenação do DLEC, mas em articulação com as autoridades regionais encabeçadas pelos administradores gerais do distrito (cf. AHBN – 10 – Circular do CADLEC aos administradores gerais de distrito (1837)). As funções de arrecadação e organização (que incluía a inventariação e classificação que se pretendia uniforme a nível nacional) vão-se

juntando uma outra função, a distribuição do acervo no âmbito da criação de bibliotecas públicas e de museus nas capitais de distrito (cf. AHBN – 8, Port. de 2 de Novembro de 1836).

Em Évora, a arrecadação das livrarias conventuais foi efectuada pelas autoridades locais, a sua arrecadação e organização fora, em 1835, através da acção do DLEC com as autoridades regionais confiada a Francisco de Paula Velez de Campos (cf. Barata:2003:116). José Silvestre Ribeiro na obra *Apontamentos históricos sobre Bibliotecas Portuguesas* dá-nos a notícia que em 1845 estavam arrumados na biblioteca mais de 5000 volumes provenientes das livrarias conventuais (cf. Ribeiro:1910, Tomo 19:54). Em Évora, existiam em 1834, 56 conventos, dos quais apenas 12 contavam com livraria (cf. Barata:2003:392). Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, primeiro bibliotecário civil, em 1839 em carta dirigida ao Administrador Geral do distrito acerca da venda de papel fixa a colecção conventual nos 50 000 volumes (cf. Arm. V-VI, n.º12, 4º, n 4(w)). Mas segundo Gabriel Pereira e José Felipe Mendeiros, Rivara só integrou na colecção cerca de 10 000 volumes provenientes das livrarias dos extintos conventos (cf. Gabriel Pereira:1886:9 e Mendeiros:1982:100).

Esta intenção de Rivara vem na sequência daquilo que sentiram todos os bibliotecários e administradores que se envolveram na arrecadação: a homogeneidade temática e tipológica dos livros levou ao desinteresse e à noção de que não era viável nem útil a incorporação total dos livros conventuais na colecção das bibliotecas públicas (cf. Barata:2003:97).

2. O novo conceito de biblioteca como reflexo da nova concepção do saber

A política de distribuição do acervo documental das livrarias conventuais surge-nos entrelaçada na própria política cultural do liberalismo que encarna por sua vez numa nova concepção do saber. Denota-se aqui a importância do contexto político-cultural, do paradigma, na forma como o defendia Thomas Kuhn na obra *As Estruturas das Revoluções Científicas*.

A política cultural do regime liberal assenta na tríade: conhecimento – biblioteca – instrução. Alterando-se a concepção da organização do saber altera-se o conceito de biblioteca que com ele se relaciona, surgem desta forma novas paradigmas a que podemos chamar dicotómicos: privado/público;

inútil/útil; religioso/laico; geral/especializado e centralizado/descentralizado (cf. Barata:2003:185).

O que conduziu à emergência de novos paradigmas e à alteração da concepção há muito vigente foi a mudança de propriedade e o consequente usufruto dos livros do domínio privado para a esfera pública. No caso da biblioteca eborense houve efectivamente uma alteração de propriedade (cf. Arm. V-VI, n.º 12; 4º, n.º4 (h) e Arm. V-VI, n.º 12; 4º, n.º4 (j)), mas o usufruto e acesso público sempre foram uma preocupação para o fundador bem presente nos Estatutos de 1811 (cf. Espanca:1981:206 – 210).

Quanto à alteração de propriedade da biblioteca é curioso o Ofício ao Governador Civil de Évora para informar Sua Magestade que Manuel Fernandes Cicouro, vigário geral do Arcebispado de Évora pede que lhe seja entregue a Biblioteca (cf. Arm. V-VI, n.º 12; 4º, n.º4 (j)). Este ofício datado de 11 de Maio de 1844. Argumenta o vigário que o Arcebispo Cenáculo dispôs a biblioteca a favor da Igreja Metropolitana de Évora «aplicando -a para o aproveitamento e instrução dos fiéis, principalmente dos que se detinham no sacerdócio» (Arm. V-VI, n.º 12; 4º, n.º4 (j)).

O vigário atenta na disposição expressiva e a título legal de que a biblioteca se deve reputar na propriedade da Igreja, sujeita à inspecção e provimento dos seus membros como fora até 1834. Passada uma década, «podia ser que quando se fez esta alteração houvesse justos motivos para ella, mas hoje que tudo está já socegado e pacificado debaixo do Governo de Nossa Magestade parece que já é tempo de se substituir todas as cousas voltando aos seus competentes lugares e à ordem legal em que devem ficar: do contrário pode resultar que com o lapso do tempo se obscureça o direito de propriedade, e o que é próprio da Igreja se julgue parte dos bens nacionais, como está acontecendo com muitas outras cousas (...)» (Arm. V-VI, n.º 12; 4º, n.º4 (j)).

Não foi encontrado qualquer registo de resposta a este ofício, nem por parte do administrador, nem por parte do Ministério do Reino. O facto é que a partir de 1834 a biblioteca passou para o Governo e as despesas do seu funcionamento pagas pelo Tesouro Público. Em 1838 é nomeado o primeiro bibliotecário não religioso – Cunha Rivara.

O liberalismo conduz a um novo modelo de biblioteca. Uma biblioteca de serviço público, espaço de instrução, de cultura, estudo, cidadania e até sociabilidade procurando abarcar toda a população (cf. Barata:2003:186). Ligada a um conceito de biblioteca pública mais lato do que na era pré-liberal.

Assiste-se a uma verdadeira revolução no que respeita ao acesso aos livros, assim como um processo de separação de conteúdos no sentido da especialização e da laicização (cf. Barata:2003:186).

A especialização é um princípio revelador de modernidade e vanguarda no século XIX conduzindo a uma nova concepção de organização do saber. A especialização traz à cena a concepção utilitária do saber, uma vez que o conhecimento pode e deve gerar novo conhecimento. Esta especialização leva igualmente à separação entre a cultura religiosa e a cultura laica (cf. Barata:2003:187). Quanto ao conceito de laicização, não existe a nível do poder liberal, o sentido de menosprezar a cultura religiosa. Não podemos considerar tanto a nível central, como o DLEC e a BNL, como a nível local, com a BPE, uma atitude de eliminação das obras de carácter teológico. «Todos os livros têm o seu lugar num novo e lógico equilíbrio» (Barata:2003:188).

Estas alterações vêm na esteira do exemplo francês que Portugal parece seguir nos sucessos e insucessos: «de faire poser entre les mains de tous les citoyens les ouvrages qui devaient leur permettre d'acquérir l'aculture et les bases de la liberte qui leur manquaient» (Richard in Varry:1991 :43).

Alterando-se o conceito de biblioteca, altera-se igualmente o conceito de bibliotecário. Este deve possuir determinadas competências, entre elas podemos destacar o facto de ser um homem esclarecido, possuir conhecimentos profundos do mecanismo administrativo de uma biblioteca. Este tipo de conhecimentos demonstrar-se-á sempre como uma mais valia real para um bibliotecário. Por muito sábio a nível das ciências e línguas que o bibliotecário seja ficará diminuído do ponto de vista administrativo em relação a outro que detenha este tipo de conhecimento (cf. Constantin:1841:30).

No relatório de 1845 elaborado pelo bibliotecário Cunha Rivara alerta que a primeira grande necessidade da casa era «encher a lacuna que há de livros desde a fundação (...) uma livraria assim falha , como esta, de obras modernas deixa de ser frequentada, e fica um estabelecimento inútil» (Espanca:1981:229). Interessa aqui revelar a quinta grande necessidade exposta por Rivara «autorizar o Governo Civil, e o bibliotecário para de commum acordo poderem vender ou trocar, como for mais vantajoso aos interesses do estabelecimento os livros dobrados (...) d'entre a massa dos frades» (Espanca:1981:229).

De uma forma global, Rivara geria a colecção não seguindo o paradigma alexandrino, mas assentando na especialização. Este princípio é revelador de modernidade, uma vez que consubstancia em si uma nova concepção de biblioteca, reflexo de uma nova organização do saber, mas também de mediação de acesso a ele sobre esta sistematização. Citemos Goulemot « on ne vise plus à une exhaustivité globale, mais bien plutôt à une connaissance approfondie par champ spécifique» (Goulemot : 1996 :296).

Esta especialização coloca a questão da concepção eminentemente utilitária do saber. Vejamos o relatório de Rivara, onde se denota um esforço para embarcar no paradigma da especialização/ utilitarista: 'A venda e troca de alguns livros conventuais dobrados converter-se-ão « em succo e fructos de vida, os que aqui são ramos estéreis e mortos da árvore da sciencia» (Espanca:1981:231).

As novas bibliotecas especializadas são desta forma espaços de estudo e de aquisição de conhecimentos, mas também espaços de sociabilidade. O conhecimento visa a utilidade, não a mera erudição (cf. Barata:2003:186). É desta forma, parcialmente abandonado, o paradigma de biblioteca alexandrino que vai sendo substituído por uma biblioteca especializada visando o aprofundamento do conhecimento em áreas restritas, o que não anula a biblioteca patrimonial que continua a existir em complementaridade e já não como modelo exclusivista. Gabriel Pereira desabafa em 1886 que «A biblioteca eborense, era no 1^o quartel do século XIX, uma das primeiras da Península, não pelo número de volumes, muito importante, sem dúvida, mas mais pela qualidade deles. As grandes faculdades antigas, as literaturas clássicas, as províncias do saber mais veneradas então, e a história e arqueologia, a filosofia, estão ali amplamente representadas. Morreu Cenáculo e a livraria estacionou; hoje está muito longe de ser uma biblioteca pública regular. Para os bibliófilos, amadores de livros raros, para o erudito paciente que precise de indagar fontes, os seus paleotipos, a sua opolenta colecção de manuscritos são materiais de inestimável valor.

Mas as ciências têm sofrido uma evolução enorme nos últimos decénios; há ciências novas, ramos do saber humano vastíssimos, e nascidos todavia há pouco tempo; escolas, teorias, relativamente recentes que já têm literaturas especiais; em livros modernos está pobre a biblioteca, e a povoação carece muito deles porque são indispensáveis para o moderno cultismo». (Gabriel Pereira:1886:15-16).

Abandona-se o paradigma alexandrino em prol de um novo modelo mais minimalista, pretende-se constituir uma colecção de livros tipificados e úteis para grupos de leitores/utilizadores (cf. Barata:2003:187). Emerge aqui a necessidade de adaptar a colecção às necessidades do leitor, e não o leitor que se adapta à colecção.

Goulemot refere-se nos seguintes termos à situação francesa «on aura donc deux imaginaires du livre (et de la bibliothèque) qui vont cohabiter: le livre spécialisé traitant du contemporain, livres utiles porteur de vérité et, d'autre part ensemble des livres inutiles, étrangers aux Lumières, n'ayant de valeur comme repoussoir» (Goulemot :1996 :197).

O processo de incorporação do património bibliográfico conventual configura uma outra transformação : a descentralização. Lisboa não se torna beneficiária do espólio de todo o território nacional. O liberalismo, fazendo da instrução do povo, lema e as escolas e bibliotecas como armas pretende dotar cada uma das capitais de distrito destas instituições visando minorar as assimetrias de desenvolvimento.

Graças à descentralização, Rivara consegue valorizar a sua colecção. Não só pela incorporação directa dos livros dos frades, mas também pelas vias da venda e troca permitindo à biblioteca dotar-se de livros modernos, cuja ausência condenavam a instituição à inutilidade.

A ideia de criação de bibliotecas públicas à semelhança do modelo francês enforma as diversas medidas legislativas tomadas pelos vários poderes liberais. Esta filiação do modelo francófilo é visível, logo desde de 1833, na criação da Biblioteca Pública do Porto. O relatório da sua criação é exemplificativo da articulação entre bibliotecas e ensino sempre presente na política liberal. Nele pode ler-se: « o estabelecimento pois de uma biblioteca pública é o complemento de todo o sistema instrutivo, e não será sem fundamento dizer-se que pelo número destes estabelecimentos em cada um dos países civilizados se pode avaliar sem erro a instrução comparativa dos seus habitantes» (Decreto de 9 de Julho de 1833 citado por Barreto Nunes: 1996:26).

Capítulo 5 – A organização biblioteconómica de Rivara

1. A venda: uma forma de salvaguarda da colecção

As vendas e permutas constituíam uma excelente estratégia de que Rivara se serviu para o enriquecimento bibliográfico da colecção. Desta forma, poderia adquirir espécies que não possuía libertando-se dos remanescentes bibliográficos dos extintos conventos que com o tempo se haviam tornado um pesado fardo para a instituição. A troca de livros era válida para aqueles de que existiam duplicados (cf. Barata:2003:168 – 169).

A venda a peso de uma parcela do espólio bibliográfico dos conventos proposta por Rivara ao administrador geral do distrito assentava no facto deste considerar que entre os livros conventuais devia haver muitos inúteis (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 4, n.º 4 (w)). Mas, dada a subjectividade do conceito, Rivara chamou inúteis de entre a colecção monástica às obras que apresentavam uma ou mais das características a seguir enunciadas: livros lacerados ou notavelmente mutilados; livros truncados; livros que pelo seu autor, assunto, correcção ou pouco asseio tipográfico são desprezados sendo por isso pouco procurados; e livros dos quais existem vários exemplares que se tornam escusados (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º 4 (w)).

Os livros que integram uma destas condições não valem por isso a despesa e o trabalho que com eles se houvesse de gastar na preparação do local, estantes e sua arrumação. Rivara revela aqui a noção de que a ideia de espaço ocupado é sinónimo de despesa, a nível da preservação e conservação, assim como do próprio espaço, equipamento e recursos humanos. É por isso, que na opinião de Rivara extremá-los a todos para ficar mais fácil e exequível a conservação e preservação dos seleccionados, assim como um mais fácil e rápido acesso às obras procuradas (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 4º, 4 (w)).

Alienando ao remanescente bibliográfico dos extintos conventos, a biblioteca aligeirava-se do peso que a sua manutenção comportava, libertava espaço para o crescimento da colecção e permitia que o produto daí resultante fosse aplicado nas aquisições de que a biblioteca necessitava.

É necessário salvaguardar que Rivara só colocou este projecto para aprovação ao Administrador Geral do Distrito na fase terminal do processo de distribuição, tendo por isso que obedecer a determinados critérios: fornecimentos a várias instituições beneficiárias, no caso de Évora, os livros duplicados foram enviados por ordem superior ao seminário arquiepiscopal, um número que rondou os 2000 volumes. Rivara deixou o respectivo catálogo-inventário na biblioteca para que constasse o seu destino (cf. Arm. V-VI, n.º12, 4º, n.º 4 (w)).

Obras em mau estado de conservação e consideradas irrecuperáveis, «a podridão, traça e todas as causas de destruição que a cometem. Livros em montão para os quais não havia espaço, nem estantes, nem qualquer outro requisito necessário à sua conservação e útil serventia» (Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º 4 (w)). A falta de condições onde os livros jaziam amontoados em várias salas do Palácio arquiepiscopal e em outras salas do antigo colégio dos Jesuítas acelerava a destruição das colecções conventuais (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º 4 (q)).

Após a aprovação, o produto resultante deveria ser aplicado na aquisição de obras novas de que a biblioteca necessitava de forma urgente, assim como na beneficiação do edifício que ameaçava ruir colocando em causa toda a colecção (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º 4 (w)).

Rivara fez recolher na biblioteca os livros dos conventos que apodreciam em vários depósitos dispersos. Separou rigorosamente todos os livros que não tinham utilidade alguma, ou seja, livros que não se tornam recomendáveis, nem pela matéria, nem pelo estilo, numa palavra, livros que jamais serão procurados (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º4 (w)). Efectuada esta separação, e que segundo Rivara, levou bastante tempo, vendeu para embrulhos de mercadorias ou para outros usos semelhantes, único destino para o qual se podiam aproveitar. Rivara canalizou o produto da venda para melhoramentos na biblioteca (cf. Arm. V-VI, n.º12, 4º, n.º 4 (r)).

Mas, de entre os livros que depois daquele rigoroso exame ficam aproveitados, há entre eles um grande número de duplicados que embora obras procuradas, se tornam inúteis para a biblioteca, onde já há os suficientes exemplares das mesmas obras e edições. Estes duplicados e triplicados vender-se-ão pelos respectivos valores, cujo produto se juntará ao da venda antecedente. Embora menos frequente, os duplicados das obras podiam também ser objecto de permutas com obras, sobretudo modernas que a biblioteca não possuía.

A soma que se conseguissem com as vendas, Rivara pretendia empregá-las nas obras indispensáveis à expansão e conservação da biblioteca.

O edifício sempre foi uma preocupação para o bibliotecário. A conservação e ampliação do espaço da biblioteca-museu constituíram uma das muitas lutas que Rivara conseguiu vencer.

Em 1839, Rivara em ofício ao Ministério do Reino informava o Governo do estado actual em que se encontrava o estabelecimento (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º 4 (q)). Após uma síntese descritiva da planta do edifício, o bibliotecário argumenta as necessidades atrás expostas:

- a) Conservação/reparação – o bibliotecário informa que o telhado do estabelecimento da grande sala está num estado de deterioração muito avançado e que só a muito custo conseguirá resistir a mais dois Invernos sem desabar, envolvendo nas suas ruínas os mais de 30 000 volumes ali arrumados. Irreparáveis, no dizer de Rivara, eram já as pinturas do tecto (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º 4 (q)).
- b) Aumento do edifício – Rivara afirma que já não é possível colocar em ordem, e por consequência, utilizar o estabelecimento sem aumentar a capacidade do edifício. Esta necessidade exposta pelo bibliotecário deve-se por um lado à necessidade de espaço para a organização do trabalho bibliotecário e para a leitura dos utilizadores, e por outro, a necessidade de acomodar todas as espécies que existem na biblioteca desde a sua fundação.

Tornava-se assim indispensável e urgente uma ampliação do edifício onde se pudesse arrumar a colecção dos livros, pinturas e outros «monumentos da antiguidade» provenientes dos conventos do distrito. Rivara considera que, já seleccionados alguns livros, estes sobem a 30 000 e que por falta de espaço na biblioteca estão depositados e amontoados em algumas salas do antigo Colégio dos Jesuítas e outros no Paço episcopal (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º 4 (q)). Para evitar a ruína de livros, pinturas e painéis já recolhidos, mas em condições de depósito favoráveis à degradação, é necessário o aumento do edifício para fazer recolher os restantes para que não sejam extraviados para Lisboa como acontecera em 1836 com 448 painéis (BN, Ms. 225, n.º 47 e 77).

Rivara oferece sugestões para o aumento do edifício, sendo de desejar que a biblioteca pudesse ser continuada sobre um terreno contíguo pertencente ao Convento dos Lóios, pois assim o edifício ficaria mais regular, amplo e proporcional permitindo arrecadar “grande cópia de objectos que lhe pertencem”. Sobre o edifício,

Rivara pede ainda a formação de duas novas salas, uma que ocupe a área dos inúteis cubículos interiores (dada a sua dimensão haviam sido transformados em depósitos), e outra contígua, nova erigida sobre os Palheiros do Paço Arquiepiscopal. «Com estas pequenas obras ficaria a Biblioteca-museu um estabelecimento sem luxo, mas mais útil e interessante ao sábio e ao erudito» (Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º 4 (q)).

Mas, perante o elevado deficit do Tesouro Público, Rivara via a aproximar-se a ruína do estabelecimento, pelos adiamentos consecutivos do Governo. Decidiu então encetar uma nova estratégia para salvar o "seu" estabelecimento de instrução pública apresentando, para tal, um projecto ao Administrador Geral do Distrito.

2. A política do califa Omar

Propôs ao Administrador a venda dos livros refugados dos conventos, debaixo das considerações apontadas para que com o seu produto se fizessem obras e reparos imprescindíveis à conservação e melhoramentos no estabelecimento (cf. Arm. V-VI, n.º12, 4º, n.º4 (r) e Arm. V-VI, n.º12, 4º, n.º4 (q)). Aliás a venda de livros era frequente. Vejamos a realidade francesa: «En revanche, les ventes de livres sont extrêmement fréquentes : les volumes inutilisables ne manque pas dans les anciens dépôts littéraires, malgré les pillages qui se poursuivent. Pour y procéder, il faut avoir rédigé un inventaire et obtenu l'autorisation préfectorale (les fonds sont propriété de l'État)» (Vallas in Varry:1991, p. 242). Rivara segue o mesmo processo burocrático.

Manuel Alves Rio Júnior aprovou o projecto e mandou colocar em curso esta estratégia do zeloso bibliotecário (cf. Arm. V-VI, n.º 19, 15 (q)). Rivara teve todo o trabalho de seleccionar, um a um, todos os livros da colecção dos frades, trabalho que levou anos. Contudo, para desviar qualquer parcialidade da escoina, o Administrador nomeou uma Comissão para um novo e rigoroso exame dos livros sujeitos a desbaste (por selecção de Rivara). Esta Comissão era composta por João Rafael Lemos, Administrador do Concelho, e por Joaquim da Gama, professor do Liceu (cf. Arm. V-VI, n.º 19, 15 (q)).

Após a selecção, colocou-se em prática a venda. Além dos livros dos frades venderam-se também a peso muitas arrobas de papel impresso que havia no edifício da biblioteca, de obras mandadas imprimir por Cenáculo, umas suas e outras

aiheias. Rivara distingue que «a maior parte eram maços do Catecismo Evangelico do Padre Olivier traduzido em português. Esta obra é composta por cinco volumes, dos quais não foi possível arranjar um jogo completo desta. O mesmo aconteceu às pastorais e a outros papéis que se foram estragando com a humidade, traça e pó. De cada uma destas obras, se eram completas ficaram dezenas ou centenas de exemplares que provavelmente ali continuarão a jazer. Não têm estas obras hoje qualquer extracção no mercado» (Arm. V-VI, n.º 19, 15 (q)).

Foram vendidas 1385 arrobas de papel distribuído da seguinte forma: 300 arrobas de papel não encadernado, 733 de livros *in fólho*, 352 de livros *in-quarto* e outros de menores formatos. Não dispendo a biblioteca de qualquer fundo anual para a conservação do seu edifício e colecção, Rivara conseguiu assim com esta venda restaurar o telhado da biblioteca, assim como efectuar outras obras de conservação menores, mas urgentes.

A par do exemplo francês, este com dimensões muito superiores: «Dans la majorité des cas, leur produit sert à acheter de nouveaux livres. Si beaucoup de documents sont vendus au poids du papier, d'autres sont achetés par les libraires et, comme les quantités sont souvent importantes (58 000 volumes au Mans en 1803 - 1807), elle peuvent fournir aux bibliothèques au apport financier considerable : 1500 francs à Aix-en-Provence en 1825 ; à Ajaccio, elles constituent les seules ressources importantes de cette période. Mais il ne peut s'agir malgré tout que une solution ponctuelle et provisoire : ces expédients ne peuvent bien sur permettre une politique régulière d'acquisitions» (Vallas in Varry :1991 :242).

Mas, não foi pacífica a venda a peso de livros dos extintos conventos, mesmo alegando a inutilidade e o avançado estado de degradação dos livros seleccionados, que, em suma, nada valorizariam a colecção. Apareceu no jornal *O Constitucional* de 18 de Setembro de 1841 um artigo em forma de poema que denunciava a venda que em Évora se havia feito «de uma grande porção de livros antigamente pertencentes aos conventos daquele districto». O título do artigo não deixava de ser sugestivo «Os livros de Évora e a política do Califa Omar» (cf. *O Constitucional* de 18 de Setembro de 1841).

Não havia passado um mês sobre este artigo, um outro de conteúdo semelhante saiu com um título igualmente apetecível «Um sermão de lágrimas sobre as cinzas dos livros de Évora» (cf. Arm. V-VI, n.º 19, 15 (q)). O denunciante anónimo afirmava que «a biblioteca de Évora se compõe ou se compunha de um grande depósito de livros dos conventos» (cf. Arm. V-VI, n.º 19, 15 (q)). Rivara interpela aqui o denunciante sobre o seu conhecimento deste acervo, da seguinte forma: «ou o denunciante nunca viu a biblioteca de Évora, e então fala de coisas que não sabe ou entende; ou se a viu, e a conhece é refinada a maldade da sua insinuação. Saiba-se pois que a grande biblioteca de Évora, fundação do insigne arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo contém uns 5118

volumes impressos, pela maior parte muitos selectos; contém 2\$ e tantos códices manuscritos, entre os quaes há muitos preciosos e bastante raros, e alguns únicos e originaes, contem uma rica colecção de medalhas e moedas que não desce de 5 para 6\$, e uma bella galeria de pinturas de mais de 300 painéis, um pequeno, mas curiozo museu de productos da natureza, de raridades de arte e monumentos da antiguidade. Tudo isto é devido, não aos frades, mas á grandeza do seu fundador, nem nas estantes desta afamada biblioteca há até ao dia de hoje um só livro que pertencesse aos conventos, nem o pode haver porque não lhe cabem folgadoamente os próprios» (Arm. V-VI, n.º 19, 15 (q)).

A estratégia de Rivara para impedir a perda de todas as riquezas literárias da cidade valeu-lhe o título de Átila, Omar, Maomé e a sua política bibliotecária de Omariana. Cunha Rivara com a sua política pretendia, por um lado, com o dinheiro resultante da venda, restaurar o telhado da livraria, e por outro lado, aumentar o edificio salvando os livros dos frades da podridão, da traça e de todas as causas de destruição inerentes ao acondicionamento de “livros em montão”, para os quais não havia espaço, nem estantes, nem algum outro requisito necessário à sua conservação e acesso ao público.

O bibliotecário expõe na carta que envia para *O Constitucional*, a política seguida para colocar em funcionamento um estabelecimento cultural de vocação instrutiva, que via a sua colecção aumentar de forma exponencial, mas que no fundo se revelava pouco útil, não correspondendo minimamente às necessidades dos leitores. Esta carta servia igualmente para contestar as afirmações « maléficas e ignorantes do denunciante anónimo» (Arm. V-VI, n.º 19, 15 (q)).

Em jeito de remate, Rivara finda. «Está portanto provado que nem as letras, nem as sciencias sofreram a mínima perda ou quebra com a venda do papel velho e livros inúteis de Évora; antes pelo contrário, as letras, as sciencias e as artes muito lucraram com a sua conservação, reparo e aumento da biblioteca. Digo reparo e aumento porque não só se restaurou o telhado, mas ainda se arranjou local no edificio da biblioteca para se recolherem, arrumarem, e aproveitarem os livros escolhidos dos conventos» (Arm. V-VI, n.º 19, 15 (q)).

Mas o processo de venda não era um processo inovador. Tal já havia acontecido durante o processo de arrecadação das livrarias jesuítas para a Real Mesa Censória. Em 1772, o presidente, Frei Manuel do Cenáculo propõe ao Ministro do Reino a venda de livros dobrados e mutilados para que com o seu produto se possam comprar obras que a Mesa não possuía.

Este último parágrafo parece repetir-se 70 anos depois, precisamente com um dos sucessores de Cenáculo, só que na ilustre biblioteca alentejana. Apesar da venda não ser uma atitude nova no campo biblioteconómico, é sem dúvida corajosa. Rivara segue a linha de Cenáculo no que se refere à incorporação dos fundos conventuais, ambos parecem perceber que a existência de livros dobrados, e obras deterioradas que podiam arrastar a restante colecção para o abismo, não é nem benéfico nem revelador de eficácia ao nível da recuperação da informação quando solicitada. A substituição destas obras por outras novas, após rigorosa selecção, foi a solução encontrada por Cenáculo e seguida por Rivara.

Também a BNL, a braços com as incorporações do DLEC optou pela estratégia de Cenáculo e Rivara: a venda. Em 1844, o bibliotecário, Vasco Pinto Balsemão, decide pela venda de obras a peso, depois de uma rigorosa selecção por uma comissão. As vendas continuam até ao fim da década de 60 do século XIX sempre com um objectivo em mente: a aquisição de obras novas que a biblioteca não possuía.

Também Alexandre Herculano, que à semelhança de Balsemão, se tornara uma referência para Rivara, no que respeitava à organização do trabalho biblioteconómico, procede também à venda de obras duplicadas da Biblioteca da Ajuda em 1846. Estes dois bibliotecários parecem seguir as ideias de Rivara acerca da gestão do património bibliográfico, uma vez que todos eles se encontram “perdidos” no seio das incorporações conventuais.

Em todas as situações as vendas são propostas como forma de superar a escassez de verbas para a aquisição de novas obras e mesmo de mobiliário, conservação de obras e edifício.

3. Racionalizar a colecção

A ideia de desbaste, é sem dúvida bastante inovadora para o século XIX, mas tal como ainda hoje, não deixou de causar polémica como acabamos de referir. Devemos ter em mente que a colecção de uma biblioteca é um recurso dinâmico, e como tal requer a entrada constante de novos materiais e a saída de materiais velhos, de forma a garantir a relevância continuada para a comunidade que serve (cf. *Collection Development Training for Arizona Libraries* [on line] in <http://>

www.dlapr.lib.az.us/cdt/index.htm). Desbaste é desta forma, a prática de descartar ou transferir para armazenamento ou outros fins, exemplares em excesso, livros raramente usados, e material que já não tem utilidade.

Os motivos de desbaste podem ser variados, e Rivara enunciou os motivos que o levaram a optar por esta estratégia. Geralmente, prende-se com as limitações de espaço, utilidade e acesso da colecção, e esta deve sempre reflectir as necessidades da população. O desbaste é por assim dizer, uma avaliação contínua dos recursos disponíveis (cf. *Collection Development Training for Arizona Libraries* [on line] in [http:// www.dlapr.lib.az.us/cdt/index.htm](http://www.dlapr.lib.az.us/cdt/index.htm)). Esta avaliação também foi feita por Rivara, ao concluir que a colecção não correspondia às necessidades da comunidade, clamando por livros modernos que pudessem atrair o raro público que recorria aos serviços que a biblioteca podia prestar.

É certo que o desbaste pode ser um dos aspectos mais controversos numa biblioteca. O desbaste constitui parte do desenvolvimento de colecções e está estritamente relacionado com a avaliação das necessidades de informação e da colecção. Esta prática é necessária porque quando uma biblioteca não procede ao desbaste da colecção, o bibliotecário sente dificuldades em identificar lacunas na colecção e adquirir material novo e relevante. Desbastar permite também revalorizar material anteriormente não destacado. O desbaste é necessário para poupar espaço, melhorar o acesso (devido ao excesso de informação, e no caso de Rivara há a acrescentar a avalanche de livros conventuais), poupar dinheiro (estantes e valor inerente ao espaço, manutenção, acondicionamento e preservação da obra, e seu registo em catálogo), e permite a inclusão de novos materiais (necessário para efectuar uma correcta gestão da colecção) (cf. *Collection Development Training for Arizona Libraries* [on line] in [http:// www.dlapr.lib.az.us/cdt/index.htm](http://www.dlapr.lib.az.us/cdt/index.htm)).

4. Os catálogos: o coração da biblioteca

4.1. Do método à elaboração dos Catálogos

Quando em Dezembro de 1838 Cunha Rivara assumiu as funções de bibliotecário, não achou classificados e catalogados senão uma pequena parte dos livros impressos. Não o tinham sido, porém muitos outros. Em relação aos manuscritos havia tudo por fazer, a colecção cresceu com a avalanche de livros provenientes das livrarias conventuais do distrito. Encontrou na biblioteca 28

armários atulhados de códices, quase sem outra classificação que não a dos formatos (Simões, *O Conimbricense*:1870).

Rivara ao empreender este gigantesco trabalho esboçou o método: inventariar, relacionar, classificar e finalmente catalogar. Este método foi inspirado na obra de Constantin. Na obra, *Bibliothéconomie ou nouveau Manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques*, o autor considera que a existência de um lugar com um grande número de livros acumulados, dentro de caixas ou em estantes, não constitui por si só uma biblioteca: os livros não a formarão se não estiverem classificados, catalogados e arrumados de maneira conveniente ao estudo, e qualquer biblioteca não conseguirá ser útil se não for administrada de acordo com um sistema (cf Constantin:1841:30).

Inventariou todos os manuscritos juntando às descrições dos diferentes códices ou papéis, muitas notas bibliográficas ou diplomáticas acerca daqueles que revelavam maior importância. Mas, os manuscritos estavam relacionados faltava, por isso, classificá-los e catalogá-los. Separou numa só secção, todos aqueles que se referiam ao Ultramar, ou seja, América, Ásia e África ordenando assim o primeiro volume do catálogo que se imprimiu em 1850 e deu mais de 400 páginas de 4º grande⁸⁸ (cf. Simões, *O Conimbricense*:1870).

A primeira referência efectiva da elaboração do Catálogo de manuscritos foi a 10 de Fevereiro de 1841 numa carta de Rivara a António Feliciano de Castilho: «Eu estou agora mettido n'uma empresa, senão grande, ao menos trabalhosa. É um miúdo catálogo dos mss da nossa Bibliotheca Eborensis, que neste género é riquíssima, e não haver um catálogo que os indique a curiosidade dos literatos são papeis sem o mínimo préstimo» (Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara e Luís Silveira (apresent.):1941:26-27).

É precisamente em 1841, que sai à luz a obra de cabeceira de Rivara e que orientou a sua matriz biblioteconómica – Constantin – *Bibliothéconomie ou nouveau Manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques*. Em 1844 Rivara tenta contactar o autor, mas em vão. Na carta enviada, Rivara solicita a ajuda do autor para a continuação dos seus trabalhos bibliográficos (cf. Arm. IX, n.º 21. n.º 4 (h)). Sem resposta, resta a Rivara servir-se das indicações fornecidas na obra. Nesta o autor considera que a redacção deve ser feita com muita minúcia e exactidão. Os catálogos mal elaborados resultam em

88 - vide anexo 6

múltiplas pesquisas, perdas de tempo, defeitos em novos catálogos baseados no antigo, enfim, na inutilidade da biblioteca (cf. Constantin:1841:96).

Elaborar um catálogo implica, considera Constantin, perseverança, minúcia, exactidão e espírito crítico, dando a um trabalho deste tipo, mérito de verdadeira utilidade. Constantin ilustra este tipo de trabalho com o caso concreto de Haenel. Este bibliotecário trabalhou durante mais de quinze anos para preparar o seu catálogo de manuscritos – *Catalogi librorum scriptorum qui in biliothecis Galliae, Helvetiae, Belgii, Britaniae magnae, Hispaniae, Lusitaniae asservantur* (cf. Constantin:1841:96).

O principal mérito de um catálogo é o de apresentar o estado descritivo e exacto de todos os livros que compõem a biblioteca, e de fornecer os meios de encontrar de forma rápida cada volume. São estas as qualidades, que segundo Leopold Auguste Constantin, não se devem perder de vista durante a elaboração de um catálogo. São muitos os detalhes para descrever uma obra, e Rivara parece segui-los à risca, senão vejamos: nome do autor, título exacto, formato, número de páginas, nome da cidade onde foi publicada, data e notas. Rivara, como se pode observar numa leitura rápida pelo seu catálogo, não descarta as notas. Ele inclui desde críticas literárias a notas sobre a execução material, história, biografia. Segundo Constantin, «tout peut y trouver place, mais leur rédaction doit être correcte, claire et consciense» (Constantin:1841:111). Rivara parece seguir estes conselhos.

O Catálogo dos Manuscritos foi, sem dúvida, uma das mais importantes obras de Rivara enquanto bibliotecário (cf. Rivara:1850). O primeiro volume, apesar de apresentar uma numerosa colecção de manuscritos, não constitui senão uma pequena parte do riquíssimo arquivo da biblioteca.

O trabalho de organização da colecção de manuscritos iniciou-a Rivara dois anos antes de vagar o cargo de bibliotecário, ou seja, em 1836, após ter concluído a sua formatura em medicina (Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º 4 (z)).

O gosto pela leitura e interpretação de documentos, e pela arqueologia era evidente. Para ensaio deste género serviu-se Rivara do cartório da Câmara Municipal de Arraiolos. «Tratei, pois, em primeiro lugar de por em ordem, e depois decifrar aqueles ignorados. Documentos. Medonhos me pareciam ao princípio, mas a pouco e pouco se me foram tornando familiares, e passaram afinal a fazer uma das minhas delícias literárias» (Rivara e Neves:1929:18). Aqui começou o primeiro projecto de escritor de Rivara, recolhendo os materiais para as “Memórias

da villa de Arraiolos”, livro que foi publicado n’ *O Panorama* de 1853 e 1854 e que no centenário da sua morte Francisco Martins Ramos reeditou (*vide* Rivara e Ramos:1979).

Desde que assumiu o cargo de bibliotecário, Cunha Rivara sempre dirigiu mais atenção para a preciosa colecção de manuscritos, e o arraiolense explica a tendência em prol de uma maior eficiência de serviço da biblioteca: «não só porque nos meus hábitos literários e gosto particular me levaram a preferir os manuscritos aos impressos, mas principalmente porque estando os impressos da mesma biblioteca em ordem suficiente para satisfazer as necessidades de interesse público, estavam pelo contrário, os manuscritos em total abandono e confusão, e por consequência ignorados e inúteis» (Arm. V.VI, n.º 12, 4º, n.º4 (a)).

Com algum trabalho já efectuado, antes de ser nomeado bibliotecário, e com alguns anos de assíduo trabalho conseguiu dispô-los em ordem e formar deles um catálogo, o primeiro, que corresponde às notícias de todos os códices, documentos e papéis que dizem respeito às “cousas da Ásia, África e América”. Enquanto bibliotecário iniciou a elaboração do catálogo em 1841 e terminou-o nos fins de 1844.

Segundo o próprio Rivara a sua impaciência «não me permitiu seguir à letra a prudente regra de Horácio, e assim aproveitei as presentes férias do Natal para vir a Lisboa, e consultar sobre aquele meu trabalho os homens competentes e entendedores da matéria» (Arm. V.VI, n.º 4 (a)). Recebeu a aprovação dos “entendidos na matéria” entre os quais o Cardeal Saraiva. Todos foram unânimes em opinar que o trabalho de Rivara «satisfazia cabalmente a fim a que eu me propusera e seria de manifesta utilidade que se publicasse pela imprensa» (Arm. V.VI, n.º12, 4º, n.º 4 (a)).

Rivara desejava a impressão do Catálogo para que os manuscritos eborenses pudessem ser conhecidos, aproveitados e explorados pelos leitores. Por intercessão do Cardeal Saraiva, obteve do Ministro António da Costa Cabral uma portaria que determinava a impressão do Catálogo à conta do Estado (*vide* Portaria de 31 de Dezembro de 1844 in Arm. V-VI, n.º12, 4º, n.º4 (l)).

Rivara considerava o seu trabalho inovador ao ponto de afirmar que a impressão do catálogo era «dar princípio a uma empresa que entre nós é nova em relação às bibliotecas públicas» (Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º4 (a)).

Atento ao que se fazia na Europa, nomeadamente em França, Rivara elogia as medidas de Guizot, especialmente a de conservação de todo o património escrito, tendo por detrás a ideia da formação de um catálogo geral de tudo quanto a França possui em manuscritos (cf. «Nobre empreza literária», art. 228 in *Revista Universal Lisbonense*:1841:127-128). Para Rivara este é um grande serviço que se presta às letras e à pátria evidenciando aí o seu cunho romântico. Lamenta então que «quantas riquezas literárias e históricas não se poderia em Portugal apurar se empreendesse num trabalho de semelhante envergadura?» (cf. «Manuscriptos: Évora», art. 291 in *Revista Universal Lisbonense*:1841:167). Rivara refere que muitas das preciosidades estarão espalhadas pelos cartórios e arquivos das vilas e cidades “d’áquem e d’além mar”.

O bibliotecário jornalista reconhece a necessidade de existir um Instituto semelhante ao francês que empreendesse a recolha de documentos que constituem a nossa história e que «jazem em parte, por vezes, desconhecidos, cobertos de poeira, desprezados, outros já sumidos, e o pior perdidos para sempre» (cf. «Manuscriptos: Évora», art. 291 in *Revista Universal Lisbonense*:1841:168). Rivara remata, que à semelhança dos bibliófilos franceses também em Portugal «há já muito tempo trabalha num catálogo dos manuscritos da biblioteca pública eborense que ilustram a nossa literatura e história» (cf. «Manuscriptos: Évora», art. 291 in *Revista Universal Lisbonense*:168).

Mas a impressão do Catálogo dos manuscritos de Rivara não correu tão bem como a principio se poderia supor. As intrigas do reitor do Liceu de Évora continuarão ao ponto, deste dispor o Ministro, que havia publicado uma portaria para a impressão, contra Rivara. Poucos dias, após a publicação da portaria, Rivara procurou o Ministro para lhe falar no assunto, este tratou-o desabridamente porque não havia cumprido o cargo de bibliotecário «abandonando a cadeira sem licença (em tempo de férias)». Depois veio Rivara a saber que havia sido queixa do reitor (Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º 4 (b)).

Contudo, ainda a 5 de Maio de 1845, Rivara apela ao Ministro do Reino para fazer tirar mais de 250 exemplares, no caso de querer, e que seria útil, enviar um exemplar às Bibliotecas estrangeiras. Nesse caso o número deveria subir na proporção que se achasse conveniente (Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º 4(m)).

O certo é que a obra foi-se imprimindo com extrema lentidão.⁸⁹ O Catálogo só saiu da Imprensa no ano de 1850 para ficar na Secretaria da Reino até 1853, ano em que se distribuiu o primeiro exemplar do catálogo.

Na sua autobiografia Rivara desabafa: «Perdi também a vontade de lhe fazer um prefácio ou introdução que era minha intenção acrescentar-lhe. Pelo mesmo motivo não continuei a classificar, e por a limpo os outros volumes do catálogo dos manuscritos, que só ficam com a primeira demão por ordem da dos códices. O que eu não fiz, fez depois, sem dúvida muito melhor que eu, o Sr. Joaquim António de Sousa Telles de Mattos, o que depois de cinco anos de trabalho classificou, corrigiu, e aditou ao meu primeiro catálogo, sendo hoje já publicado por conta do Governo, o 2^a volume, que é o primeiro que o dito senhor ordenou, e estamos prontos para a impressão do 3^a e 4^a volumes, com os quais ficará completo o catálogo» (Rivara e Neves:1929:30 – 31).

Os dissabores que o autor sofreu por ocasião da publicação, e outros que já havia padecido no serviço da biblioteca tiraram-lhe a vontade de preparar para impressão os restantes volumes do catálogo. É esta a percepção que podemos retirar dos muitos escritos de Rivara. «Consolam-nô, porém, agora dos destemperos praticados por ministros incapazes de avaliar trabalhos literários ou subjugados pelos idiotas que nunca faltam nas repartições públicas, os insuspeitos testemunhos dos homens competentes como Mr. Alfred Demersay⁹⁰, e outros nacionais e estrangeiros, a quem os trabalhos bibliográficos de Évora não têm sido inúteis» (Simões, *O Conimbricense*:1870).

Valeu a boa vontade de Joaquim António de Sousa Telles de Mattos para continuar o Catálogo quase 20 anos após a publicação do primeiro volume. A base para a elaboração dos restantes volumes estava no inventário de Rivara. Restava copiar e classificar todas as notas e descrições, completar as que não tinham sido. Neste trabalho se dedicou o Sr. Telles de Mattos que sem ser empregado da biblioteca, e sem outra recompensa mais que a satisfação de fazer uma obra útil, continuou e completou durante cinco anos o Catálogo iniciado por Rivara (cf. Simões, *O Conimbricense*:1870).

89 - Envio das provas do catálogo para Rivara rectificar a 7 de Abril de 1845. Em Maio do mesmo ano a Imprensa Nacional questiona o Governo acerca do número de exemplares a tirar do catálogo. Só em Julho é dada ordem para tirar 400 exemplares. Vide Arm. V-VI, n.º12, 4^a, 4 e, m, n, o.

90 - Alfred Demersay foi um sábio francês enviado pelo governo francês a Portugal em comissão científica para examinar os arquivos e as bibliotecas deste reino, e cujo resultado deu conta no relatório de 1865 que se imprimiu em Paris Archives des missions scientifiques et litteraires publiées sur les auspices de ministère de l'instruction publique.

O segundo volume saiu em 1868 e compreendia a Literatura. Foi adoptado de forma mais ou menos modificada a classificação de Brunet distribuindo os papéis catalogados na Literatura em nove secções: Gramática, Retórica e Oratória, Poética, Arte Dramática, Epistolografia, Mitologia, Facécias e novelas, Diálogos e Filologia. O volume compreende mais de 700 páginas, sendo a secção de Epistolografia a mais vasta, uma vez que, só a correspondência dirigida a Cenáculo ocupa mais de 200 páginas.

O terceiro volume compreende a História e o quarto contém as notícias dos códices e papéis relativos às Sciencias, Artes e Ofícios.

Augusto Filipe Simões no artigo em *O Conimbricense* faz algumas considerações acerca da utilidade do catálogo: « De todas as bibliotecas do reino é a de Évora a única que tem actualmente um Catálogo impresso dos manuscritos, apesar de ser maior o seu archivo do que o de qualquer outra» (Simões, *O Conimbricense*:1870).

Inocência Dias da Silva no *Diccionario bibliographico* refere-se ao primeiro tomo do catálogo elaborado por Cunha Rivara da seguinte forma: «Este Catálogo não deve considerar-se meramente como simples relação de volumes e papéis que comprehende aquelle abundante e riquíssimo depósito das nossas preciosidades literárias. Acha-se disposto com tal methodo e clareza, e abunda em tantas espécies bibliográficas, históricas e criticas, que póde servir de utilíssimo auxilio e indicador aos que se occupam da investigação das coisas do nosso paiz, sob todo e qualquer aspectto» (Inocência:1858:83).

Quanto aos livros impressos, havia um catálogo, contudo a Revolução liberal apanhou o cónego bibliotecário, Francisco de Paula Velez de Campos no meio do trabalho de classificação. Este levou consigo o sistema de classificação usado, não se conseguindo encontrar nas estantes um só livro (cf. Rivara e Neves:1929:29).

Tal leva Rivara a abrir um novo catálogo. Constantin alerta precisamente para esta questão, considerando que um dos grandes defeitos dos administradores e gestores deste tipo de estabelecimentos, é o facto de não pensarem no futuro, nem nos seus sucessores, confiam em demasia na sua memória, e guardam na cabeça a metodologia dos seus trabalhos, sem passar para o papel, e quando por qualquer razão são afastados do lugar, as tarefas que antes lhes estavam confiadas ficam num caos (cf. Constantin:1841:27).

4.2. Da elaboração dos catálogos à arrumação dos livros

Empenhado no trabalho dos manuscritos, trabalharam essencialmente no catálogo dos impressos, o Mestre Constâncio e o cónego Machado. Apesar, de acordo com Rivara, estar longe da perfeição, está contudo em ordem suficiente para o serviço do público.

Rivara separou em colecção especial os Paleotypos com cerca de 800 volumes, e fez uma outra dos volumes de miscelânea e folhetos. Segue aqui os conselhos de Auguste Constantin. Alerta este que algumas obras pela sua antiguidade, raridade e execução material são vistas como jóias da biblioteca, e como tal devem ser separadas em colecções chamadas de especiais (cf. Constantin:1841:113). A Biblioteca Pública de Évora conserva um grande número destes preciosos volumes. O método de catalogação e arrumação desta colecção seguido por Rivara é a ensinada pelo Bibliotecário de Bruxelas. Deve-se arrumar as obras em prateleiras segundo o formato e a data, e elaborar um catálogo descritivo, cujos títulos devem ser repetidos nos catálogos gerais, no seu respectivo lugar. A descrição destes volumes, para que seja bem feita, deve conter muitos mais detalhes que outras obras menos curiosas ou mais modernas, sobretudo se se tratar de um incunábulo, que a Biblioteca de Évora possui em grande número (cf. Constantin:1841:113).

O trabalho de um bibliotecário é composto por partes, contudo deve existir uma perfeita harmonia entre elas: a parte científica e literária, e a parte mecânica. É uma actividade dupla, mas que jamais pode ser separada porque ambas formam um conjunto coerente de estudos que permitem cumprir a actividade biblioteconómica (cf. Constantin:1841:22). Mas, o bibliotecário que apenas se consagra à sua profissão nas horas em que a biblioteca está aberta não pode cumprir o seu trabalho se não de forma bastante imperfeita, porque os mais importantes e essenciais trabalhos são realizados nas horas onde e quando o bibliotecário não é interrompido (cf. Constantin:1841:25).

Uma outra falha comum a muitos bibliotecários, é o facto de atribuírem o trabalho mecânico de classificação e a redacção dos catálogos aos seus subordinados. Esta tentação, Cunha Rivara via-se impossibilitado de a realizar por duas razões: em primeiro lugar pela falta de funcionários de que sofria, e em

segundo pela paixão que o prendia aos livros, nomeadamente manuscritos (cf. Constantin:1841:25).

Mas, não se pense que Rivara se alheou completamente do catálogo dos impressos. No depósito geral das livrarias dos extintos conventos separou mais de 5 000 volumes que reuniu à colecção da biblioteca. Conseguiu a construção de uma nova sala onde fez acomodar mais de 8 000 volumes. Todos estes livros foram classificados e catalogados por mão de Rivara, sendo escritos pela sua própria letra, 32 maços de bilhetes de papel com as designações dos livros classificados por ordem alfabética (*vide* Barreto e Noronha:1844) e que formam um complemento ao catálogo geral dos impressos, com os quais aumentou e valorizou a colecção.

Reformou em muitos partes o catálogo geral dos livros já classificados, catalogando os que ainda não haviam sido, assim como uma infinidade de folhetos e de colecções encadernadas, classificando e descrevendo cada peça per si.

Para aperfeiçoar o catálogo dos impressos, Rivara baseou-se no método utilizado na Biblioteca Nacional implementado por José Feliciano de Castilho. Rivara sabe qual a importância de possuir bons catálogos. De pouco serve uma vasta e rica colecção, se os leitores não puderem encontrar nela, de forma rápida, os livros de que necessitam (cf. Barreto e Noronha:1844:9).

O bibliotecário, pela acção que desenvolveu na biblioteca, transmite-nos quanto importante é a existência de um catálogo na biblioteca. Uma das primeiras medidas que tomou quando assumiu o cargo foi prover a biblioteca de catálogos, tanto de impressos, que aumentou e aperfeiçoou, como de manuscritos, que iniciou.

Uma biblioteca sem catálogos seria simplesmente um armazém, (cf. Barreto e Noronha:1844:9) oferecendo enormes dificuldades para a utilização da colecção. Um mau catálogo é quase como não o ter, uma vez que implica pesquisas múltiplas, muitas vezes inúteis, indicações erradas, perdas de tempo, por parte dos leitores e dos funcionários.

O catálogo é um inventário, e a verdadeira salvaguarda de uma biblioteca. Uma biblioteca minimamente organizada deve possuir dois tipos de catálogos, um alfabético e outro sistemático. O catálogo tem para Cunha Rivara um objectivo fundamental para manter a vitalidade da biblioteca: inventariar as riquezas existentes e dá-las a conhecer.

Para reformular e continuar o catálogo dos impressos e esboçar o dos manuscritos é bem possível que Rivara se tenha baseado na prática da Biblioteca

Nacional e/ou nas indicações de Silvestre Pinheiro Ferreira no artigo: «Reflexões sobre os diferentes métodos de confeccionar catálogos das Bibliothecas» de 1844⁹¹ com quem se correspondia sobre os mais diversos assuntos (cf. Arm. IX, n.º 21, n.º 4 (r)). Mas, sem dúvida que a forma de elaboração de catálogos descrita por Constantin na obra *Bibliothéconomie, ou nouveau manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques*, entrou na sua consideração, como o pode provar o Fundo Azul ou Rivara presente na Biblioteca Pública de Évora. Ainda manuscrito, pela letra de Rivara, segue as indicações de Constantin.⁹² Este afirma, e ao que parece Rivara concorda, que o meio mais seguro para facilitar e acelerar o trabalho mecânico da redacção é servir-se de bilhetes para a primeira transcrição dos títulos destinados à classificação. Um catálogo por bilhetes tem a vantagem de se poder fazer mudanças e correcções sempre que necessário (cf. Constantin:1841:100).

As indicações do bibliotecário de Lisboa foram também aplicadas no que se refere à arrumação e classificação das obras. Ambos adoptaram, de forma modificada o sistema de Garnier.⁹³ Com ligeiras alterações José Feliciano de Casilho e Rivara seguiram este sistema:

Teologia/ Ciências Eclesiásticas – ciências que tratam de todos os deveres do Homem, como legislados pela mão de Deus, que formam um dos princípios elementares da Humanidade.

Ciências Civis e políticas – que dizem respeito aos homens como entes sociais.

91 - Vide Silvestre Pinheiro Ferreira - «Ideias sobre a mais vantajosa organização de um Catálogo e sobre o modo de arranjar huma livraria» In Boletim Bibliográfico das Sciências de Lisboa, Vol1. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1910 – 14; e Silvestre Pinheiro Ferreira - «Reflexões sobre os diferentes methodos de confeccionar Catálogos das Bibliothecas» in Pantólogo, p. 20-21 e 29-30. No primeiro artigo, Silvestre Pinheiro Ferreira dá conhecimento a Rivara de uma obra excelente para a elaboração de catálogos «a Bibliothéconomie de M. Constantin».

92 - A propósito do método de como fazer catálogos, Raul Proença no artigo Um bibliotecário português nos meados do século XIX (Manuel Rodrigues da Silva Abreu) critica Constantin da seguinte forma: «A ideia dos catálogos alfabéticos de assuntos já se encontra expandida na Bibliothéconomie de Constantin (...). Mas, por outro lado, não se devem tecer a Constantin demasiados louvores. Aqui o que era difícil não era conceber, mas realizar» in Anais das Bibliotecas e Arquivos. Vol. 1, Janeiro (1920), Lisboa: Biblioteca Nacional, p. 46.

93 - Sistema adoptado na maior parte das bibliotecas francesas. O seu sistema é descrito na sua obra *Systema bibliographicae Collegii parisiensis*. Esta obra data de 1678 e divide a colecção em cinco classes: Teologia, Jurisprudência, Ciências e Artes, Belas Letras e História. Constantin alerta os bibliotecários para o grande número de sistemas de classificação adoptados por diferentes bibliotecas públicas, uma vez que o progresso das luzes e das ciências exige que se efectuem modificações em quase todos os sistemas.

Ciências Naturais e artes/ Belas Artes – incluem os conhecimentos que dizem respeito ao mundo real e sensível.

Belas Letras/Ciências Históricas e Literárias – dizem respeito às obras da imaginação e concepção do pensamento.

História/Ciências Históricas e Literárias – a colecção de obras que têm por fim dar a conhecer as acções da Humanidade, consideradas em relação ao tempo e lugar.

Poligrafia/ Jornais Literários e Políticos – imprensa.

Manuscritos – inéditos.

Vejamos a tabela comparativa:

<i>Garnier</i>	<i>Castilho</i>	<i>Rivara</i>
<i>Teologia</i>	<i>Teologia</i>	<i>Ciências Eclesiásticas</i>
<i>Jurisprudência</i>	<i>Ciências Cívicas e Políticas</i>	<i>Ciências Cívicas e Políticas</i>
<i>Ciências e Artes</i>	<i>Ciências Naturais e Artes</i>	<i>Belas Artes</i>
<i>Belas Letras</i>	<i>Belas Letras</i>	<i>Ciências Históricas e Literárias</i>
<i>História</i>	<i>História</i>	<i>Ciências Históricas e Literárias</i>
	<i>Poligrafia</i>	<i>Jornais Literários e Políticos</i>
	<i>Manuscritos</i>	<i>Manuscritos</i>

Tabela 3 – Divisão do conhecimento segundo Garnier, Castilho e Rivara

Pela tabela podemos verificar que as semelhanças entre as adaptações do sistema de classificação de Castilho e Rivara são nítidas. Estas indicações são-nos fornecidas pela estatística apensa ao relatório de 1850 elaborado por Rivara, ao qual voltaremos mais adiante.⁹⁴

À semelhança de Rivara, também Manuel Rodrigues da Silva Abreu, seu contemporâneo e bibliotecário de Braga tinha uma visão muito nítida dos problemas das bibliotecas, reconhecendo que o grande obstáculo se encontrava na organização técnica do trabalho biblioteconómico. Também para Abreu o objectivo

⁹⁴ - vide anexo 2.



era alcançar “nas bibliotecas a celeridade nas buscas” (Proença:1920:44). Adovagava, considerando absurdo a não existência de catálogos nas bibliotecas, ou quando existiam eram encadernados ou elaborados em livros, ficando este catálogo desactualizado com a entrada de novos livros (cf. Proença:1920:44). Abreu defendia a adopção de um sistema de catálogos em bilhetes enfeixados, podendo modificar-se sempre que houvesse novas entradas, bastando elaborar a respectiva ficha e colocá-la ordenada alfabeticamente no maço correspondente. Este fora o sistema adoptado por Rivara no campo dos impressos e no Fundo Azul ou Rivara.

Para Olga Pombo é no contexto da classificação documental e biblioteconómica que a classificação pragmática ocupa o seu lugar privilegiado. A autora cita Bhattacharya e Ranganathan considerando que «a diferença entre as classificações das ciências e as classificações documentais e biblioteconómicas reside justamente no carácter em geral meramente especulativo das primeiras em contraste com os intuitos funcionais imediatos das segundas. Enquanto que as primeiras são esquemas globais, sistemas teóricos que não descem a detalhes nem se enredam com minúcias de classificação de domínios restritos, as segundas são propostas minuciosamente elaborados, em geral acompanhadas de um código em que cada classe é designada por um símbolo» (Pombo: 2002).

No domínio dos manuscritos, a elaboração de um Catálogo para publicação, «traria consigo um proveito de transcendente importância para a instrução em geral» (Barreto e Noronha:1844:12). Rivara pretendia fazer com a colecção de manuscritos aquilo que a Biblioteca de Berlim, a Biblioteca de Gottinga ou o Museu Britânico de Londres faziam com as novas aquisições, publicitavam-nas, atraindo desta forma mais leitores (cf. Barreto e Noronha:1844:12).

Rivara segue, em parte, as indicações do bibliotecário Constantin. Este considera que um catálogo de manuscritos deve ser elaborado com o maior cuidado, zelo e rigor possível, e é sem dúvida de grande utilidade. Acresce ainda, a necessidade de este ser impresso. A razão é que sendo apenas manuscrito, os leitores que quiserem consultar o catálogo não podem efectuar pesquisas longas, uma vez que ele é constantemente requisitado por outros leitores e pelo bibliotecário (cf. Constantin:1841:35).

Rivara na carta que escreve a Constantin diz «je voudrais me pouvoir de ces reliures mobiles inventes par M. Fauqueux, papetier à Paris, dont vous parler à la page 95 de votre Manuel et dont je ne connais pas la construction. (...) je prie donc Monsieur se m`en vouloir donner la description détaillée pour que je puisse dans la bibliothéconomie de M.L.A. Constantin. Paris, 1841 à page. 115 une relieur mobile inventée par M.

Reichmann à Paris (rue St. Benoist S.G., 19) que de même m'est inconnue. La quelle des deux sera préférable? Si toutefois il y a différence remarquable entre elles» (Arm. IX, n.º 21. n.º 4 (h)). Apesar de não se conhecer qualquer resposta a esta carta, o certo é que Rivara parece ter optado por confeccionar uma espécie de caixa para colocar os bilhetes, permitindo assim folheá-los sem os retirar da ordem inicial. Metendo nas capas etiquetas e arrumando-as como se de volumes se tratassem, servindo assim como uma encadernação móvel. Este tipo de encadernação foi inventada por Reichmann e foi adoptada na maioria das bibliotecas (cf. Constantin:1841:115). Este modo de encadernação tem vantagens como por exemplo, ser um mecanismo muito simples; permitir a encadernação provisória; a facilidade de se formar e separar à vontade, podendo aumentar ou diminuir o número de folhas.

A utilidade de uma biblioteca deve ser o principal fim para o qual deve convergir toda a actividade de um bibliotecário. O horário em que ela se encontra aberta, assim como a escolha das horas deve depender do local e das circunstâncias. Uma biblioteca que esteja pouco tempo aberta perde, por assim dizer, a sua utilidade. Vejamos, se depois de dispor dos livros que deseja, o leitor dispõe apenas para trabalhar de duas ou três horas, tendo de interromper devido ao fecho desta, ela perde grande parte da sua utilidade (cf. Constantin:1841:90). Sobre este ponto não se debruçou Rivara, uma vez que a biblioteca não abria todos os dias, e a maioria das vezes apenas abria entre as 10 e as 13 horas (cf. Arm. V-VI, n.º 12; 4º, n.º4 (j)).

5. Os Relatórios: uma reflexão para a melhoria

Na década de 40, o Ministério do Reino exigiu que todos os estabelecimentos de instrução pública elaborassem um relatório onde se deveria «fazer uma exposição metódica e mui circunstanciada do estado actual, literário e moral das Escolas, e de quaisquer outros estabelecimentos de instrução pública, não menos que da aptidão, zelo e procedimentos dos respectivos professores, e empregados, acompanhados de mapas estatísticos, os esclarecimentos e propostas prescriptas pelo citado decreto» (Decreto-lei de 25 de Fevereiro de 1841 in Arm. V-VI, n.º 12, 4, n.º4 (r)). A biblioteca enquanto estabelecimento de instrução estava obrigada a enviar um relatório anual.

O primeiro data de 1845 e é o mais pormenorizado. Rivara divide o relatório em três partes. Na primeira elabora a história do estabelecimento, na segunda refere-se ao estado actual, e finalmente refere-se às necessidades da casa. Os relatórios anuais subsequentes têm por base este e pouco ou nada acrescentam. Para além dos relatórios que remetem para o primeiro, por nada ter mudado na biblioteca, há apenas a evidenciar apenas mais dois relatórios: o de 1848⁹⁵ e o de 1850⁹⁶. Apesar de ser obrigatório apresentar um relatório anual, a extrema lentidão do Governo em responder às necessidades apresentadas nos relatórios e dadas as poucas alterações registadas, o bibliotecário optou por apenas informar o Ministério de que «Para não fazer escritura escusada tomo por base e ponto o meu último relatório» (Arm. V-VI, n.º12, 4º, n.º 4 (r)).

Os relatórios são hoje uma fonte de informação preciosa para tentar delinear a matriz biblioteconómica de Rivara. As “necessidades da caza” expostas pelo bibliotecário, algumas parecem banais, contudo outras são reveladoras de um espírito inovador, e por isso, não livres de polémica e protesto.

No relatório de 45, Rivara apresenta cinco necessidades que podemos agrupar em três itens. A primeira, segunda e quinta necessidade referem-se à actualização dos fundos bibliográficos, considerando que esta actualização levaria ao aumento do público leitor. A terceira necessidade refere-se à «necessidade de aumentar o espaço, para acolher os fundos dos conventos sugerindo a construção de mais salas nos terrenos dos Lóios» (Espanca:1981:229). A quarta necessidade prende-se com a falta de recursos humanos, e por consequência com o atraso consecutivo do trabalho técnico (arrumação de livros, classificar e catalogar, continuar os catálogos e transcrever os manuscritos dificilmente recuperáveis nos suportes iniciais).

Da primeira necessidade apresentada sobressaem duas preocupações: a primeira, a falta de livros, sobretudo modernos. Esta situação conduz a uma outra preocupação – a falta de leitores. Se o século XIX foi fecundo na organização do trabalho biblioteconómico, também é verdade que é nele que os profissionais começam a reconhecer a importância que um personagem tem na vitalidade das bibliotecas: o leitor (cf. Varry:1991c:627).

95 - vide anexo 1.

96 - vide anexo 2.

Reconhecida a importância deste personagem, era urgente garantir a afluência do público, de preferência aumentá-la. A estratégia de Rivara era a valorização da colecção, não através do espólio dos conventos, mas de obras modernas que respondessem às necessidades dos utilizadores. Por isso era urgente «encher a lacuna que há de Livros desde a fundação da casa até hoje. Uma Livraria assim falha, como esta, de obras modernas deixa de ser frequentada» (Espanca:1981:229).

Rivara apresenta a necessidade, mas de seguida apresenta sugestões. Para ultrapassar esta situação, o bibliotecário recorda a urgência de “destinar no orçamento uma quota anual para esta Casa”. Rivara fixa essa quota nos meros 300\$000/ano, distribuídos da seguinte forma:

- * 50\$ para “despesas miúdas do expediente e serviço da Casa” e para reparos do edifício a nível externo e interno.

- * 50\$ para encadernações. Rivara demonstra preocupação a nível da preservação e conservação da colecção considerando que «as encadernações são a vida dos livros e papéis; tudo quanto com eles se gastar se deve dar por muito bem gasto»

- * 200\$ “para se empregarem cada ano em obras novas” (cf. Espanca:1981:229).

Mas o zeloso bibliotecário explica o seu conceito de novos, «chamo novos, em relação à biblioteca, todas aquelas obras que servirem para encher a lacuna das publicações destes últimos cinquenta anos» (Espanca:1981:229). A actualização da colecção apresenta-se para Rivara como o “coração” do estabelecimento, pois só assim poderá garantir uma maior afluência de público. Um bibliotecário, no seu trabalho, não deve perder de vista as necessidades e o gosto da época, mas é precisamente na aquisição de livros que deve dirigir uma crítica severa e esclarecida, com renúncia absoluta por toda a predilecção e sem se deixar levar por pedidos de algumas pessoas privilegiadas.

Uma biblioteca que não esteja dotada de fundos necessários para a sua conservação, administração e aumento, não é mais, na opinião do bibliotecário de Bruxelas, do que um armazém de papel (cf. Constantin:1841:79). No que respeita à administração, uma biblioteca pública pode ser comparada a uma grande casa comercial. O autor admite que a prosperidade de uma biblioteca depende em grande parte do bibliotecário, tal como a loja depende do seu gestor. Os deveres do bibliotecário são múltiplos. A obrigação principal que se lhe impõe é a vigilância apertada e contínua, tanto na conservação como na gestão dos fundos e administração material.

Nos relatórios de 1848 e 1850 (*vide* Arm. V – VI, n.º12, 4º, n.º4 (r); e Arm. V – VI, n.º 12, 4º, n.º 4 (g)), Cunha Rivara volta a referir a necessidade da existência de uma quota para a biblioteca. É na sequência da negação de uma quota anual que Rivara apresenta a quinta necessidade: «autorizar ao governador civil e bibliotecário para de commum acordo poderem vender ou trocar, como for mais vantajoso aos interesses do estabelecimento, os Livros dobrados, assim os que estejam já apurados e colegidos, como os que sucessivamente forem sendo d'entre a massa dos frades» (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º4 (r)).

O bibliotecário pretende adoptar aqui uma estratégia semelhante à de 1841. Nesta data Rivara vendeu 1385 arrobas de livros a peso, e com o produto da venda conseguiu restaurar o telhado que ameaçava ruir e contribuir para a construção de uma nova sala. O que pretende com a apresentação desta necessidade é a autorização para vender ou trocar livros. Estes livros dobrados só acarretam despesa com a sua conservação e que em nada valorizam a colecção. O produto da venda de livros dobrados seria convertido em livros modernos de que a biblioteca tanto urge. A troca surge igualmente como estratégia para libertar espaço ocupado por obras dobradas colocando no seu lugar volumes que antes a biblioteca não possuía (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º4 (w)).

Vejamos um exemplo. Rivara pede autorização ao administrador: «Havendo nesta biblioteca pública eborense 650 exemplares do *Compendio dos principios da Gramática Hebraica* de Francisco da Paz; Lisboa, 1773, in 4ª lembrei-me que poderia convir a essa Imprensa a sua compra, por ser este o compêndio pelo qual se ensina a Língua Hebraica na Universidade. Assim o proponho pois a V. Ex.ª se dignará participar-me qualquer resolução» (Arm. IX, n.º 21, n.º2 (c)).

Estas duas necessidades estratégicas por parte de Rivara levam Francisco Vaz a classificá-lo de demasiado utilitarista e progressista na sua perspectiva de livro: «ou seja, bons e úteis são os "livros modernos", porque atraem os leitores e ensinam as ciências, quanto aos velhos podem vender-se, pois são um fardo, sobretudo quando repetidos» (Vaz:2003:82).

Esta perspectiva parece-nos demasiado radical. É certo que já na época a sua estratégia de venda a peso valeu-lhe o título de Atila e Omar acusando-o de vandalismo. Mas, se reflectirmos de forma global a acção de Rivara enquanto bibliotecário, podemos discernir nela práticas muito inovadoras para a época: a ideia de desbaste da colecção e da relação espaço/despesa.

Como forma de contrariar a tendência de que Rivara teria uma perspectiva de livro demasiado utilitarista surge-nos a segunda necessidade apresentada em 1845 ao Ministério do Reino. O bibliotecário pede para poder despende de uma certa soma (150\$000/ano) «na compra de Livros manuscriptos, painéis, objectos curiozos da natureza e da arte ou monumentos da antiguidade, etc, etc, (...) que quando menos se espera, aparecem às vezes á venda em conta, e que, uma vez perdida a ocasião, se não encontram novamente» (Espanca:1981:230). Sem qualquer soma para poder entrar neste mercado, dificilmente a biblioteca poderia enriquecer e desenvolver as suas colecções patrimoniais.⁹⁷

As confiscações revolucionárias confrontam Rivara com a falta de espaço para acolher o espólio das livrarias conventuais e não só, «é comtudo ainda urgente aumentar a capacidade da casa, não só para receber alguns milhares de livros singelos, que vão acrescer da colecção dos frades e que ainda estão fora da bibliotheca (...) mas também para acomodar as aquisições futuras de obras modernas» (Espanca:1981:230).

Os recursos humanos foram outra preocupação de Rivara. O atraso na organização biblioteconómica era visível, ainda mais depois da avalanche dos livros conventuais. Era necessário ordenar, classificar e catalogar, assim como transcrever manuscritos que se iam tornando irrecuperáveis, assim como cuidar da preservação e conservação tanto do edifício como das colecções.

O abandono a que foi votado o museu como instituição de vocação instrutiva deveu-se essencialmente à falta de recursos humanos. Apenas com um bibliotecário e um contínuo era impossível colocar em funcionamento a biblioteca-museu (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º4 (x); e Arm. V-VI, n.º 12, 4º, n.º4 (j)) fazendo corresponder as suas colecções às necessidades do público, assim como satisfazer os seus pedidos com celeridade e eficácia.

Ainda no domínio dos relatórios vale a pena referir o de 1850. Este apresenta pela primeira, e única vez dois quadros estatísticos apensos ao relatório⁹⁸. O bibliotecário elaborou uma estatística de obras distribuídas por classes, e uma outra em que divide o número de leitores por classe/mês. Da sua análise podemos retirar conclusões que nos permitam entender melhor a matriz biblioteconómica de Rivara, assim como as estratégias por ele desenvolvidas com o objectivo de a tornar útil e dinâmica para a vida da cidade alentejana.

97 - Cf. Henrique Barreto Nunes - «Para se conseguir a sabedoria nada há de tão útil e de maior necessidade que uma biblioteca pública» in Conferência Bibliotecas para a vida em Évora de 27-29 de Outubro de 2005 [no prelo], p. 12.

98 - vide anexo 2.

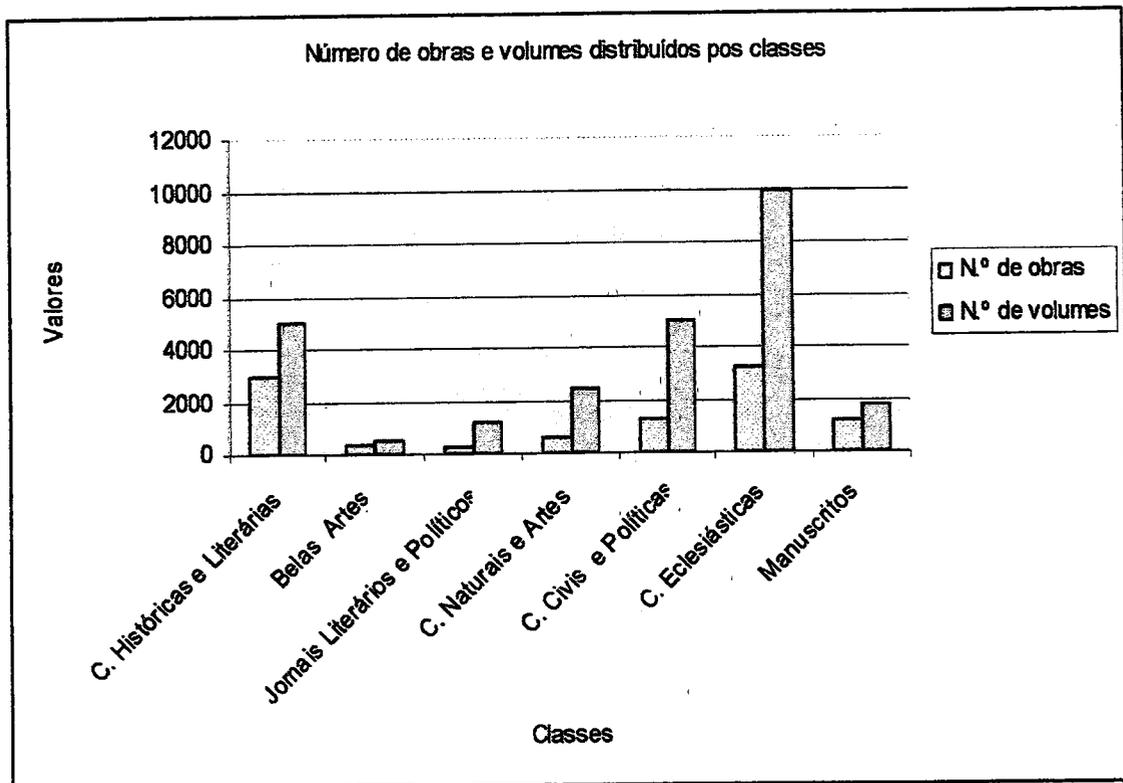


Gráfico 8 – Número de obras e volumes distribuídos por classes

Da análise do gráfico 8 podemos concluir que a biblioteca possuía em todas as classes muito mais volumes do que obras. Rivara na sua estatística faz ainda a divisão entre volumes encadernados e em brochura. Esta indicação é-nos preciosa para perceber a preocupação do bibliotecário com a necessidade de encadernar muitos dos volumes como meio de preservação destes. Da observação da sua estatística sobressai também a informação que o número de volumes encadernados ultrapassa largamente os que se encontram apenas em brochura.

Rivara ao apresentar esta estatística informa que não estão contabilizados a maioria dos livros dos conventos por se encontrarem «ainda amontoados nas salas da bibliotheca por não haver espaço onde se coloquem» (Arm. V-VI, n.º 12; 4º, n.º4(g)).

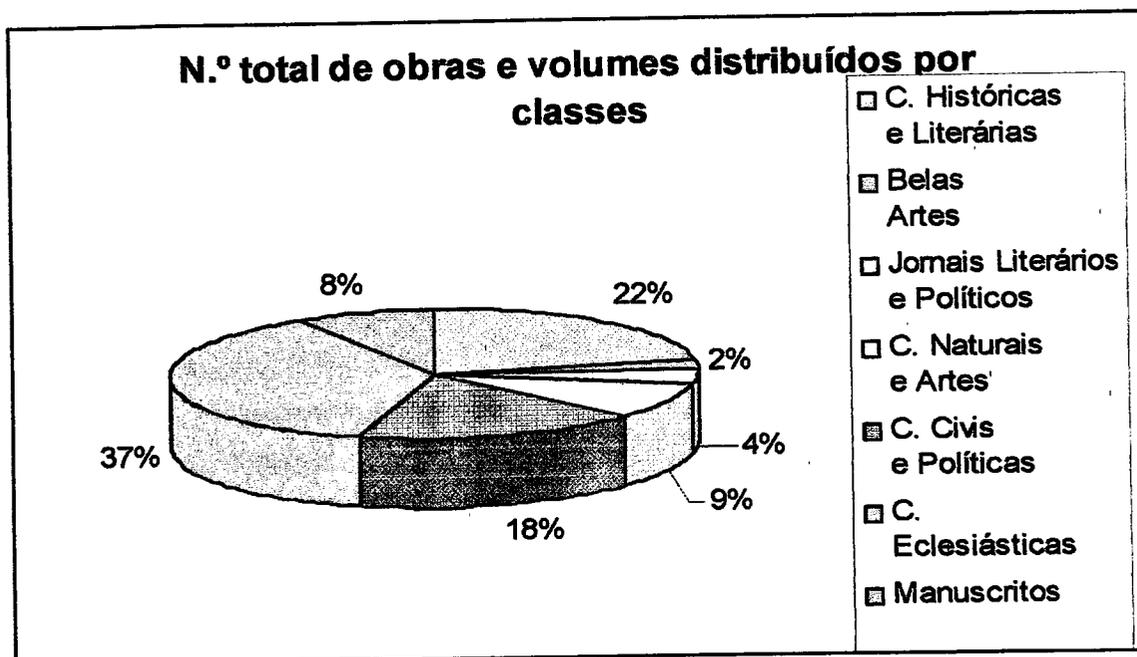


Gráfico 9 – N.º total de obras e volumes distribuídos por classes

Da análise do gráfico nove podemos concluir que a classe das Ciências Eclesiásticas é a que ocupa o topo no que se refere ao número de obras. Muitas destas derivam das livrarias conventuais, apesar da maioria dos livros não estarem ainda classificados e arrumados, por falta de espaço, e como tal não entraram nesta estatística. A classe das ciências históricas e literárias pelo âmbito que absorvem ocupa o segundo lugar, ainda assim com uma diferença considerável para a Teologia – 15%. De verificar os jornais literários e políticos, que tanto agradam a Rivara como ímanes de leitores detêm apenas 4% do total das obras. Esta classe traz consigo, na opinião de Rivara, a actualidade que o público tanto prima e a biblioteca muito carece. É imbuído neste espírito que Cunha Rivara compra do seu próprio bolso alguns dos periódicos nacionais de maior interesse para a comunidade eborense (cf. Arm. V-VI, n.º12,4º, n.º 150), assim como internacionais como é o caso do *Journal des Faits* ou *Revue des Deux Mondes* (Rivara e Silveira:1941:27).

Rivara sempre se debateu com a falta de verbas destinadas à compra de livros modernos, uma vez que «é indispensável ir enriquecendo aquela biblioteca nos termos das exigências da civilização e das necessidades intelectuais da época. Uma biblioteca formada no início deste século, um tanto formada no sentido de favorecer os estudos eclesiásticos, não está a par das conveniências literárias e científicas da actualidade. É portanto necessário preencher essa lacuna» (Ribeiro:1910, tomo 19:56). A divisão apresentada é bem notório do desequilíbrio existente no que respeita as classes científicas, artísticas e poligráfica. Só em meados de 1863 foi consignada à Biblioteca Pública de Évora uma quantia anual de 150\$000 réis devendo esta ser exclusivamente aplicada na compra de obras modernas publicadas fora do Reino (cf. Ribeiro:1910, tomo 19:56).

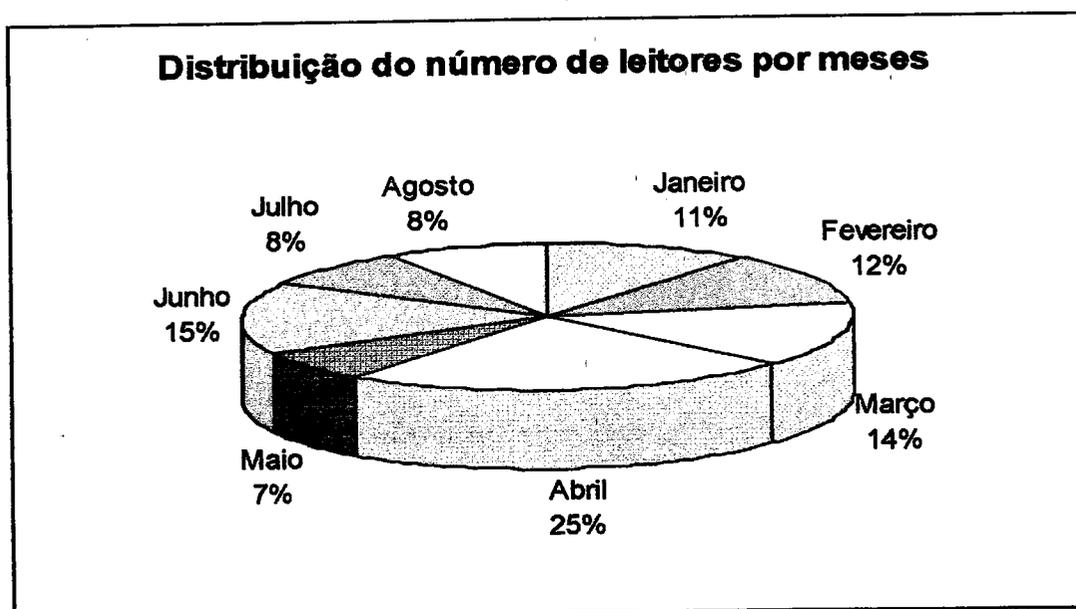


Gráfico 10 – Distribuição do número de leitores/ mês

Na segunda estatística elaborada, o bibliotecário apresenta a relação classe da obra consultada/mês. Do gráfico dez podemos concluir que o mês com maior número de leitores é o de Abril com 25% do total dos nove meses apresentados (durante o mês de Setembro a biblioteca encerra e os restantes não são apresentados números).

Da leitura do gráfico onze podemos concluir que em todos os meses as Ciências Naturais e Artes a par das Ciências Históricas e Literárias ocupam de forma mais ou menos alternada a liderança mensal. Nos primeiros meses do ano a categoria que conta com o maior percentagem de livros ocupa os últimos lugares

das preferências dos leitores eborenses – Ciências Eclesiásticas. Neste campo, as obras mais consultadas são as relacionadas com a moral e a liturgia. Esta classe só descola do último lugar dando-o aos manuscritos, mas por escassa margem (38 obras consultadas durante os meses de Janeiro – Agosto contra 31 manuscritos consultados no mesmo espaço de tempo). Lembramos que estes são na sua generalidade consultados por estudiosos, sendo de entre eles os relacionados com genealogia os mais procurados.

Da classe que mais vezes assume a liderança mensal a obra mais pedida é a História de Portugal, por sua vez no campo das ciências naturais e artes as obras mais consultadas são *A Arte de Cavalaria* e a *Enciclopédia*.

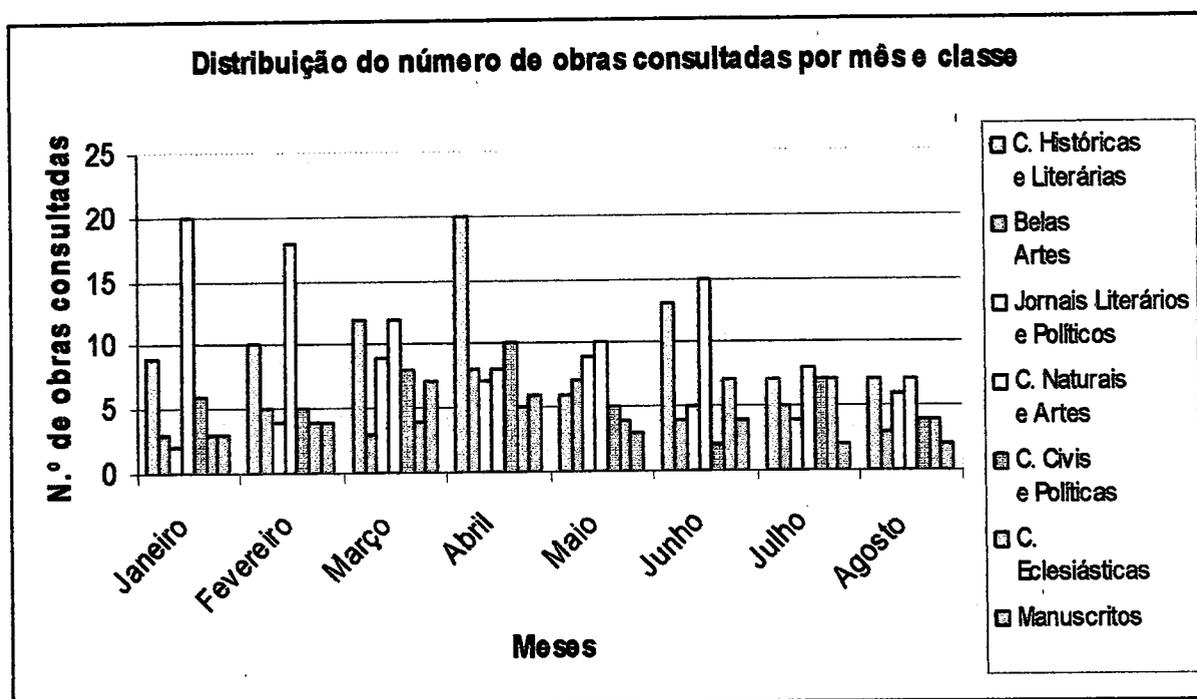


Gráfico 11 – Distribuição do n.º de obras consultadas por mês e classe - 1850

Nos periódicos o mais procurado é o *Investigador Português*. Nas Belas Artes as obras de arquitectura assumem a preferência, enquanto que na classe das Ciências cívicas e Políticas a preferência vai para as colecções de Leis e os Jurisconsultos portugueses.

6. A matriz biblioteconómica: influências nacionais e internacionais

Numa biblioteca é necessário que a colecção de livros seja classificada de acordo com um sistema, que os livros sejam arrumados para que possa ser possível recuperá-los de forma fácil e rápida, em suma, zelar pela colecção. De qualquer forma, Constantin opina que o principal meio para tornar uma biblioteca verdadeiramente útil e poder satisfazer prontamente as necessidades de leitura de quem a procura, é ter bons catálogos e uma disposição lógica de livros (cf. Constantin:1841:9).

O bibliotecário deverá formar uma pequena biblioteca não só com as melhores obras bibliográficas e enciclopédicas, mas também de cadernos e notas elaboradas por si, onde poderá dispor de informações que lhe podem ser necessárias a qualquer momento (cf. Constantin:1841:30). Vislumbra-se aqui a emergência do que virá a ser o serviço de referência.

A gestão dos fundos é uma área delicada e difícil, uma vez que aumenta a liberdade confiada ao bibliotecário. Os fundos necessários à aquisição de obras, no caso eborense, nulos, devem ser empregues com consciência, devendo o bibliotecário zelar pela igualdade entre as classes, e adquirir obras que vão de ao encontro com as necessidades das populações que serve. Por isso, quando Rivara entrou em funções, começou por consultar os catálogos em construção, da observação dos quais não conseguiu identificar o método utilizado pelo seu antecessor, pelo que viu-se obrigado a refazer todo o trabalho já elaborado no campo dos impressos. Seguindo as instruções do Bibliotecário da Biblioteca Real de Bruxelas, Cunha Rivara investiga a história da biblioteca e o crescimento progressivo da instituição (*vide* Espanca:1981),⁹⁹ assim como se familiarizou com os registos, poucos, sobre os trabalhos dos seus antecessores.

Dos muitos registos e informações dispersas por folhetos e folhetins avulsos podemos deduzir que Cunha Rivara não se identificava com a biblioteca, o que o leva a optar por uma reorganização geral. Optando por esta via, o bibliotecário teve que ultrapassar os muitos obstáculos que ao longo de dezassete anos se lhe foram colocando no seu caminho de mudança, com o objectivo de tornar a biblioteca útil. Rivara, não tendo qualquer formação que o ligasse à ciência biblioteconómica

99 - que apresentou no Relatório de 1845.

sentia-se decerto um pouco perdido e à deriva envolto em milhares de livros impressos e manuscritos, medalhas, quadros e painéis, assim como objectos da natureza. Os pontos de referência nacionais para Rivara foram, obviamente a Biblioteca Nacional de Lisboa, nas pessoas do director Vasco Pinto Balsemão e posteriormente José Feliciano de Castilho; e a Biblioteca da Ajuda dirigida por Herculano com quem se correspondia sob os mais variados assuntos (cf. Arm. IX, n.º 21, n.º 2 (v); Arm. IX, n.º 21, n.º 4 (i); e *vide* Oliveira:1981). O assunto principal nas cinco cartas entre Herculano e Rivara é a história de Évora, nomeadamente o Templo Romano. Apenas uma versa sobre o manuscrito Colégio dos Nobres, que se encontra na Biblioteca da Ajuda. Herculano desejava completar esse manuscrito, tendo Rivara encontrado na BPE várias folhas avulsas deste. (cf. Freitas:1910)

Não recebendo destes indicações sobre o caminho a seguir, de forma a acompanhar o que de melhor se fazia pela Europa, opta por se corresponder com vários bibliotecários europeus. Esta ideia não foi original de Rivara, mas inspirada na obra de Leopold Auguste Constantin, do qual o bibliotecário demonstra uma enorme admiração (Arm. IX, n.º 21, n.º 4 (h)).

7. Rivara, na senda do *benchmarking*

Deparamo-nos com três cartas curiosas entre o bibliotecário de Évora e alguns dos seus congéneres europeus. Rivara manteve contactos com bibliotecas espanholas, nomeadamente: Biblioteca Real de Madrid, Biblioteca do Escorial, Biblioteca da Universidade de Salamanca, Biblioteca da Universidade de Alcalá e Biblioteca da Coroa de Aragão (Barcelona) (*Vide* Arm. IX, n.º 21, n.º 2 (x))¹⁰⁰.

Nestas Rivara incentiva os bibliotecários espanhóis a recriar uma verdadeira república literária entre as duas nações (cf. Arm. IX, n.º 21, n.º 2 (x)). O bibliotecário considera necessário revitalizar o comércio intelectual e literário entre Portugal e Espanha, divulgando desta forma partes da colecção da Biblioteca eborense. Cunha Rivara inicia deste modo a projecção da Biblioteca Pública de Évora além fronteiras.

Na carta inicial de Rivara, da qual não se conhece resposta, o bibliotecário divulga alguns dos códices relacionados com a História de Espanha, alguns deles únicos.

100 - *vide* anexo 7.

Apesar de Rivara não ter qualquer formação ligada às Belas Letras, era formado em medicina, sempre demonstrou ao longo dos seus estudos um gosto imenso por livros, bibliotecas e arquivos. A profissão de bibliotecário era uma profissão emergente no século XIX, cujas práticas necessitavam de regras comuns, pelo menos a nível nacional.

É neste contexto e nestas circunstâncias que Rivara inicia a aprendizagem de uma profissão que não era a sua. Animado pela melhor boa vontade, entusiasmo e curiosidade, Rivara apoia-se nas práticas e relatórios levados a cabo pela Biblioteca Nacional e pela Biblioteca da Ajuda.

O bibliotecário eborense toma por modelos a seguir estes dois estabelecimentos nacionais. Mas, na ânsia de saber sempre mais, e melhorar os serviços que prestava à comunidade, Rivara envolve-se numa fase autodidacta, tomando a obra de Leopold Auguste Constantin, *Bibliothéconomie, ou nouveau manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques* publicado em 1841, como fonte de aprendizagem de novas práticas.

Fiel aos ensinamentos da obra de Constantin, Rivara empreende uma série de tentativas de correspondência com várias bibliotecas europeias. «La correspondance avec les bibliothécaire et les savants nationaux et étrangers, qui étend par tous le monde civilisé l'utilité d'une bibliothèque, et qui, par l'échange de renseignements et de communications, rentre entièrement dans les occupations littéraires, est une des tâches les plus intéressantes d'un bibliothécaire ; mais elle demande le sacrifice de beaucoup de temps, et un empressement tout aussi obligeant que l'accueil verbal des visiteurs, comme, d'autre côté, elle exige plus d'instruction et de zèle pour la science» (Constantin :1841 :94).

Numa carta de Rivara dirigida ao Bibliotecário da Biblioteca Real de Bruxelas em 15 de Maio de 1844¹⁰¹, é notória a sua vontade em manter-se informado sobre as melhores práticas no âmbito da catalogação, elaboração de catálogos, conservação e preservação, serviços ao público, assim como o perfil indicado para um bibliotecário – características e competências (cf. Arm. IX, n.º 21, n.º 4 (h)).

O bibliotecário de Évora é claro no objectivo da carta «écrit n'a donné grande envie d'engager une correspondance avec l'auteur (da obra Manuel du Bibliothécaire de Léopold Auguste Constantin), si tout fois il lui plairait de l'entretenir avec un homme inconnu dans les pays étrangers et obscur dans le lieu» (Arm. IX, n.º 21, n.º 4 (h)).

101 - vide anexo 8.

O objectivo de Rivara é em primeiro lugar contactar com o autor do livro, através do qual pretende obter informações sobre o que de melhor se faz na Europa no domínio das bibliotecas; em segundo lugar solicita a ajuda de Constantin para a continuação dos seus trabalhos bibliográficos, entenda-se o Catálogo; e por último pretende captar boas práticas biblioteconómicas da Biblioteca Real de Bruxelas (cf. Arm. IX, n.º 21, n.º 4 (h)).

Traduzindo esta acção de Rivara em linguagem actual chegamos ao conceito de benchmarking. Este conceito pode ser definido como «uma ferramenta de investigação dos métodos com melhor desempenho. Assenta na transferência observável de modos de gestão existentes noutras organizações visando melhorar os métodos vigentes no serviço de informação e documentação» (Ochoa e Gaspar Pinto: 2004:42).

Apesar de bem distante da criação deste método/ferramenta, foi o resultado dela que Rivara tentou obter na correspondência com Léopold Auguste Constantin. O bibliotecário eborense pretendia aprender e implementar, se possível, as práticas biblioteconómicas levadas a cabo na Biblioteca Real de Bruxelas. Tratava-se desta forma de uma importação de “saber fazer”. Contudo, Rivara não chegou a receber qualquer resposta a esta carta.

Cerca de um mês antes, Rivara havia feito algo semelhante dirigido, desta vez, à Biblioteca Real de Haia, Biblioteca Pública de Amesterdão, Biblioteca da Universidade de Leiden, Biblioteca da Universidade de Utrech, Biblioteca Pública de Bremen, Biblioteca Pública de Frankfurt, Biblioteca Pública de Hamburgo e Biblioteca Pública de Lubeck (cf. Arm. IX, n.º 21 (m)). O teor da carta do bibliotecário português de 29 de Abril de 1844 era para que os seus congéneres europeus elaborassem uma pesquisa nos estabelecimentos que dirgiam, sobre a questão da Inquisição portuguesa no século XVI. Desta vez, Rivara obteve resposta a 17 de Junho de 1844, mas apenas da Biblioteca Real de Haia (cf. Arm. IX, n.º 21, n.º 4 (m)). Nesta o bibliotecário de Haia envia a Rivara uma lista de obras que possui sobre o tema em causa.

Rivara tentava com este tipo de correspondência familiarizar-se com as práticas encontradas pelos bibliotecários europeus para incorporar os livros dos extintos conventos. De entre as bibliotecas, que Constantin caracteriza de forma breve na sua obra, sobressaem a de Frankfurt, Bremen e Lubeck, que à semelhança de Évora também se viram envolvidas no fenómeno da incorporação das livrarias dos

conventos suprimidos após a Reforma Protestante (cf. Constantin:1841:185 – 235). É curioso verificar que todas as bibliotecas com as quais Rivara tenta contactos estão patentes na “bíblia” de biblioteconomia de Rivara. Contudo, numa breve caracterização das maiores bibliotecas europeias de meados do século XIX, Constantin aponta para Portugal apenas três bibliotecas: Alcobaça (Biblioteca do convento dos Beneditinos), Biblioteca Real de Lisboa e Biblioteca da Universidade de Coimbra (cf. Constantin:1841:231). Évora é completamente ignorada por Constantin do rol das bibliotecas europeias.

Capítulo 6 – Um bibliotecário à procura de leitores

1. Estratégias de atracção de leitores

A existência da biblioteca dependia da afluência de leitores. Era por isso necessário atrair a comunidade à biblioteca e Rivara encetou várias estratégias que convergiam para esse fim: a valorização da colecção (através das doações de particulares, instituições, Governo e aquisições); parcerias estabelecidas com a Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis; oposição à criação da Biblioteca do Liceu, e contactos com inúmeras bibliotecas europeias. Todas estas iniciativas impuseram à Biblioteca Pública de Évora uma dinâmica vital para se afirmar no contexto nacional e internacional.

Mas quem eram os leitores da BPE? Para respondermos a essa questão teremos de entrar em pleno campo da leitura pública numa sociedade oitocentista, no sul de Portugal com características económicas e sociais bem marcantes no real e no imaginário colectivo nacional. Estamos perante um acto voluntário de se deslocar a uma biblioteca e requisitar obras para responder a solicitações de lazer e afazeres profissionais e/ou académicos, que poderiam ser solucionados a partir do núcleo de leitura existente na alargada Biblioteca de Frei Manuel do Cenáculo. As camadas sociais que frequentavam a BPE eram as elites culturais, os urbanos alfabetizados e já com destinos de leitura bem determinados por motivos profissionais ou por necessidade de devaneio intelectual. Uma grande fatia de leitores frequentava a biblioteca por motivos académicos, ou seja, os estudantes.

Maria Manuela Tavares Ribeiro considera que o movimento global das bibliotecas públicas mostram-nos, a partir de meados do século XIX uma inflexão na sociedade portuguesa no sentido do desenvolvimento e progresso, um movimento que tinha por objectivo acompanhar a caminhada dos restantes países europeus. Considera ainda que «o aumento do público leitor, que se explica pelo crescimento demográfico, pela progressiva alfabetização até aos finais do século, justifica-se também segundo José Tengarrinha, por uma nova atitude perante a sociedade» (Ribeiro:1999:197). Esta nova visão prende-se com o facto da procura da leitura ter a ver não só com a mera curiosidade cultural, mas com uma visão mais ampla que

se pretende com uma mais eficaz intervenção na vida nacional – com a prática da cidadania.

1.1. Actualização e valorização da colecção

A actualização dos fundos bibliográficos foi insignificante desde a fundação da biblioteca segundo informações de Rivara nos Relatórios ao Ministério do Reino. A biblioteca proporcionava aos seus leitores, sobretudo a consulta de velhos livros provenientes das livrarias das ordens religiosas, sem dúvida valiosos, mas desadequados às necessidades das populações que devia servir.

Rivara tinha plena consciência de que era necessário dotar a biblioteca de obras que fossem ao encontro das necessidades da comunidade onde estava inserida.

O relatório de Rivara de 1845 elucida-nos sobre a valorização das colecções. «Em livros, 1500 volumes, ou pouco mais, legado pelo Padre Faca-Melo em 1824; alguns presentes do Governo, das quaes o principal é o Leal Conselheiro; da Academia Real das Sciencias de Lisboa a continuação das suas colecções que estavam muito atrasadas; alguns presentes de particulares dos quaes mencionarei somente os seguintes: o do Morgado de Mateus (...); o de José Cardoso Braga, quando foi Secretário da Administração Geral deste Districto em 1837, e são 38 volumes de obras modernas; e o do actual bibliotecário, que são 182 volumes de obras antigas. Por compra só tem a biblioteca adquirido manuscriptos que constam no Apenso, e forma do espólio do cônego magistral de Évora, o Doutor José Joaquim Paças(...)» (Espanca:1981:227, Ribeiro:1910:56, e Cod. CXXXI/1-3, n.º 49).

Este excerto do relatório demonstra-nos a quase inexistência de aquisições o que impossibilitou a organização metódica das colecções que Rivara tanto ansiava. Por um lado, impede a actualização regular de todas as áreas do saber, em função da sua importância relativa e em função dos objectivos da biblioteca. Quanto às doações foi o processo que mais aumentou a colecção, exceptuando a incorporação das livrarias conventuais. Apesar destas vias de valorização, a colecção continuava a pecar pela insuficiência de obras modernas que podia oferecer. Rivara havia embarcado na ideia de assegurar a leitura pública, função que a biblioteca devia desempenhar.

O aumento da instrução preconizado pelo liberalismo e a valorização do indivíduo encontravam na biblioteca pública o instrumento para a sua concretização.

Estas bibliotecas substituíam e melhoravam a rede eclesiástica tradicional colocando em ênfase a noção de utilidade social do livro (cf. Barata:2003:191).

Mas com que coleção podia Rivara assegurar a ideia de leitura pública?

Os fundos conventuais, apesar de Rivara os considerar valiosos não atraíam o público, a não ser estudiosos; e esta tipologia de coleção não encarnava no espírito da leitura pública. O bibliotecário teria de engendrar novas estratégias de valorização da coleção que segundo Rivara falhava na quantidade de obras modernas possuídas.

Denota-se uma preocupação de Rivara em elaborar listas de obras modernas, que a biblioteca deveria possuir. As listas anuais (a maioria em francês) elaboradas por Rivara a partir de referências no *Siècle*, *Journal des Progrès* e *Journal des Faits* (cf. Arm. V-VI, n.º 12, 1º, 169 – 177v. (*Siècle*); Arm. V-VI n.º 12, 1º, 211 – 225v. (*Journal des Progrès*); e Arm. V-VI, n.º12, 1º, 229-243v, Arm. IX, n.º 21, n.º4 (r) (*Journal des Faits*)¹⁰² denotam uma tentativa de modernizar a coleção

Ao coma entrada de materiais modernos. Para obras portuguesas, Rivara recorreu-se de inventários elaborados no tempo de faculdade na livraria do professor Carlos José Pinheiro da qual apresenta uma imensa lista de obras, a maioria modernas (cf. Arm. V-VI, n.º12, 1º, 103 – 112v. e Arm. V-Vi, n.º12, 1º, 163 – 177v. – Livros portugueses da Livraria do Sr. Dr. Carlos José Pinheiro) Mas, há pela parte de Rivara uma tendência de aproximação à cultura francesa. É uma característica da primeira metade do século XIX, através do Romantismo, e prolonga-se ao longo da segunda metade de oitocentos. Este gosto podemos-lo também encontrar no bibliotecário Augusto Felipe Simões. Mas as obras raras não ficaram esquecidas nas listas, de eventuais aquisições, de Rivara. Como manual para a escolha deste tipo de obras seguia a obra de David Clement - *Bibliothèque curieuse historique et critique ou Catalogue raisonné des Livres difficiles a trouver* (cf. Arm V-VI, n.º 12, 1º, 15 – 35v). O bibliotecário apenas inclui na sua lista bibliográfica de obras raras ou difíceis de encontrar autores portugueses.

102 - Lista bibliográficas retiradas dos Jornais referidos entre 1837 – 1844.

1.2. Parcerias

Encetar então uma nova fórmula já levada a cabo por Vasco Pinto Balsemão, director da Biblioteca Nacional – parcerias com a Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis pertencente à Revista *O Panorama*. O objectivo era a publicação de uma nova colecção de inéditos que desse a conhecer os grandes autores como vulgarizar conhecimentos úteis entre os portugueses. (cf. *O Panorama* de 6 de Maio de 1937:1-2). O *Panorama* pretendia fazer "descer a variada ciência até aos últimos degraus da escala social", pois «o homem público, o artista, o agricultor, o comerciante, ligados a uma vida necessariamente laboriosa, poucas horas têm de repouso para dar á cultura do espírito; e nenhum ânimo, por certo seria assaz curioso de instrução para gastar esses momentos em folhear centenas de volumes e embrenhar-se em meditações profundas que só uma aplicação constante pode tornar profícuas» (*Panorama*:1837).

Rivara, por intermédio do Administrador Geral do Distrito, Sr. Alves Rio Júnior, estabeleceu uma parceria com a Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis para impressão do manuscrito de Cândido Lusitano, intitulado *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*, que saiu à luz em 1842, "que rendeu à bibliotheca 90\$000" (*Espanca*:1981:227).

O empenho de Rivara na publicação das *Reflexões* (1842) como no *Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense* (1850) traduz-se na ideia de que a divulgação das obras fundamentais podia atrair e conquistar de novos públicos, bem como na fidelização dos que já recorriam ao estabelecimento (comunidade estudantil, investigadores e bibliófilos). A ideia de Rivara era a de dar vida às colecções que a biblioteca fora reunindo ao longo do tempo (*Vide Arm. IX, n.º 21, n.º 2 (x)*).

A matriz de pensamento de Rivara parece encaixar na perfeição no que Yves Peiré iria dizer cerca de 150 anos depois: «dar sentido às colecções não decorre apenas da sua simples apresentação, mas do valor acrescentado ao seu próprio valor».¹⁰³ Esta citação demonstra-nos a actualidade do pensamento de Rivara, época em que conservar e divulgar eram duas correntes aparentemente inconciliáveis (cf. *Varry*:1991c:629 – 630). Para o bibliotecário as colecções patrimoniais estavam naturalmente associada a ideia da sua conservação e simultaneamente transmissão ao futuro.

103 - Citado por Barreto Nunes in «Para se conseguir a sabedoria nada há de tão útil e de maior necessidade que uma biblioteca pública», p. 15.

Rivara desenvolve assim um aspecto fundamental e inovador no que se refere à política cultural das bibliotecas públicas do século XIX: a actividade editorial. O bibliotecário aproveitou a impressão da obra *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* de Cândido Lusitano, da qual é autor do Prefácio, para neste divulgar outras obras inéditas do mesmo autor e que se encontram na Biblioteca Pública de Évora. Para além de nos catalogar as obras, dá-nos preciosas informações sobre as mesmas, assim como a cota atribuída na BPE. Aponta no prefácio vinte e uma obras inéditas de Francisco José Freire, sob o nome arcádio de Cândido Lusitano. Destas obras, muitas delas são traduções de autores clássicos como Eurípedes, Séneca ou Virgílio, mas também obras da sua autoria que versam na sua maioria, sobre o uso da Língua Portuguesa (Freire: 1842:XV –XXIV).

Importava, pois a Rivara valorizar e aproximar as populações dos fundos patrimoniais, muitos deles conventuais, com o objectivo de envolver a maior parcela da população possível, sem deixar fugir o público tradicional, ávido de uma leitura mais romanesca. Daí o desespero de Rivara por obras modernas que atraíssem este tipo de público.

Porém, para garantir, além da necessidade de salvaguardar, de preservar e restaurar o património escrito, o bibliotecário tentou dar vida e visibilidade à colecção, seduzir e conquistar públicos, assim como afirmar o papel da Biblioteca Pública na conservação da memória e na construção e transmissão do conhecimento.

Cunha Rivara tentou através de várias estratégias atrair novos públicos à biblioteca. Mas será que o engenhoso plano foi em vão?

A única estatística apresentada para o ano de 1850, assim como as informações colhidas nos muitos documentos dispersos, as notícias não são animadoras: 3 a 4 leitores/dia (cf. Arm. V-VI, n.º 12, n.º 4 (j)).

1.3. A biblioteca do Liceu

Rivara prossegue na captação de novos públicos, e desta vez, um público que lhe é muito grato e que chega mesmo a confundi-lo como sinónimo de leitor: os estudantes do liceu. Reinicia uma luta que havia já iniciado em 1839/40: dispensar a formação de uma biblioteca no Liceu de Évora, desta forma conservava grande parte do seu público. Rivara pretende dotar a biblioteca pública, de forma a fidelizar os

estudantes e professores do Liceu de uma dimensão pedagógica procurando assim, pela mesma via, valorizar a sua colecção.

Cunha Rivara em resposta ao Ofício do Conselho do Ensino Primário e Secundário de 11 de Janeiro de 1843 mostra-se contrário à intenção de construir uma biblioteca própria para o Liceu (cf. Arm. V-VI, n.º12, 4º, n.º 4 (v)). Argumenta que a formação de uma biblioteca implicaria o desperdício de uma soma avultada de dinheiro com a preparação de um local apropriado, feitura de estantes e a aquisição de outros móveis necessários (cf. Arm. V-VI, n.º12, 4º, n.º 4 (v)). Fez uso do argumento livro/instrução, ou seja, para comprar o núcleo da dita biblioteca, o Conselho recorreria aos livros dos conventos sem acréscimo algum de livros modernos, e logo, na opinião de Rivara, sem préstimo algum, ressalve-se para a instrução dos alunos do Liceu.

Rivara propõe assim, para vantagem da instrução pública, que a quantia necessária para a formação da biblioteca do liceu seja empregue na aquisição de livros novos para a biblioteca pública e porque «como na mesma se incorporam os livros dos conventos carece agora mais do que nunca de maior número de braços para a conservação e arrumação deles, e para melhor serviço ao público» (Arm. V-VI, n.º12, 4º, n.º 4 (v)). Desta maneira, a biblioteca pública da cidade colocava-se a par dos conhecimentos actuais.

1.4. Aquisições

A ânsia por livros modernos e actuais é algo que Rivara deixa extravasar na maioria dos seus escritos, nomeadamente nos Relatórios. Nestes, o bibliotecário insiste em colocar em todos a necessidade de uma verba para a aquisição de obras modernas, assim como de outras colecções de interesse para a biblioteca. Esta solicitação nunca teve resposta por parte do Tesouro Público, daí que Rivara tenha por sua iniciativa comprado livros pagos do seu próprio bolso como o afirma o director d'O Panorama: «A conta dos livros que me tem comprado o sr. Rivara cuja quantia he para ser descontada pelos seus artigos que escreve para o Panorama» (Arm. V – VI, n.º12, 4º, n.º 150). Desta forma, parte dos honorários que conseguia com o seu trabalho jornalístico eram direccionados para valorizar a colecção da biblioteca que tanto prezava. Da lista de obras adquiridas num total de 59\$095 (cf. Arm. V-VI, n.º12, 4º, n.º 150) encontram-se

as assinaturas de Periódicos (que dotavam a biblioteca de conhecimentos actuais e atraíam novos públicos)¹⁰⁴, obras de Direito e História, entre outros. Desta quantia estavam também incluídos materiais para encadernações destinados à conservação dos livros.

Em Évora parece suceder o mesmo que nas bibliotecas francesas: «Les achats opérés par les bibliothécaires paraissent mieux adaptés à la demande: ces hommes de lettre partagent les goûts et la culture classique de leur maigre public de lycées, de professeurs, de magistrats et d'érudits. Leurs choix reflètent aussi la composition des fonds de dépôts dont ils renforcent l'orientation savante, historique et littéraire. Apparaît ainsi dès origine ce qui sera le défaut le plus grave et le plus constant des bibliothèques au XIX^e siècle: le déséquilibre de leurs collections au détriment des ouvrages pratiques et de sciences exactes et leur caractère passéiste» (Vallas in Varry :1991:243).

1.5. Conservação das colecções

A encadernação é um dos principais meios de conservação material e de ornamentação dos livros, e Rivara sabia-o. As mais vulgares são em carneira ou vitela, mas existem também em pergaminho, marroquim, couro ou veludo, entre outros materiais, utilizados apenas em casos especiais. Emprega-se geralmente três tipos de encadernações: a completa, a semi-encadernação e a cartonagem. Constantin alerta na sua obra que o importante não é a encadernação ser bela, o importante é ser sólida (cf. Constantin:1841:58). Foram vários os motivos que levaram Rivara a encadernar livros e folhetos ou mesmo as Gazetas do Governo (que com a utilização frequente e o material utilizado na sua confecção se apresentavam em mau estado de conservação); útil e necessária para a conservação das próprias obras; e agradável à vista do bibliófilo (cf. Constantin:1841:60).

No que respeita ao tema da conservação Jean – Marie Arnoult considera que «Si l'organisation administrative des bibliothèques mit fin peu à peu à ces conditions défavorables, il lui fallut un temps certain pour s'occuper de l'état matériel des collections. La première préoccupation fut d'abord de recenser, d'inventorier puis de préparer des catalogues; plus par manque de temps et de moyens que par mauvaise volonté, la

104 - Por exemplo as assinaturas do *Diário do Governo*, *Gazetas do Governo* e *O Panorama*.

remise en état des livres endommagés, ou la simple reliure, n'était pas une priorité» (Arnoult in Varry:1991 :273).

O empréstimo domiciliário era e continua a ser um dos principais factores de deterioração das obras. A BPE, na qualidade de biblioteca patrimonial, privilegia a leitura presencial em detrimento da domiciliária, como a maioria das bibliotecas portuguesas do século XIX. Contudo, o bibliotecário debaixo da sua responsabilidade emprestava alguns livros a leitores em quem confiava que lhe restituíam a obra sem defeito (Arm. V-VI, n.º 12, n.º 4 (j) – quesito 9º)¹⁰⁵. Porém, os livros emprestados não ultrapassavam os 30 por ano (Arm. V-VI, n.º 12, n.º 4 (j) – quesito 10º), desta acção não tem resultado até à data prejuízo algum para a biblioteca (Arm. V-VI, n.º 12, n.º 4 (j) – quesito 11º).

2. Balanço das estratégias

Apesar de todo o esforço do bibliotecário para atrair leitores, o certo é que o baixo índice de afluência à biblioteca manteve-se. Após a saída de Rivara do cargo de bibliotecário, em 1855 o número situava-se sempre abaixo dos 500 leitores anuais. Fernando Gameiro apresenta-nos na sua obra *Entre a escola e a lavoura* um cenário pouco mais animador para o período entre 1869 – 1915 baseando-se nos Livro de registo de leitores da Biblioteca Pública de Évora. O autor situa o número de leitores em 1869 abaixo dos 2000, contudo em 1873 verifica-se uma quebra de leitores atirando a afluência para baixo dos 1000 leitores/ano. Mais preocupantes são os números apresentados para o período 1889 – 1891 onde o número não ultrapassa os 500 leitores.¹⁰⁶ Fernando Gameiro justifica: «a quebra detectada na segunda metade da década de oitenta não pode ser indissociada da capacidade de oferta de títulos. E essa oferta foi comprometida pelas dificuldades de aquisição de obras modernas» (Gameiro: 1997:162).

As estratégias empreendidas por Rivara para atrair leitores não se podem rotular como inúteis, uma vez que sem elas, os números apresentados poderiam ser ainda mais preocupantes. As estratégias contribuíram para que a inexistência de leitores conduzisse à inutilidade social e cultural da biblioteca pública e por consequência ao seu encerramento.

105 - vide anexos 3 e 4.

106 - Cf. Livro de registos de leitores, n.º 148 – 154.

José Tenharrinha baseando-se nos Anuários Estatísticos, apresenta a evolução entre 1887 e 1910 no que respeita ao número de leitores da BPE, assim como apresenta dados para outras bibliotecas nacionais, possibilitando uma leitura comparativa. Dos dados apresentados é notório que a até 1892 a BPE nunca ultrapassa os 1000 leitores anuais. Évora apresenta uma tendência sempre crescente a partir de 1901 culminando em 1910 muito próximo dos 3000 leitores anuais.

Mas, e seguindo a linha de raciocínio de José Tengarrinha, há que questionar a fiabilidade das estatísticas. A tendência é sempre para uma sobreavaliação dos volumes globais de leitores, relacionado com a necessidade dos bibliotecários pressionarem o Ministério do Reino no sentido de obterem mais valias para as instituições que dirigem (cf. Tengarrinha:1983:210-211).

Podemos associar a escassez de leitores no período de 1838 – 1855 à não existência de obras modernas, assim como a um grupo de potenciais leitores reduzido que apenas regista um crescimento e diversificação a partir da segunda metade do século XIX (cf. Gameiro:1997:168-170).

Conclusão

A política de distribuição das livrarias conventuais surge-nos entrelaçada na própria política cultural definida pelo liberalismo, que encarna por sua vez numa nova concepção do saber. Alterando-se a concepção do saber altera-se o conceito de biblioteca que com ele se relaciona, surgem desta forma paradigmas que caracterizam a transição para o liberalismo, vejamos os mais importantes: privado/público; religioso/laico; geral/especializado. O que contribuiu para a alteração das concepções atrás identificadas foi, num primeiro momento, a mudança de propriedade e o conseqüente usufruto dos livros do domínio privado para a esfera pública.

Esta dissertação propôs-se identificar as estratégias levadas a cabo pelo primeiro bibliotecário civil da Biblioteca Pública de Évora com o objectivo de tornar a biblioteca útil. Se o século XIX foi fecundo na organização do trabalho biblioteconómico, também é verdade que é nele que os profissionais começam a reconhecer a importância que um personagem tem na vitalidade das bibliotecas: o leitor. Reconhecida a importância deste personagem, era urgente garantir a afluência do público, de preferência aumentá-la.

Os pilares sobre os quais se ergue a dissertação são a tríade: colecção, edifício e relatórios.

O primeiro pilar, a colecção, apesar de evidente, é também o mais complexo, e aquele onde Rivara empreende os maiores esforços. Vejamos:

a) Incorporação do património bibliográfico dos conventos – da avalanche de livros conventuais, que Gabriel Pereira e o próprio Rivara fixam, embora com pouca precisão, em mais de 50 000 volumes, o bibliotecário separou rigorosamente os livros de acordo com os seguintes critérios: livros lacerados ou notavelmente mutilados, livros truncados, livros que pelo seu autor, assunto, correcção ou pouco asseio tipográfico são desprezados sendo por isso pouco procurados. Desta forma, Silvestre Ribeiro informa-nos que em 1845, Rivara teria incorporado na colecção cerca de 5000 volumes.

b) Actualização da colecção – a tipologia e a homogeneidade temática dos livros conventuais levou à noção por parte dos bibliotecários e administradores que a incorporação total dos livros não era nem viável, nem útil, uma vez que era necessário adaptar a colecção às necessidades da população que a biblioteca

pretendia servir. As vendas e permutas constituíram uma excelente estratégia de que Rivara se serviu para actualização da colecção. Desta forma, com o dinheiro acumulado das vendas poderia adquirir obras modernas que a biblioteca não possuía libertando-se dos remanescentes bibliográficos dos extintos conventos. A biblioteca aligeirava-se do peso que a manutenção do espólio conventual comportava, libertando espaço para o crescimento da colecção, e permitia que o produto resultante da venda fosse aplicado em novas aquisições. De verificar os jornais literários e políticos, que tanto agradam a Rivara como ímanes de leitores detêm apenas 4% do total das obras em 1850. Esta classe traz consigo, na opinião de Rivara, a actualidade que o público tanto prima e a biblioteca muito carece. É imbuído neste espírito que Cunha Rivara compra do seu próprio bolso alguns dos periódicos nacionais e internacionais de maior interesse para a comunidade eborense.

Rivara sempre se debateu com a falta de verbas destinadas à compra de livros modernos, uma vez que «é indispensável ir enriquecendo aquela biblioteca nos termos das exigências da civilização e das necessidades intelectuais da época (...) é portanto necessário preencher essa lacuna». Só em meados de 1863 foi consignada à Biblioteca Pública de Évora uma quantia anual de 150\$000 réis para aquisições.

c) Organização biblioteconómica - quando Cunha Rivara assumiu as funções de bibliotecário, não achou classificados e catalogados senão uma pequena parte dos livros impressos. Em relação aos manuscritos havia tudo por fazer, a colecção cresceu com a avalanche de livros provenientes das livrarias conventuais do distrito. Rivara ao empreender este gigantesco trabalho esboçou o método: inventariar, relacionar, classificar e finalmente catalogar. Este método foi inspirado na obra de Constantin - *Bibliothéconomie ou nouveau Manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques*. A existência de um lugar com um grande número de livros acumulados, dentro de caixas ou em estantes não constitui por si só uma biblioteca: os livros não a formarão se não estiverem classificados, catalogados e arrumados de maneira conveniente ao estudo, e qualquer biblioteca não conseguirá ser útil se não for administrada de acordo com um sistema que esteja em harmonia com o fim ao qual a biblioteca se destina.

d) Catálogos - O principal mérito de um catálogo é o de apresentar o estado descritivo e exacto de todos os livros que compõem a biblioteca, e de fornecer os meios de encontrar de forma rápida cada volume. O catálogo tem para Cunha Rivara um objectivo fundamental para manter a vitalidade da biblioteca: inventariar as riquezas existentes e dá-las a conhecer.

d1) Catálogo dos impressos - Quanto aos livros impressos, havia um catálogo, contudo a Revolução liberal apanhou o cónego bibliotecário, Francisco de Paula Velez de Campos no meio do trabalho de classificação. Este levou consigo o sistema usado, não se conseguindo encontrar nas estantes um só livro. Tal leva Rivara a abrir um novo catálogo. Para aperfeiçoar o catálogo dos impressos, Rivara baseou-se no método utilizado na Biblioteca Nacional implementado por José Feliciano de Castilho, baseado na divisão do conhecimento de Garnier. Rivara sabia qual a importância de possuir bons catálogos. De pouco serve uma vasta e rica colecção, se os leitores não puderem encontrar nela, de forma rápida, os livros de que necessitam.

d2) Catálogo dos manuscritos - O *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense* foi, sem dúvida, uma das mais importantes obras de Rivara enquanto bibliotecário. O primeiro volume, apesar de apresentar uma numerosa colecção de manuscritos, não constitui senão uma pequena parte do riquíssimo arquivo da biblioteca. Inventariou todos os manuscritos juntando às descrições dos diferentes códices ou papéis, muitas notas bibliográficas ou diplomáticas acerca daqueles que revelavam maior importância. Mas, os manuscritos estavam relacionados faltava, por isso, classificá-los e catalogá-los. Separou numa só secção todos aqueles que se referiam ao Ultramar, ou seja, América, Ásia e África ordenando assim o primeiro volume do catálogo que se imprimiu em 1850.

Em 1844, Rivara havia tentado contactar o autor da obra *Bibliothéconomie ou nouveau Manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques* mas em vão. Na carta enviada a Constantin, Rivara solicita a ajuda do autor para a continuação dos seus trabalhos bibliográficos. Sem resposta, resta a Rivara servir-se das indicações fornecidas na obra. Rivara considerava o seu trabalho inovador ao ponto de afirmar que a impressão do catálogo era «dar principio a uma empresa que entre nós é nova em relação às bibliotecas públicas».

Valeu a boa vontade de Joaquim António de Sousa Telles de Mattos para continuar o Catálogo quase 20 anos após a publicação do primeiro volume. A base para a elaboração dos restantes volumes estava no inventário de Rivara.

d3) Catálogo do museu - O catálogo das espécies museológicas nunca chegou a ser elaborado, diga-se, que também muito por falta de recursos humanos.

O segundo pilar reside no edifício - O edifício sempre foi uma preocupação para o bibliotecário. A conservação e ampliação do espaço da biblioteca-museu constituíram uma das muitas lutas que Rivara conseguiu vencer.

a) Conservação – Rivara informa em 1839 o Ministério do Reino que a deterioração do edifício, nomeadamente do telhado, coloca em perigo toda a colecção. A passividade do Governo face às previsões do bibliotecário, levam-no a utilizar o dinheiro da venda dos livros para restaurar o telhado.

b) Ampliação - Rivara afirma que já não é possível colocar em ordem, e por consequência, utilizar o estabelecimento sem lhe aumentar capacidade. Esta necessidade exposta pelo bibliotecário deve-se por um lado à necessidade de espaço para a organização do trabalho bibliotecário e para a leitura dos utilizadores, e por outro, a necessidade de acomodar todas as espécies que existem na biblioteca desde a sua fundação, assim como as obras provenientes das livrarias conventuais.

Se os dois primeiros pilares eram compreensíveis, mesmo evidentes, este terceiro pode sugerir alguma estranheza - relatórios. O primeiro relatório da BPE data de 1845, tendo a partir daqui uma periodicidade anual. Estes obrigam a uma reflexão por parte do bibliotecário no sentido de identificar os pontos fortes, e fracos da biblioteca no sentido de melhorar o funcionamento e organização desta. Os relatórios davam o *feedback* ao Ministério do Reino das necessidades da Biblioteca para prosseguir o objectivo a que o liberalismo lhe havia confiado. Rivara através destes relatórios tem uma noção mais clara das fraquezas da biblioteca, e engendra métodos no sentido de as ultrapassar, tenta captar boas práticas das bibliotecas, num primeiro plano, nacionais, num segundo, internacionais, para depois de adaptadas serem colocadas em funcionamento. Neste benchmarking do século XIX, podemos destacar a nível nacional, a Biblioteca Nacional e a da Ajuda. A nível europeu, as Bibliotecas espanholas de Madrid, Salamanca e Aragão; as Bibliotecas de Bruxelas, Amesterdão, Haia, Leiden, Franckfurt e Lubeck para salientar apenas as mais importantes.

As vendas, as parcerias e a divisão do conhecimento foram práticas *importadas* da Biblioteca Nacional; a divulgação de obras da Biblioteca tem o seu expoente em Herculano, na Ajuda e também na Biblioteca de Haia. Da Biblioteca de Bruxelas, onde era bibliotecário Leopold Auguste Constantin, cuja obra é a bíblia biblioteconómica de Rivara, onde o autor retrata as práticas da biblioteca que dirige - concepção de catálogos, a conservação, e suma, a própria gestão da biblioteca.

Digamos que a arquitrave destes três pilares acaba por ser a atracção de leitores¹⁰⁷, da qual depende a utilidade da biblioteca, ou seja, a sua própria existência. As estratégias de atracção de público obriga-nos a chamar de novo a colecção. Ou seja, a sua actualização, para que a colecção corresponda às necessidades de leitura da comunidade. A biblioteca devia melhorar a anterior rede eclesiástica colocando ênfase na noção de utilidade social do livro. As parcerias com a Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, Rivara pretende prosseguir dois objectivos: divulgar, dando sentido às colecções, seduzindo novos públicos; e com a actividade editorial arrecadava dinheiro para poder conservar a colecção, e enriquecê-la com novas obras – aquisições. A ideia da construção da biblioteca do Liceu, era uma ideia que colocava por terra grande parte dos esforços de Rivara. Este argumentava que a Biblioteca Pública servia muito bem a comunidade académica, e que a biblioteca do Liceu de Évora constituiria um desperdício de verbas, que poderiam ser empregues na valorização da colecção da Biblioteca pública.

Se a curto prazo as estratégias de Rivara não se revelaram muito frutíferas, o facto é que a médio e longo prazo as estatísticas apresentadas mostram a BPE com uma nova vitalidade, nomeadamente no fim do século XIX, inícios do XX.

107 - Vide Mapa Conceptual (anexo 9).

FONTES

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Évora (ADE) - NBPE

Livro de Registo de Leitores da BPE: Livros 148 a 154 (1875 a 1897).

Pasta Subsídios para a História da Biblioteca Pública de Évora.

Livro de Registo de Visitantes, 1860.

Biblioteca Pública de Évora (BPE)

Arm. I, n.º 15 – [Zulmira: drama heróico].

Arm. I, n.º 16 – [Viagem de Lisboa a Goa pelo Mediterrâneo], 1855.

Arm. V-VI, n.º 3 – [Papéis sobre as Memórias da villa de Arraiolos].

Arm. V-VI, n.º 4 – [Papéis sobre as Memórias da villa de Arraiolos].

Arm. V-VI, n.º 5- [Últimos Trabalhos de Rivara].

Arm. V-VI, n.º 12, 1º- [Rivara – Bibliographia]

Arm. V-VI, n.º 12, 1º, 37 – 118v. - [Memórias autobiográficas de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara].

Arm. V-VI, n.º 12, 2º - [Papéis Soltos de Rivara (últimos trabalhos de sua letra feitos nesta bibliotheca)], 1879.

Arm. V-VI, n.º 12, 4º - [Papéis de Rivara relativos à Bibliotheca de Évora – Impressão do Catálogo de manuscritos].

Arm. V-VI, n.º 19, 15º - [Papéis vários sobre Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara].

Arm. V-VI, n.º 19, 16º - [Poesias de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara].

Arm. V-VI, n.º 19, 17º - [Correspondência e papéis sobre a Cadeira de Ideologia].

Arm. V-VI, n.º 19, 18º - [Controvérsias com o Reitor do Lyceu].

Arm. V –VI, n.º 19, 20º - [Papéis referentes à vida pública de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara].

Arm. IX, n.º 21, n.º 1 – [Cartas de diversos indivíduos acerca da demissão e restituição de J. H. Cunha da Rivara]

Arm. IX, n.º 21, n.º 2 - [Papéis Relativos ao lugar de bibliotecário].

Arm. IX, n.º 21, n.º 4 – [Minutas de Cartas de Rivara]

Arm. IX, n.º 21, n.º 49 - [Papéis Relativos ao lugar de bibliotecário – incompatibilidade da acumulação com o cargo de Professor].

Arm. IX, n.º 21, n.º 50 – [Papéis relativos à aposentação]

Arm. X, n.º 5, 12º - [Cópias de cartas do século XVII por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara].

Arm. X, n.º 8 – [Papéis sobre as invasões francesas].

Cod. C/2-18, [Documentos sobre a Biblioteca Pública de Évora 1811 - 1839]

Cod. C/2-18, n.º 2 – [Papéis que respeitam à Livraria e Museu e noticia do sequestro em 1823].

Cod. CXXXI/1-3, n.º 49 – [Compra do espólio do cônego Joaquim Poças].

Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (AHBN)

AHBN – 10 – [Circular do CADLEC aos diferentes administradores do distrito – 28 e 20 de Abril de 1837]

Portarias e Ofícios 1834 – 1841 (cx. 02) – [Portaria de 2 de Novembro de 1836]

Biblioteca Nacional. Coleção de Códices

Ms. 225, n.º 47 – [Carta de Francisco de Paula Velez Campos à CADLEC acerca da arrecadação das livrarias e dos objectos de arte dos conventos do distrito de Évora] 17 de Abril de 1837.

MS. 225, n.º 77 – [Carta de Francisco de Paula Velez Campos à CADLEC acerca da arrecadação das pinturas dos conventos de Évora] – 2 de Agosto de 1837.

Arquivo Histórico da Escola Secundária André de Gouveia (AHESAG)

Livro de actas do Conselho do Liceu de Évora (1841 – 1850), n.º 240.

Fontes Impressas

Archivo Pittoresco: Semanário illustrado. Lisboa: Castro & Irmãos, 1857 – 1868.

Boletim Bibliographico da Academia Real das Sciencias. Lisboa: Imprensa da Universidade, 1911.

Chronista de Tissuary. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1866 – 1869.

Chronista, (O): jornal litterario, commercial e d'annuncios. Porto: typographia de A. Santos e Filhos, 1851-1853.

Cidade de Évora, (A): publicação de estudos históricos, artísticos, bibliográficos e municipais. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1954.

Conimbricense, (O). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1867 – 1872.

Constitucional, (O). Lisboa: Typographia de A. S. Coelho, 1838 – 1842.

Corvo, (O): O I centenário do Liceu de Évora. Évora: Imprensa Moderna, 1941.

Cosmopolita, (O). Porto: Typographia Faria Guimarães, 1843 – 1846.

Crónica Constitucional de Lisboa. Lisboa. Impressão Régia, 1833 – 1834.

O Panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Lisboa: Imprensa da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1837 – 1868.

Ocidente, (O): Revista illustrada de Portugal e estrangeiro. Lisboa: Lallement Frères, 1878 – 1915.

Pantólogo, (O). Lisboa:s.n., 1844 – 1845.

Revista Litterária do Porto. Porto: Typographia Occidental, 1837-1877.

Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios.
Lisboa: Imprensa Nacional, 1841 – 1847.

Bibliografia

I Centenário da morte de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara 1879 – 1979: exposição bibliográfica. Arraiolos / Évora: Gráfica Eborense, 1979.

ABREU, Miguel Vicente de – *Noção de alguns filhos distintos da Índia portuguesa que se illustram fora da pátria.* Nova Goa: Imprensa Nacional, 1874.

ADELMAN, C.; Jenkins, D.; Kemmis, S. - «Re-thinking case study: notes from the second Cambridge conference» in *Cambridge Journal of Education*, n.º 6, 1977, pp. 139 – 150.

ÁLVARO, Manuel Machado – *As origens do Romantismo em Portugal.* Lisboa: Instituto da Cultura Portuguesa. (Biblioteca Breve; 36), 1979.

ANSELMO, Artur - « Fronteiras da História do Livro» in *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, Volume IX (2ª Série), 1997, pp. 15 – 22.

ANSELMO, Artur - «350 títulos para a história do livro e da leitura» in *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, Volume IX, 1997, pp. 314 – 335.

ARANHA, Brito – *Diccionario bibliográfico portuguez: estudos de Inocência Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.

ARNOULT, Jean-Marie - «La conservation» in *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789 – 1914.* Vol. 3. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1991, pp. 273 – 279.

AUBIN, Jean; Bouchon, Geneviève – *Maré Luso-indicum.* Paris : Société d'Histoire de l'Orient, 1971.

AZARUJA, João Sebastião Cardoso – *As necessidades de serviços biblioteconómicos em Évora*. Évora. Dissertação de mestrado [Texto policopiado], 2005.

BALAYÉ, Simone - «Les publics de la Bibliothèque nationale» in *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789 – 1914*. Vol. 3. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1991, pp. 329 – 335.

BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres états de l'Europe*. Paris : Imprimerie de Cosson, 2 tomos, 1822.

BARATA, Maria da Guia – *Do Iluminismo ao liberalismo: a caminho da homogeneização dos níveis de alfabetização e da criação de um mito: o alfabetizado. Aguiar de Sousa 1750 – 1820*. Porto: FLUP, 1993.

BARATA, Paulo – *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

BARBIER, Frédéric - «Livres, lecteurs, lectures» in *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789 – 1914*. Vol. 3. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1991, pp. 579 – 623.

BARBIER, Frédéric – *L'empire du livre, le livre imprimé et la construction de l'Allemagne contemporaine (1815 – 1914)*. Paris, Editions du Cerf, 1995.

BARTHES, Roland; Compagnon, Antoine - «Leitura» in *Enciclopédia Einaudi, 11: Oral/Escrito. Argumentação*. Trad. de Teresa Coelho. Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda, 1987.

BEIRANTE, Cândida - «Alexandre Herculano: Uma perspectiva pragmática e nacionalista da história» in *Actas do Colóquio: Alexandre Herculano: Liberalismo e Romantismo de 12-14 de Setembro de 1997*. Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém, 1997, pp. 21 – 29.

BELL, Judith – *Como fazer um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. Revisão Científica de José Machdo Pais. Lisboa: Gradiva, (Trajectos; 38), 2002.

BERNARDO, Maria Ana – *Sociabilidade e Práticas de distinção em Évora na segunda metade do século XIX: o círculo eborense*. [Texto policopiado]. Évora, 1992.

BLASSELLE, Bruno - «La bibliothéconomie, théorie et pratique» - Varry, Dominique (dir) in *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789 – 1914*. Vol. 3. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1991, pp. 143 – 163.

BODEKER, Hans Erich - «As Academias» in Vincenzo Ferrone, Daniel Roche (coord.), *Diccionario histórico de la Ilustración*, Madrid: Alianza Editorial, 1998.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima - «Liberalismo e Nacionalismo na primeira metade do século XIX» in *Revista História*, Junho 1998, pp. 30 – 35.

BOULOGNE, Arlette – *Les bibliothèques populaires en France de 1860 à 1880 : Rôle joué dans leur développement par la Ligue de l'enseignement et la Société Franklin*. Paris : Université Paris, 1984.

BREWER, John - « Reading and readers in 18 th century Britain» in *Cultura, História e Teoria das Ideias*, vol. IX, 1997, pp. 159 – 185.

BRIGOLA, João Carlos - «Frei Manuel do Cenáculo – semeador de bibliotecas e museus. O conceito de biblioteca-museu na museologia setecentista» in *Frei Manuel do Cenáculo: Construtor de Bibliotecas*. Lisboa: Caleidoscópio, 2006.

CAEIRO, Francisco – *Frei Manuel do Cenáculo*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1958.

- CASSELLE, Pierre - «Les pouvoirs publics et les bibliothèques» in *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789 – 1914*. Vol. 3. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1991, pp. 109 – 117.
- CAVALLO, Guglielmo; Chartier, Roger (dir) – *Histoire de la lecture dans le monde occidental*. Paris : Éditions du Seuil, 1997.
- CHARTIER, Roger, «Práticas e representações: leituras camponesas em França no século XVIII» in *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo . Lisboa: Difel, 1988.
- CHARTIER, Roger – *A ordem dos livros*. Trad. de Leonor Graça. Lisboa: Veja, 1997.
- CHARTIER, Roger - « La revolution de la lecture au XVIIIé siècle: mythe au réalité?» in *Cultura, História e Teoria das Ideias*, Vol. IX, 1997, pp. 265 – 271.
- CHARTIER, Roger – *A Utilização do objecto impresso*. Trad. de Ida Boavida. Algés: Difel, 1998a.
- CHARTIER, Roger - «Libros y Lectores», in Vincenzo Ferrone, Daniel Roche (coord.), *Diccionario histórico de la Ilustración*, Madrid: Alianza Editorial, 1998b.
- CHAUÍ, Michael - *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CIPOLLA, Carlo – *Instrução e desenvolvimento no Ocidente*. Trad. de Orlando Neves. Lisboa: Ulisseia., 1971.
- Collection Development Training for Arizona Libraries* [on line] in <http://www.dlapr.lib.az.us/cdt/index.htm> [Acedido em 16 de Dezembro de 2005].
- CONSTANTIN, Léopold Auguste – *Bibliothéconomie ou nouveau manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques*. Paris : Librairie Encyclopédique de Rovet, 1841.

CORDEIRO, José Maria – «Função das bibliotecas na instrução de um pov» in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Vol. 1, Janeiro(1920), Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 114 - 116.

CORREIA, Alberto Carlos Germano Silva – *História da Colonização portuguesa na Índia*. Lisboa: Ag. Geral das Colónias. 6 vols., 1948 – 1958.

DARNTON, Robert - «Historia de la lectura» in Peter Burke - *Formas de Hacer Historia*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

DAVID, Celestino; Rodrigues, Marcial Estrela – *Pela Biblioteca Pública de Évora: defesa de uma instituição cultural*. Évora: Grupo Pró-Évora, 2001.

DELMAS, Bruno - «Les debuts de la formation des bibliothécaires» - Varry, Dominique (dir) in *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789 – 1914*. Vol. 3.Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1991, pp. 118 – 139.

DESGRAVES, Louis - « Le catalogue des fonds» - Varry, Dominique (dir) in *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789 – 1914*. Vol. 3.Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1991, pp. 165 -181.

DESGRAVES, Louis - « Les bibliothécaires» - Varry, Dominique (dir) in *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789 – 1914*. Vol. 3.Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1991, pp. 281 -287.

DIAS, Graça da Silva; Dias, J. S. da Silva – *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. 4 vols., 1986.

DOMINGOS, Manuela – *Estudos da sociologia da cultura, livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à distância / Centro de estudos de História de Cultura Portuguesa. (Temas da Cultura Portuguesa; 10), 1985.

DOMINGOS, Manuela – «A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos 1775 – 1795» in *Revista da Biblioteca Nacional*, Série 2, n.º 5, 1990, pp. 139 – 160.

DOMINGOS, Manuela – *Biblioteca Nacional: crónica dos 200 anos*. Lisboa: Inapa, 1992a.

DOMINGOS, Manuela – «Para a história da Real Mesa Censória» in *Revista da Biblioteca Nacional*, Série 2, n.º 7, 1992b, pp. 137 – 158.

DOMINGOS, Manuela - «Olhares de viajantes estrangeiros sobre a Real Biblioteca Pública da Corte (1796 – 1822)» in *Cadernos BAD*, n.º 2, 1994a, pp. 105 – 113.

DOMINGOS, Manuela – «A primeira biblioteca pública portuguesa 1775 – 1795: planos, projectos e primeiros fundos» in *Cadernos BAD*, n.º 1, 1994b, pp. 59 – 70.

DOMINGOS, Manuela – *Materiais para a história da Biblioteca Nacional*. [Texto policopiado apresentado no concurso para investigador principal do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Lisboa, 1994c.

DOMINGOS, Manuela; Cordeiro, Maria Inês; Oliveira, António Brás de – *Biblioteca Nacional de Portugal*. Lisboa: Abinia. (História das Bibliotecas Nacionais Ibero Americanas), 1994d.

DOMINGOS, Manuela – *Subsídios para a história da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. (Estudos; 1), 1995.

DOMINGOS, Manuela; Gonçalves, Paula; Figueiredo, Dulce - «Estudos sobre a história do livro e da leitura em Portugal: 1995 – 2000» in *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002, pp. 349 – 370.

EISENSTEIN, Elizabeth - «The advent of printing and the problem of the renaissance» in *Past and Present*, n.º 45, 1969.

- ESCOLANO, Augustin (dir) – *Leer y escribir en España: doiscientos años de alfabetización*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992.
- ESCOLAR, Hipolito – *Historia de las bibliotecas*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1990.
- ESPANCA, Túlio - « Herculano e o panorama cultural da sua época na cidade de Évora» Separata de *A Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1978, pp. 225 – 234.
- ESPANCA, Túlio - « Subsídios para a história da Biblioteca pública de Évora», in *A Cidade de Évora*, n.º 63 – 64, (1981 – 82), pp. 192 – 267.
- ESTEVEENS, Manuel Santos – *Sinopse cronológica da legislação portuguesa sobre bibliotecas e arquivos (1796 – 1948): ensaio*. Coimbra: Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1949.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro - «Ideias sobre a mais vantajosa organização de um Catálogo e sobre o modo de arranjar huma livraria» in *Boletim Bibliográfico das Ciências de Lisboa*, Vol1. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1910 – 14, pp. 1 – 7.
- FERREIRA, Silvestre Pinheiro - «Reflexões sobre os diferentes métodos de confeccionar Catálogos das Bibliothecas» in *Pantólogo*, 25 de Junho e 1 de Julho de 1844, pp. 20-21 e 29-30.
- FIGUIÉR, Richard – *La bibliothèque*. Paris: Autrement, 1991.
- FERRONE, Vincenzo; Roche, Daniel (Coord.) – *Diccionario histórico de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- FRANÇA, José Augusto – *O Romantismo em Portugal: Estudo de factos socioculturais*. 2ª edição, Lisboa: Livros Horizonte, 1993.

FREITAS, João - «Herculano bibliothecario» in *Boletim da Real Associação dos Archeologos Portugueses*, 1910.

FREIRE, Francisco José- *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1842.

FURTADO, José Afonso – *Os livros e as leituras: novas ecologias da informação*. Lisboa: Livros de Leituras, 2000.

GAARDER, Jostein - *O Mundo de Sofía*. 13ª edição, Lisboa: Editorial Presença, 1997.

GAMEIRO, Fernando Luís - «O analfabetismo no Alentejo 1860 – 1890: um estudo de caso» in *Sep. Do Colóquio Educação e Sociedade*, n.º 2, 1993, pp. 70 – 85.

GAMEIRO, Fernando Luís – *Entre a Escola e a Lavoura: o ensino e educação no Alentejo (1850 – 1910)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. (Memórias da Educação; 5), 1997.

GONÇALVES, Caetano – *Cunha Rivara*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1952.

GOUEMOT, Jean Marie - «Bibliothèques, encyclopédisme et angoisses de l'aperte: l'exhaustivité ambiguë des Lumières» in *Le pouvoir des bibliothèques : la mémoire des livres en Occident*, 1996.

GROMICHO, António Bartolomeu – «O centenário do Liceu Nacional de Évora» in *O Corvo*, 1951, pp. 32 – 38.

GROMICHO, António Bartolomeu - «O Liceu Nacional de Évora» in *A Cidade de Évora*. Vol. XI, n.º 35 – 36 (1954), pp. 49 – 52.

GOUVEIA, António Camões, in Mattoso, José (direcção) in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, 1993, vol. IV (O Antigo Regime), pp. 420 - 447.

GUEDES, Fernando – *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo, 1987.

GÚTIEZ, Manuel Carrión – *La Biblioteca Nacional*. Madrid: Biblioteca Nacional, 1996.

HALL, David - «Les lecteurs et la lecture dans l’histoire et dans la théorie critique. Un exposé sur la recherche américaine» in Chartier, Roger (dir) in *Histoire de la lecture. Un bilan de recherches*. Paris : IMEC Éditions/Éditions de la Maison des Sciences de l’homme, 1995, pp. 156 – 187.

HALL, David – *Cultures of print: essays in the history of the book*. Amherst: University of Massachusetts, 1996.

HARRIS, Michael; Johnson, Elmer - *History of libraries in the Western World*. New York: The Scarecrow Press, 1976.

HASSENFORDER, Jean – *Développement compare des bibliothèques publiques en France, en Grande-Bretagne et aux Etats-Unis dans la seconde moitié du XIX siècle(1850 – 1914)*. Paris : Cercle de la librairie, 1967.

HAZARD, Paul - *Crise da consciência europeia*, Lisboa: Cosmos, 1971.

HAZARD, Paul - *O pensamento europeu*, Lisboa: Presença, 1983.

HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos*. Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand/Livraria Francisco Alves, 1881.

HERCULANO, Alexandre – *Composições Várias*. 2ª edição. Lisboa: Impr. Portugal Brasil, 1942.

HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro. (Oitocentos anos de História: 2, 3). 2 vols., 1980.

HERMET, Guy - *História das Nações e do nacionalismo na Europa*, Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

HERNÁNDEZ, Hilário - «Lectura e información en las bibliotecas públicas» in Conferência "Bibliotecas para a vida: literacia, conhecimento e cidadania". Évora, 27 a 29 de Outubro de 2005.

HOF, Ulrich Im - *A Europa das Luzes*, Lisboa: Presença, 1995.

KANT, Immanuel - « O que são as luzes» in *Revista de História e teoria das Ideias*, Tomo II, Vol. IV, Coimbra: Instituto de História e teoria das ideias da Faculdade de Letras de Coimbra, 1982, pp. 153 – 168.

KUHN, Thomas – *As Estruturas das Revoluções Científicas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

LEÃO, Francisco Cunha - «A Biblioteca da Ajuda» in *Cadernos BAD*, (1), 1992, pp. 193 – 199.

LECLERC, Charles – *Bibliotheca americana: catalogues de 1867 et 1878 et suppléments de 1881 et 1887*. Paris : G. P. Maisonneuve et Larose, 1974.

LEISEN, Bruno – *Bibliothèques Populaires Publiques en Belgique (1860-1914)*. Liège : Éditions du CLPCF, 1990.

LISBOA, João Luís – *Ciência e Política: ler nos finais do Antigo regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, (Cultura Moderna; 7), 1991.

LISBOA, João Luís - «Ao Leytor» in *Cultura, História e Teoria das Ideias*, vol. IX, 1997a, pp. 9 – 13.

LISBOA, João Luís - «Sobre a investigação actual em história do livro e da leitura» in *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, n.º1, 1997b, pp. 105 – 112.

LOUREIRO, Olímpia da Cunha- *O Livro e a leitura no Porto no século XVIII*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão/Fundação Eng. António de Almeida, 1994.

LOYOTARD, Jean-François - « O saber já não é um meio de emancipação» in Anita Kechikian, *Os filósofos e a educação*, Lisboa: Edições Colibri, s/d.

MACHADO, José Alberto – *Um colecionador português o século das Luzes*. Évora: Ciência e Vida, 1985.

MAGALHÃES, Justino - « Alfabetização e funcionamento do regime liberal» in *Revista Portuguesa da Educação*, 3, 1990 .

MAGALHÃES, Justino – *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime*. Braga: Universidade do Minho, 1994.

MANGUEL, Albert – *Uma história da leitura*. Lisboa: Editorial Presença. Trad. de Ana Saldanha, 1998.

MARTÍNEZ, Bernabé Bartolomé - «Las bibliotecas públicas y la lectura» in Augustin Escolano (dir) – *Leer y escribir en España: doiscentos años de alfabetización*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992, p. 309 – 333.

MATOS, Joaquim António Teles de – *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Publica Eborense*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomos II, III, IV, 1870.

MENDES, António Lopes – *A Índia Portuguesa: breve descrição das possessões portuguesas na Ásia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

MENDEIROS, José Felipe – «Cunha Rivara e o padroado português no Oriente» in *Anais*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982, pp. 93 – 114.

MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834 – 1910*. Vol. III. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, 2006.

- MONTE, Gil do – *O Jornalismo Eborense (1846 – 1876)*. 2ª edição. Évora: Gráfica Eborense, 1978.
- MORAES, George – «Contribution of Cunha Rivara to historiography» in *estudos de História e Cartografia Antiga - Memórias*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 650 – 669.
- NORONHA, António Feliciano de Castilho Barreto – *Felicidade pela instrução*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1854.
- NORONHA, José Feliciano de Castilho Barreto – *Relatório Acerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa*. Lisboa: Typografia Lusitana, 1844.
- NUNES, Henrique Barreto – *Uma biblioteca para Viana*. Braga: Biblioteca Pública, 1989.
- NUNES, Henrique Barreto – *Crónicas dos 150 anos da Biblioteca Pública de Braga*. Braga: Biblioteca Pública, 1991.
- NUNES, Maria Manuela Barreto - « Bibliotecas públicas: o livro para entender o mundo» in *Cadernos BAD*, 3, 1994.
- NUNES, Henrique Barreto – *Da Biblioteca ao leitor*. Braga: Autores de Braga, 1996.
- NUNES, Henrique Barreto - "; "Para conseguir a sabedoria nada há de tão útil e de maior necessidade que uma biblioteca pública" in Conferência "Bibliotecas para a vida: literacia, conhecimento e cidadania". Évora, 27 a 29 de Outubro de 2005.
- OCHOA, Paula; Pinto, Leonor Gaspar – *Aprender a Inovar: guia para o desenvolvimento e competências de gestão para os profissionais de informação e documentação*. Lisboa: BAD, 2004.

OLIVEIRA, Marques, António Henrique Rodrigo - *Antologia da Historiografia portuguesa*. Lisboa: Europa-América. (Estudos e Documentos. Série Antologias; 92). 2 vols., 1975.

OLIVEIRA, Maria Julieta Ventura de - «Vasco Pinto de Sousa Coutinho de Balsemão, bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa de 8 de Abril de 1834 a 22 de Março de 1843» in *Revista da Biblioteca Nacional* n.º 1, 1981, pp. 371 – 383.

PACHECO, Maria Emília - «O património Scalabitano na visão de Herculano» in *Actas do Colóquio: Alexandre Herculano: Liberalismo e Romantismo de 12-14 de Setembro de 1997*. Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém, 1997, pp. 91 – 103.

PAIXÃO, V. M. Braga - «No estado da Índia em tempos da segunda metade do século XIX: governo de Vasconcelos Correia (a partir de 1855): presenças de Cunha Rivara e Tomás Ribeiro» in *Colóquio Presença de Portugal no Mundo*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982a, pp. 461 – 481.

PAIXÃO, V. M. Braga - «Ainda a presença de Cunha Rivara na Índia Portuguesa» in *Anais*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982b, pp. 117 – 124.

PEREIRA, Gabriel – *Estudos Eborenses*. Évora: Minerva Eborense, 1984.

PEREIRA, Miguel Baptista - «Marquês de Pombal e o seu tempo: Iluminismo e Secularização» in *Revista de História e teoria das Ideias*, Tomo II, Vol. IV, Coimbra: Instituto de História e teoria das ideias da Faculdade de Letras de Coimbra, 1982, pp. 439 - 501.

PINTO, José Loureiro – *Como reformar bibliotecas*. Lisboa: s.n., 1938.

PIRES, Maria Laura Bettencourt – *Walter Scott e o Romantismo português*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1979.

POMBO, Olga - « Da classificação dos seres à classificação dos saberes» in *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 2, pp. 19 – 33. Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/opombo-classificacao.pdf>

Acedido em [15 de Janeiro de 2007].

POULAIN, Martine - «Des lecteurs, des publics et des bibliothèques» in Poulin, Martine (dir) in *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques au XX siècle, 1914 – 1990*. Vol. 4. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1992, pp. 528 – 543.

PROENÇA, Raul – «Um bibliotecário português nos meados do século XIX (Manuel Rodrigues da Silva Abreu)» in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Vol. 1, Janeiro(1920), Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 43 – 47.

PROENÇA, Raul - «Silvestre Pinheiro Ferreira, escritor de biblioteconomia» in *Anais de Bibliotecas e Arquivos*. Vol. 2 (1921). Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 242 – 247.

RACZYNSKI, Conde de - *Dictionnaire d'artistes pour servir à l'histoire de l'art moderne en Allemagne*. Berlim : Imp. A. G. Schade, 1842.

RAMOS, Luís de Oliveira – «Os monges e os livros no século XVIII» in *Sob o signo das Luzes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987a, pp. 119 – 133.

RAMOS, Luís Oliveira - «Reflexão sobre as origens do liberalismo em Portugal» in *Sob o signo das Luzes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987b, pp. 135 – 175.

REBELO, Carlos Alberto – *A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares (1870 – 1910)*. Porto: Campo das Letras, (Campo da Educação; 10), 2002.

REIS, António Carmo - «Herculano, a imprensa e a cidadania (1837 – 1850)» in *Actas do Colóquio: Alexandre Herculano: Liberalismo e Romantismo de 12-14 de Setembro de 1997*. Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém, 1997, pp. 33 – 39.

RIBEIRO, José Silvestre - *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1871-1914. Disponível [Acedido em 01 de Dezembro de 2003].

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares - « Livros e leitura no século XIX». *Revista de História das Ideias*, vol. 20, 1999, pp. 187 – 227.

RICHARD, Hélène - «Des bibliothèques des districts aux bibliothèques municipales» in *Histoire des bibliothèques françaises : les bibliothèques de la Révolution et du XIXème Siècle, 1789 – 1914*. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie vol. 3, 1991, pp. 43-61.

RICHTER, Noé - *Les bibliothèques populaires*. Paris: Cercle de la librairie, 1978.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha – *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Publica Eborensis*. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo I, 1850.
<http://purl.pt/819> [Acedido em 4. Janeiro de 2007].

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha; Neves, Álvaro (anotad.) – *Memórias biográficas de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara anotadas e seguidas da Bibliografia do Padroado Português no Oriente*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1929.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha; Barata, António Francisco (apresent.) – *Algumas Cartas dirigidas a Augusto Felipe Simões*. Lisboa: Imp. Barreiro, 1942.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha; Silveira, Luís (apresent.) – *Cartas entre Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara e António Feliciano de Castilho*. Évora: Minerva Comercial, 1941.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha; Silveira, Luís (pref., selec., e comp.) - *Cunha Rivara*. Évora: SNI, (Idearium. Antologia do pensamento português), 1946.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha - *Memórias da villa de Arrayollos*. Arraiolos: Gráfica Eborense. Prefácio de Francisco Martins Ramos, 1979.

ROCHE, Daniel - «La mémoire du monde» in *La bibliothèque* (dir. Richard Figuiér). Paris : Autrement, 1991.

ROGERO, Marina - « Educación» in Vincenzo Ferrone, Daniel Roche (coord.), *Diccionario histórico de la Ilustración*, Madrid: Alianza Editorial, 1998.

SCHULZE, Hagen – *Estado e Nação na História da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

SEBASTIÁN, Javier Fernández - « Península Ibérica» in Vincenzo Ferrone, Daniel Roche (coord.), *Diccionario histórico de la Ilustración*, Madrid: Alianza Editorial, 1998.

SILVA, António - *Valores em educação*. Petropólis: Vozes, 1986.

SILVA, António Martins da – *Nacionalizações e privatizações em Portugal: a desamortização oitocentista*. Coimbra: Minerva, 1997.

SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario bibliographico portuguez: estudos applicáveis a Portugal a ao Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858 – 1923.

SIMÕES, Augusto Filipe - *Escriptos Diversos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888.

SIMÕES, Augusto Filipe - *Relatorio ácerca da renovação do Museu Cenáculo dirigido ao Ex.^{mo} Sr. Visconde da Esperança, Presidente da Câmara Municipal de Évora*. Évora : Typ. da Folha do Sul, 1869.

SIMÕES, Augusto Filipe - «Elogio historico de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara lido na noite de 31 de Maio de 1879» in *Instituto*. Coimbra: Imprensa da Universidade 1879.

SIMÕES, Augusto Filipe - «Miscellanea CCCXXXVIII: Noticias de alguns serviços prestados em Coimbra e em Évora à história e à diplomática» in *O Conimbricense*, 12 de Abril de 1870.

TACHEAU, Olivier – *Une approche des politiques culturelles des villes au XIX siècle : le développement comparé des bibliothèques municipales de Dijon et de Besançon (1816 – 1914)*. Dijon: 1994.

TENGARRINHA, José – *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho. (Coleção Universitária; 7), 1983.

TORGAL, Luís Reis; Vargues, Isabel Nobre - « Produção e reprodução cultural» in José Mattoso, *História de Portugal. Liberalismo*, Vol. V, 1993.

VALLAS, Philippe; Le Bitouzé, Corine - «L'accroissement des collections dans les bibliothèques municipales» in *Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789 – 1914*. Vol. 3. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1991, pp. 241 – 261.

VARGUES, Isabel - «Do século das Luzes às Luzes do século» in *Cultura – História e Filosofia*, 1997, pp. 529 – 541.

VARRY, Dominique – «Introduction» in Varry, Dominique (dir) in *Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789 – 1914*. Vol. 3. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1991a, pp. 3 -5.

VARRY, Dominique – «Les défis du siècle» in Varry, Dominique (dir) in *Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789 – 1914*. Vol. 3. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1991b, pp. 101-105.

VARRY, Dominique - « D'un siècle à l'autre» - Varry, Dominique (dir) in *Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la révolution et du XIX siècle, 1789 – 1914*. Vol. 3. Paris : Éditions du Cercle de la Librairie, 1991c, pp. 625 -631.

VAZ, Francisco – *Instrução e economia: as ideias económicas no discurso de Ilustração portuguesa (1746 – 1820)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

VAZ, Francisco - «Livros e Leituras para a instrução económica do povo (1746 – 1820)» in *Revista Portuguesa de História*, vol.2. Coimbra: Univeridade de Coimbra, 2002-2003.

VAZ, Francisco - «As Bibliotecas e os Livros na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo» in *La Memória de Los Libros. Estudios sobre la historia del escrito y de la lectura en Europa y América*, 2004, pp. 483-498.

VAZ, Francisco; Calixto, José António (coord) - *Frei Manuel do Cenáculo: construtor de bibliotecas*. Lisboa: Caleidoscópio, 2006.

VENTURA, João – *Bibliotecas e esfera pública*. Oeiras: Celta, 2002.

VIANA, Mário Gonçalves – *Arte de Organizar Bibliotecas Públicas e Particulares (sua organização funcional)*. Porto: Editorial Domingos Barreira. (Biblioteca de Orientação Profissional, 8), [1958].

VOVELLE, Michel – *El Hombre de la Ilustración*. Madrid: Ediciones Alianza 1995.

ANEXO DOCUMENTAL

ANEXO 1

Relatório da Biblioteca Pública de Évora - 1848

Segundo as ordens de V.M. envio o Relatório ou conta anual da Bib. P. E. confiada a meu cuidado. E por não fazer escriptura escusada tomo por base e ponto de partida o meu 1º Relatório de 29 de Setembro de 1845 a que me reporto.

Portanto quanto ao estado actual da Bib. tenho a notar:

1º que a collecção separada de Paleotypos que no tempo daquele Relatório constava de 150 vol., tem hoje cerca de 200.

2º que o catal. geral alphabético dos impressos tem sido mto aperfeiçoado, e acrescentado com os Livros dos conventos que se tem podido accomodar nas Estantes.

3º que o 1º volume do cat. dos mms que ao tempo do meu 1º Rel. começava a imprimir, sairá brevemente a luz, pois só falta imprimir os Índices.

Enquanto ás necessidades da Casa continuam as msm e por isso requeiro:

1º a quota annual certa no orçamento como no meu outro relatório pedi.

2º a quota incerta destinada a aquisições de ocasião frutuita e fugitiva, já pedida.

3º mais algumas estantes, nos logares do edificio que tem capacidade de as receber, pois sem estantes não se podem conservar Livros, e por falta dellas ahi continuam a apodrecer alguns milhares dos que pertencião aos frades; e eu não sei que remedio lhe dê.

4º um escripturário na forma que propus no meu já dito Relatório.

5º a autorização para vender ou trocar os livros dobrados em proveito da aquisição de outros novos, como já pedido no logar citado.

6º E porque tem continuado a ser remettida da Imprensa Nacional a Legislação novissima, o que é de uma utilidade e muita gente a consulta, requeiro algum meio para acudir ao estrago da msm collecção e de outros muitos Livros que estão em papel e em brochura, e não ha com que se encadernem, sendo cousa de urgentissima necessidade e de patente e manifesta economia.

Évora, 25 de Setembro de 1848. O Bibliothecario: CR

Fonte: Arm. V-VI, n.º12, 4º, n.º 4 (r)

ANEXO 2**Relatório da Biblioteca Pública de Évora – 1850**

Senhora:

No anno lectivo proximo findo conservou-se esta Bibliotheca Publica Eborensis exactamente no mesmo estado, em que a descrevi nos meus anteriores Relatórios; e dahí se conhece que persistem nella as mesmas necessidades, se bem que um pouco mais aggravadas pelo decurso do tempo.

Juntos tenho a honra de pôr na presença de Vossa Magestade os dous Mappas estatísticos na forma dos modellos, que me forão enviados em Portaria do Ministério do Reino de 2 de Setembro ultimo.

Deus guarde Vossa Magestade

Évora, 10 de Outubro de 1850

O Bibliothecario: J. H. da C. R.

1850

Biblioteca Nacional de Évora

Statística das Obras e volumes, que possui esta Bibliotheca, classificados pelos ramos bibliographicos, como declaração do numero de volumes que tem não classificados.

<i>Ramos Bibliographicos</i>	<i>Obras</i>	<i>Volumes</i>		
		<i>Encadernados</i>	<i>Em brochura</i>	<i>Total</i>
<i>Sciencias históricas e Litterárias</i>	3\$000	4\$000	1\$000	5\$000
<i>Bellas Artes</i>	300	400	100	500
<i>Jornaes Litterários e Políticos</i>	240	500	700	1200
<i>Sciencias Naturaes, Artes e Officios</i>	600	2000	500	2500
<i>Sciencias Civis e Politicas</i>	1300	4000	1000	5000
<i>Sciencias Eclesiásticas</i>	3200	8000	2000	10000
<i>Manuscriptos</i>	1200	1600	200	1800
TOTAL GERAL	9840	20500	5500	26000

Foram adquiridas este ano 0 obras e 0 volumes. Não estão classificados os Livros que forão dos conventos, e se achão amontoados nas sallas da Bibliotheca por não haver espaço onde se coloquem.

Statística de leitura com classificação e número de obras

Biblioteca Nacional de Évora - 185

<i>Meses</i>	<i>Sciencias históricas e literárias</i> a)	<i>Belas Artes</i> b)	<i>Jornaes Litterários e Políticos</i> c)	<i>Sciencias Naturaes, Artes e Officios</i> d)	<i>Sciencias Civis e politicas</i> e)	<i>Sciencias Eclesiásticas</i> f)	<i>Manuscriptos</i> g)	<i>Total</i>
<i>Janeiro</i>	9	3	2	20	6	3	3	46
<i>Fevereiro</i>	10	5	4	18	5	4	4	50
<i>Março</i>	12	3	9	12	8	4	7	56
<i>Abril</i>	20	8	7	8	10	5	6	64
<i>Maiο</i>	6	7	9	10	5	4	3	44
<i>Junho</i>	13	4	5	15	2	7	4	50
<i>Julho</i>	7	5	4	8	7	7	2	40
<i>Agosto</i>	7	3	6	7	4	4	2	37
<i>Setembro</i>								h)
<i>Outubro</i>								
<i>Novembro</i>								
<i>Dezembro</i>								
TOTAL	84	38	46	98	51	38	31	386

Ha catalogo manuscrito de toda a Bibliotheca; e está impresso e próximo a sair à luz o 1º volume do catálogo de Manuscriptos.

- a) os livros mais pedidos neste ramo são de Historia de Portugal.
- b) As obras mais pedidas são as d' architectura.
- c) O Jornal Litterário mais procurado é o Investigador Portugues.
- d) As obras mais pedidas são as Artes de Cavallaria, e a Encyclopedia na parte das Artes e Officios
- e) As obras geralmente consultadas são as Collecções de Leis e os Juriconsultos Portugueses.
- f) As obras mais procuradas são as de moral e de liturgia.
- g) Os manuscritos mais pedidos são os de Genealogia.
- h) o mês de Setembro é de férias.

Fonte: Arm. V-VI, n.º 12; 4º, n.º4 (f) e (g)

Há catálogos completos dos livros impressos da Bibliotheca? Se os há, são eles redigidos alfabeticamente, segundo os nomes dos mestres, ou por ordem das matérias? Estes catálogos tem sido impressos, e quando?
A Bibliotheca tem direito a um ou mais exemplares dos livros que se publicam no País?

Secretaria de Estado dos Negócios do Reino em 16 de Agosto de 1849. Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Telles.

Está conforme. Secretaria do Governo Civil de Évora, 20 de Agosto de 1849. O 1º Oficial, João Rafael Pinhão.

Em Portaria circular do Ministério do Reino de 16 de Agosto ao Governador Civil.
Fonte: Arm. V-VI, n.º 12; 4º, n.º 4 (x)

ANEXO 3

Questões do Ministério do Reino sobre o funcionamento da Bibliotheca Pública de Évora – 1849.

Quesitos relativos à Bibliotheca da cidade de Évora

Qual é a data da sua fundação?

Debaixo de que regulamentos, ou restrições se acha ela aberta ao público?

Quantos dias em relação aos 365?

E por quantas horas cada dia?

Está ela aberta nos dias santificados, ou de noite?

Quantos leitores, termo médio, frequentam diariamente a biblioteca?

Supondo que se exige uma licença para ser admitido na bibliotheca, quantas licenças por ano tem sido concedidas durante os dez últimos anos, de 1839 – 1848?

Supondo que a entrada na bibliotheca é inteiramente livre, tem disso resultado alguma desordem?

Quais são as somas despendidas, anualmente para a conservação e aumento da bibliotheca, e de que fundos sahem essas despesas? Qual é a quantia destinada para a compra de livros?

Qual é o número, graduação e quais as atribuições e vencimentos do bibliotecário, e segundo bibliotecário, etc...

Quantos volumes impressos possui a biblioteca?

Quantas obras ou volumes tem, pouco mais ou menos? Quantos volumes manuscritos? São as brochuras contadas separadamente na numeração dos volumes? Se assim é, qual o seu número?

Qual é pouco mais ou menos o número dos volumes impressos, que em cada ano se acrescenta à bibliotheca?

Os livros da bibliotheca são emprestados para se lerem fora?

Se o são, debaixo de que condições?

Qual é o número de livros, assim emprestados, termo médio, durante os dez anos acima referidos?

a prática de emprestar livros tem alguma vez sido prejudicial? Têm os livros sido perdidos, ou restituídos em mau estado?

ANEXO 4

Resposta do Bibliotecário Cunha Rivara ao ofício do Ministério do Reino sobre o funcionamento da Biblioteca Pública de Évora

Respostas aos Quesitos sobre a Bibliotheca

1º

A data da fundação consta da inscrição, que o fundador, o Sr. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, arcebispo de Évora, mandou por sobre a Porta da entrada da mesma biblioteca: 1805.

O regulamento foi dado pelo mesmo fundador em Provisão sua de 21 de Setembro de 1811. nelle se estatue que a biblioteca será exposta os concurrentes quatro vezes por semana, a saber, nas manhãs das terças feiras, e sábados, das 8 às 11 horas pelo Verão, e pelo Inverno das 9 até ao meio dia; e nas tardes das segundas e quintas feiras, desde das 4 até às 7 horas pelo Verão e pelo Inverno desde das 2 até às 4 horas.

Tendo-se depois observado que nas manhãs de Inverno e tardes de Verão pouca gente concorria à Livraria, determinou-se que ela se abrisse no Inverno só de tarde, e no verão só de manhã. E observando-se também que no mês de Setembro não havia concorrência, determinou-se que elle fosse sempre de férias, e servisse de algum refrigerio aos bibliothecários.

Passados alguns anos houve nova alteração nas horas, abrindo-se nos dias acima apontados desde das 10 horas da manhã até à 1 da tarde.

E desde que serve o actual bibliothecário não só está de ordinário aberta mais horas, mas o está até nos dias não marcados pelo dito Estatuto. Não se abre porém de noite.

3º

Termo médio dos leitores – três a quatro por dia. Não se exige licença especial para ser admitido na bibliotheca.

4º

Não tem disso resultado desordem alguma.

5º

O fundador applicou para ordenados dos empregados, conservação e aumento da bibliotheca 300\$ reis das rendas da Mitra em cada ano, e 200\$ reis das da Fabrica da Cathedral. Esta doação porem não chegou a ter pleno efeito por sobrevir logo a morte do illustre fundador; mas a conservação da bibliotheca, e o pagamento dos ordenados ficou sempre a cargo da Mitra até à extinção das rendas decimais, e da jurisdição administrativa eclesiástica em 1834, época, em que os ordenados começaram a ser pagos pelo Tesouro Público. Não há fundos anuais para conservação ou aumento da bibliotheca, nem para a compra de livros.

6º

O fundador estabeleceu no seu regulamento os seguintes empregados: 1 perfeito; 1 vice-perfeito, 2 bibliothecários, 1 cartorário e 1 contínuo. O arcebispo Fr. Patrício da Silva, por Provisão de 2 de Fevereiro de 1821 reduziu este quadro para o seguinte: 1 bibliotecário-mor, 1 segundo bibliothecário, e 1 contínuo. O ordenado de cada um: o bibliothecário-mor 100\$ reis; o lugar de 2º bibliothecário é de 50\$. , de facto nunca mais houve senão um bibliothecário, e 1 contínuo.

7º

A bibliotheca tem uns 25\$ volumes impressos, e 1800 códices manuscritos. Brochuras e Jornais estão metidos na conta dos volumes impressos, arranjados em massos e volumes de razoável grandeza. Conta-se cada um destes massos por um volume; e andam por 2 mil. Entra também na dita conta a coleção dos Paleotypos que orça por 300 volumes.

8º

Acrescem todos os anos dois ou três volumes dados gratuitamente.

9º

O bibliotecário debaixo da sua responsabilidade empresta alguns livros aquellas pessoas, de quem confia que lhe restituirão sem defeito.

10º

Os livros emprestados não passam dos 30 em cada ano.

11º

Não tem resultado desta prática prejuízo algum.

12º

Há catalogo completo dos livros impressos, segundo a ordem dos nomes dos autores. Trabalha-se no catalogo por ordem de matérias. Dos manuscritos há catalogo completo, cujo 1º volume (que compreende a noticia de todos os códices e papéis, que tratão das cousas da África, Ásia, e América) está quase impresso por ordem do Governo na Imprensa Nacional e deve sair à luz em pouco tempo. É obra do actual bibliothecário todo este catalogo.

13º

Não tem a bibliotheca direito a haver exemplares dos livros que se publicam no país.

Fonte: Arm. V-VI, n.º 12; 4º, n.º 4 (J)

ANEXO 5

Ofício de Cunha Rivara ao Secretário da Classe de Ciências Morais e Políticas, e Belas Letras, da Academia Real das Ciências

Il.^{mo} Snr.

Pela carta de V. S.^a de 5 de Junho último tive a satisfação de saber que a Academia Real das Ciências peça Classe de Ciências Morais, Políticas e Belas Letras se havia dignado fazer-me a honra de me incluírno número dos seus sócios correspondentes. A V. S.^a pois rogo que seja o interprete dos meus agradecimentos perante a Academia, e de quanto eu desejaria possuir as partes, que me fizessem digno de tão alta distinção. Mas esse pouco cabedal, que tenho, ponho todo à disposição da Academia, cujo auxilio, e sábios conselhos poderão suprir a minha insufficiencia. Aproveitando a occasião rogo igualmente a V. S.^a se sirva informar a Academia de alguns pequenos trabalhos que hei encetadosobre o assumpto do domínio della.

1º Achando-se abandonada, desprezada, e por isso profundamente corrupta a língua natural desse paiz, procurei indagar as causas de tão notável phenomeno; e o resultado das minhas indagaçõesconsta do Ensaio histórico da Língua Concani, do qual faz parte a Bibliotheca Concani, que tudo saio á frente de uma nova edição da já esquecida Grammatica da mesma língua, composta antigamente pelos jesuítas. O mesmo Ensaio histórico sáe agora separado da Grammatica, mas acompnhado de grande numero de documentos authenticos, que lhe serviram de base, e que a outros muitos respeitos illustram a historia dos portugueses na Índia.

2º É sabido não só que não há corpo desta historia, posterior ao que escreve Diogo do Couto, mas ainda mesmo o que escreveram Barros e Couto, e outros chronistas só se pode tomar como subsídio da historia, e não como a completa historia da Índia. E não havendo historia sem base documental, tendo começado a colligir, e a salvar da perda iminente os principais documentos que nos Archivos da Índia se conservam. A esta collecção tenho dado o titulo de *Archivo Portugues Oriental*, e é já do domínio público o 1º fascículo que contém as

Cartas (que restam) dos Reis de Portugal À Cidade de Goa no século XVI. Está no prelo o 2º fascículo, em que se acham os privilégios da cidade de Lisboa desconhecidos do público. seguir-se-há o 3º fascículo, que há de conter as Cartas (que restam) dos Reis de Portugal aos Vice-Reis e Governadores da Índia no século XVI. Depois aproveitarei o importantíssimo Cartório da Fazenda, no qual é onde se encontram os documentos de mais antiga data. Correndo a roda do século XVI, seguir-se-hão os documentos do século XVII; e assim por diante: tenho todavia a lamentar as grandes lacunas que há de documentos pertencentes aos primitivos tempos da conquista. Deve já existir na Bibliotheca da Academia o *Ensaio histórico da língua Concani* e a *Grammatica*, e bem assim o 1º Fascículo do *Archivo*. Brevemente terei a honra de enviar a educação do *Ensaio histórico* com os documentos, e o 2º Fascículo do *Archivo*. Brevemente submeto estes trabalhos ao sábio juízo da Academia, e especialmente peço os seus preceitos e cinselhos sobre o progresso do mesmo *Archivo*.

3º O Governo de S. M. tendo conhecimento deste meu desejo de ilucidar a historia Portugueza nas regiões Orientais; e julgando, sem duvida menos exactamente, as minhas forças proporcionadas aos meus desejos; entendo que eu me dipunha a continuar a nossa historia da Índia; e nesse pressuposto acaba de autorisar-me a percorrer aquellas regiões, onde se poderem colher esclarecimentos e subsídios para tão grande obra. Vergando debaixo do peso de uma concessão, que equivale a um perceiveito, mas perceiveito – que me enleia e me confunde, veio felizmente a Academia, mettendo-me no numero dos seus sócios, auxiliar-me com o seu poderoso braço. A elle pois recorro para que me guie e encaminhe neste empenho tão superior ás minhas forças.

Em quanto porem se espera o que se hade, ou se deseja fazer, seja-me licito dirigir outro requerimento á Academia. É a impressão de alguns monumentos históricos, que existem inéditos, e que confrontados com os documentos darão grande luz a muitos pontos da historia da Índia, talvez completamente ignorados. Tais seriam, por exemplo, o *Livro das Fortalezas da Índia* por António Mocarro, que existe na bibliotheca Pública Eborense, e cuja descripção se pode ver no Catálogo que formei daquella Bibliotheca, a pag. 302; e a *Oração* de Fr. Egídio de Viterbo ao Papa em louvor das victórias d'ElRei D. Manuel no Oriente, ms. Igualmente existente na mesma Bibliotheca, e mencionado no dito Catálogo a pag. 256.

Se V. S.^a julgar de algumas das coisas que levo ditas não merecem ser presente á Academia, ao menos sejam os meus agradecimentos.

Deos guarde a V. S.^a

Goa, 9 de Agosto de 1858

O sócio correspondente

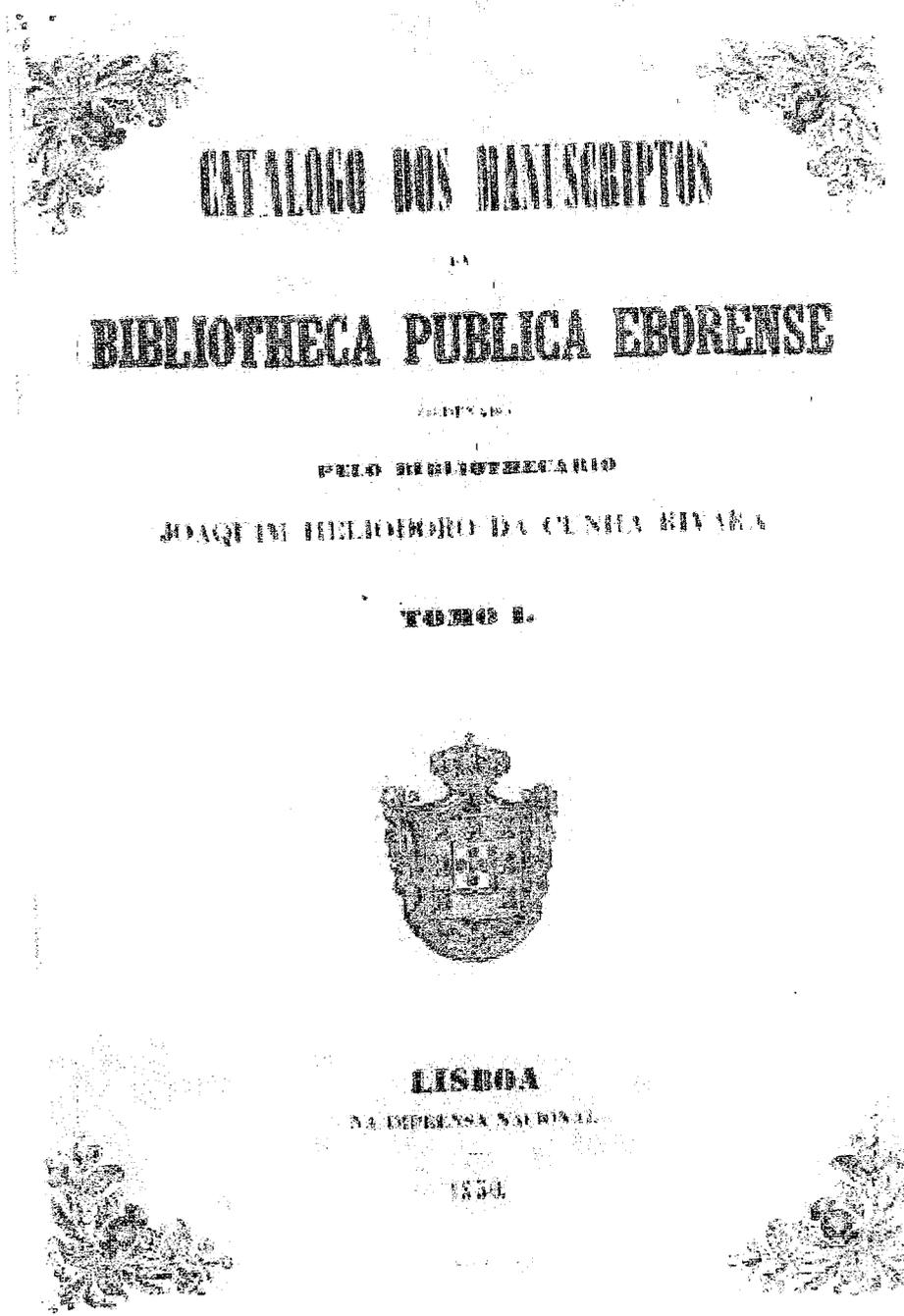
Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara

(do Arquivo da Academia)

Fonte: In:1982a:480 - 481

ANEXO 6

Folha de rosto do Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense



Fonte: In: Rivara:1850: [folha de rosto]

ANEXO 7

Carta de Cunha Rivara às seguintes bibliotecas: Biblioteca Real de Madrid, Biblioteca do Escorial, Biblioteca da Universidade de Salamanca, Biblioteca da Universidade de Alcalá de Herrera, e Biblioteca da Coroa de Aragão, em Barcelona.

Antigamente houve na Península uma verdadeira *República Literária*. As revoltas políticas destruíram esta tão proveitosa confraternidade das inteligências; e apesar dos esforços de alguns sábios do século passado para novamente atar os laços que nunca haveriam de ter sido quebrados entre nações tão vizinhas e tão irmãs, acha-se hoje com as alterações do presente século, quase morto o comércio intelectual e literário entre os sábios e estudiosos das Hespanhas. Já que não há troca de ideias pelos livros, active-se ao menos a correspondência epistolar, por vezes mais instrutiva e profícua que a doutrina pomposa dos Livros.

Tais são os votos de um obscuro rato de província que não valendo nada por si próprio, pode contudo ser de algum préstimo aos autores das letras pelo precioso depósito que lhe está confiado. este precioso depósito é a biblioteca pública de Évora.

Fundada no princípio deste século pelo insigne prelado D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Bispo de Beja, e Arcebispo de Évora, contem uns 40\$ volumes impressos e 2\$ manuscritos, pela maior parte de muito preço e estima.

Para notar d'entre eles alguns que mais possa mover a curiosidade de V. S. farei menção de um grande códice, em fólio, escrito em, pergaminho, o qual é o segundo tomo de *La Grand y General Historia* por El Rey D. Afonso, o sábio, e pelo que pude colher do que sobre esta obra achei nos bibliógrafos castelhanos, D. Nicolao António e Rodriguez de Castro, entendo que este volume faz jogo com o primeiro (único) da Biblioteca Real de Madrid, e tem consideráveis diferenças da outra coleção, que se conserva na Biblioteca do Escorial. Os caracteres paleográficos do códice são todos do 14º século. Tenho noticia vaga de que esta obra está hoje toda impressa, mas nem por isso me parece perder o merecimento tão venerando escrito.

Desta nossa Biblioteca de Évora é também o original do folheto, que hoje tenho em honra de remeter a V. S. e que envio a mais algumas Bibliotecas de Espanha.

Igualmente se conserva na de Évora a preciosa colecção da correspondência autografada entre o Arcebispo Cenáculo, e os sábios espanhóis, Buytrago, Mohedanos, Mayam y Siscar; Peres Bayer, Comide Savedra, Juan Baptista Muñoz, e outros muitos.

E quanto seria para desejar que se imitassem tão bons exemplos!

Eu, que nada mais posso, ofereço a boa vontade, com que estou disposto a satisfazer a todas as requisições que V. S. e seus illustres amigos se dignarem fazer-me, assim no que pertence à Biblioteca, como no mais que for de seu serviço.

J.H. da C. R.

Évora, 24 de Maio de 1843

Fonte: **Arm. IX, n.º 21. n.º 2 (x)**

ANEXO 8

Carta de Cunha Rivara à Biblioteca Real de Bruxelas

Monsieur a très honoré confrère,

Il y a à peu près deux ans que conduit par les annonces de librairie j'ai fait venir de Paris, car on ne l'a pas trouvé à Lisbonne, votre *Manuel du Bibliothécaire*. Ce livre si sagement et si sçavamment écrit n'a donné grande envie d'engager une correspondance avec l'auteur, si tout fois il lui plairait de l'entretenir avec un homme inconnu dans les pays étrangers et obscur dans le lieu. Cependant j'ai réfléchi que c' étant écoulé le long délai de huit années depuis la publication de votre livre il pourrait aisément arriver que ma lettre ne vous trouverait plus à la bibliothèque de l'Université de Louvain, seule adresse que á l'aide du titre de votre livre n'était connue pour parvenir jusqu' á vous. Il fallait pour avoir de vos nouvelles plus récents qu'elles reverdissement par contre-coup de l'Amérique car ayant reçu le cahier de la *Revue de l'Insitut Bresilien* du mois de Juillet 1843 j'ai vu qu'on y fait ait honorable mention de vos ouvrages e de votre nom avec la charge de Conservateur de la Bibliothèque Royale de Bruxelles.

J'ai délibéré en conséquence n'adresser á vous au plutôt penuadé que je suis que vous ne dédaignerer pas d'acuellir avec benevolence qui conque s'adreprera á vous avec un vit désir de s'instruire . un bibliothecaire (avec vous dit dans votre Manuel) se doit au public, et surtout aux vrais amateurs, il se doit à une jeunesse curieuse et avide d'instruction ; il doit être pour les professeurs des écoles publiques un collègue utile, un ainsi éclairé, un conseil permanent . Monsieur, heureusement et par hasard se réunissent sur moi toutes les sus dites qualifications ; car je suis amateur de la bonne littérature ; aux trente cinc ans ou n'est pas encore vieux; je suis Professeur de Philosophie au Lyceum d'Évora ; et outre tout cela j'ai l'honneur d'être votre collègue à la Bibliothèque publique de la même ville. Etayé de tous ces titres je suis sur, Monsieur, que vous m'aiderer dans mes travaux soit bibliographiques, soit litteraires.

La bibliotheque á la tête de laquelle ou m'a mis, á été fondée au commencement de ce siècle par l'Archeveque d'Evora D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, et il y a déposé plus de trente miles volumes imprimés, parmi les quels on trouve beaucoup incunables, prés de deux mille manuscrits, une grande collection de medailles, une outre de tableaux, une outre de l'antiquité,

un petit museum d'histoire naturelle on l'a augmentée récemment par les bibliothèques des concouveny (conventos) supprimés dans tout le département d'Évora ; et comme l'édifice fut reconnu trop étroit pour contenir toutes ces nouvelles acquisitions on a fait construire exprès une nouvelle salle laquelle est à présent presque tout à fait conclue et prête à recevoir des livres. Il faut donc faire le catalogue de tous ces livres nouvellement acquis et refaire les anciens catalogues qui ont vieilli. Mais avant d'entreprendre cette tâche je voudrais me pouvoir de ces relieures mobiles inventées par M. Fauqueceux, papetier à Paris, dont vous parlez à la page 95 de votre Manuel et dont je ne connais pas la construction. Je vous prie donc Monsieur de m'en vouloir donner la description détaillée pour que je puisse dans la bibliothèque de M.L.A. Constantin. Paris 1841 à pag. 115 une relieure mobile inventée par M. Reichmanr à Paris (rue St. Benoit) que de même m'est inconnue. La quelle des deux sera préférable? Si toutefois il y a une différence remarquable entre elles.

Quant aux manuscrits c'étaient, un amas de volumes et de papiers entassés les uns sur les autres, lorsque j'ai pris de la bibliothèque. Depuis plus de trois ans travaillé incessamment à en faire le catalogue et à présent tout est mis en ordre, numéroté avec un catalogue provisoire dressé et le catalogue raisonné très avancé. Le premier volume de celui-ci est terminé, et contient la notice détaillée de tous les manuscrits, documents qu'ont rapport à l'Amérique et à l'Afrique.

Voilà pour la bibliographie. Venons à la littérature. Je fais des recherches sur l'histoire de l'Inquisition. Or les Juifs portugais ont acconu en foule, l'établir dans les villes de la Hollande et Hanseatiques, et y ont écrit force de pamphlets sur l'Inquisition et sur les persécutions de ses coreligionnaires ; et ces pamphlets, ou ont resté manuscrits ou quoique imprimés, n'ont pénétré parmi nous que fort rarement, on peut être ne l'ont pas de tout. Il m'écrit très agréable de saisir ce que les bibliothèques de Bruxelles, de Louvain, ou quelque autre de la Belgique contiennent là-dépas. Je sçais bien que je m'adresse à l'historien des bibliothèques publiques de la Belgique, que personne mieux que vous ne pourra me donner des renseignements à cet sujet.

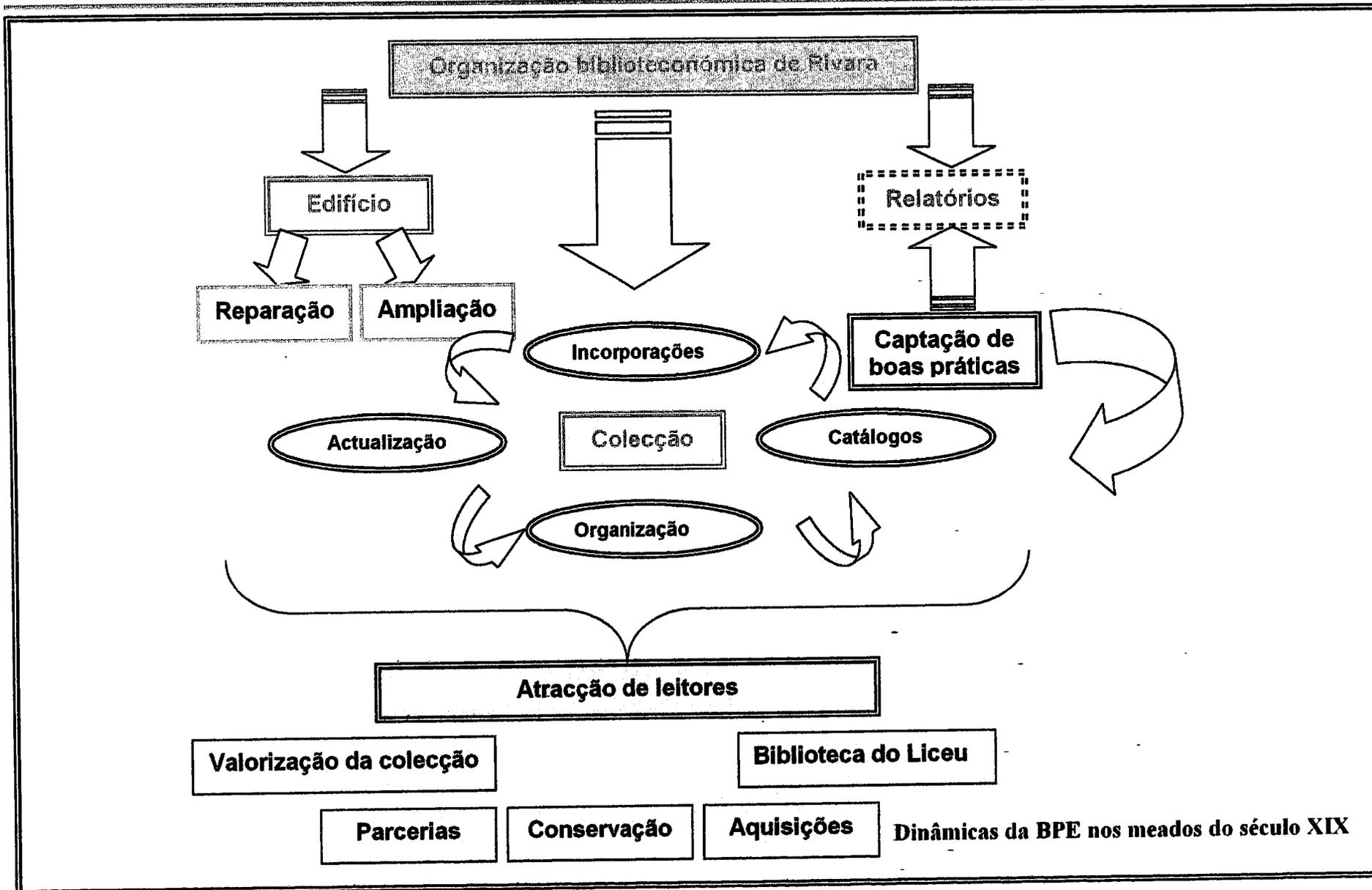
Je n'ai abusé que trop de votre patience, mais j'ai une petite excuse dans mon éloignement, et dans le peu d'habitude d'écrire dans une langue étrangère, dont j'ai fait peut-être un jargon inintelligible. Mais, Monsieur quel est le langage ou le jargon qu'un bibliothécaire ne comprend pas, ou l'ignorance qu'il n'endure

Évora, ce 15 de Mai de 1844 à il P. Namur – conservateur à la B. R. de Bruxelles.

Fonte : **Arm. IX, n.º 21, n.º 4 (h)**

ANEXO 9

Mapa Conceptual



Índice por Nomes, Localidades e Assuntos

- Abade Correia da Serra
6
- Abrantes
29
- Abreu, Manuel Rodrigues da Silva
31, 100-102
- Abreu, Miguel Vicente de
76
- Absolutismo
6, 15, 46, 48
- Academia de Ciências de Lisboa
45, 62
- Academias
8, 43
- Actualização das colecções
2, 6, 104, 105, 118, 126, 127, 130
- Adelman, Kenneth
3
- Alemanha
8, 23, 31, 33, 34, 36, 47, 50
- Alfabetização
18, 21, 23, 117
- Alho, Cipriano António Pereira
39
- Almanaques
23
- American Library Association
32
- Analfabetismo
8, 23
- Anglicanismo
17
- António Feleciano de Castilho Barreto e Noronha
Vd. Castilho, António Feleciano
- Aquisições
54, 84, 102, 107, 117-119, 122, 127, 130
- Arnoult, Jean Marie
123, 124
- Arquivo Distrital de Évora
4, 5, 30, 48, 49, 119
- Arquivo Histórico da Escola Secundária André de Gouveia
4, 5, 57
- Arquivo Pitoresco
9, 56, 58, 59, 61, 74
- Arquivos
31, 32, 45, 46, 61, 62, 71, 93, 95, 96, 113, 128
- Arquivos da Índia
68, 73
- Arraiolos
51, 52, 54, 55, 61, 71, 76, 93, 94
- Aubin, Jean
75, 77
- Azaruja, João
38, 39
- Balbi, Adrien
43, 45
- Balsemão, Vasco Pinto
1, 49, 90, 112, 120
- Barata, António Francisco
75
- Barata, Paulo
5, 27, 31, 32
- Barbier, Antoine
37
- Barbier, Frédéric
26
- Barcelos
29
- Barros, João de
61, 68
- Barthes, Roland
15
- Bartolomé Martínéz, Bernabé
27
- Bayle, Pierre
6
- Beja
38, 41, 45
- Bélgica
8, 27, 36
- Bell, Judith
3, 4
- Benchmarking
113, 115, 129
- Bíblia
17, 23, 116, 130
- Bibliografia
5, 7, 62, 70, 74, 75
- Biblioteca da Academia Real das Ciências
45
- Biblioteca da Coroa de Aragão
113
- Biblioteca da Universidade de Alcalá
113

- Biblioteca da Universidade de Coimbra
45, 116
- Biblioteca da Universidade de Leiden
115, 129
- Biblioteca da Universidade de Utrech
115
- Biblioteca de Berlim
102
- Biblioteca de Gottinga
102
- Biblioteca do Colégio dos Nobres
20, 113
- Biblioteca do Convento de Jesus
38, 45
- Biblioteca do Escorial
113
- Biblioteca do Liceu de Évora
48, 122, 130
- Biblioteca Municipal do Porto
30, 34, 83
- Biblioteca Nacional de Lisboa
27, 38, 49, 81, 90, 99, 100, 112, 114, 120,
128-130
- Biblioteca Pública de Amesterdão
115, 129
- Biblioteca Pública de Braga
27
- Biblioteca Pública de Bremen
115
- Biblioteca Pública de Évora
1-5, 12, 28, 38-40, 42, 46, 48, 49, 56, 60,
65, 66, 75, 81, 98, 100, 110, 113, 117,
119, 121, 124, 126, 127, 129
- Biblioteca Pública de Frankfurt
115
- Biblioteca Pública de Hamburgo
115
- Biblioteca Pública de Lubeck
115, 129
- Biblioteca Pública de Vila Real
60
- Biblioteca Real da Ajuda
1, 20, 45, 49, 66, 113-115, 129, 130
- Biblioteca Real de Bruxelas
1, 112, 114, 115, 129, 130
- Biblioteca Real de Haia
115, 129, 130
- Biblioteca Real de Madrid
113, 129
- Bibliotecário
1, 2, 4, 5, 11, 14, 31-33, 38-40, 46-49, 51,
55, 58, 59, 62, 66, 71, 75, 79-81, 86, 87,
89-91, 93-95, 97-108, 110, 112-115, 117-
122, 124-130
- Bibliotecas
1, 5, 7, 8, 13, 16, 19, 20, 25-28, 30-36, 38,
40, 43, 47, 49-51, 78, 79, 82, 83, 95-97,
100, 102, 103, 105, 107, 113-117, 119,
121, 123, 124, 126, 128, 129
- Bibliotecas alemãs
34
- Bibliotecas dos extintos conventos
1, 2, 31, 34, 45, 46, 79, 84, 85, 89, 116,
126
- Bibliotecas espanholas
34, 113, 129
- Bibliotecas francesas
12, 27, 33, 58, 123
- Bibliotecas inglesas
74
- Bibliotecas norte-americanas
32
- Bibliotecas particulares
38, 43
- Bibliotecas populares
25, 33, 35, 36
- Bibliotecas públicas
1, 12, 25-27, 30-35, 46, 78, 79, 83, 95,
100, 117, 121, 128
- Biblioteconomia
27, 31, 32, 34, 37, 47, 66, 69, 71, 116
- Bodecker, Hans Henrich
24, 43
- Boletim do Governo do Estado da Índia
69-74
- Bosh, H. de
37
- Bouchon, Geneviève
75, 77
- Boulogne, Arlette
26
- Braga
29, 101
- Bragança
29
- Brewer, John
16, 18-21
- Brunet, Jacques Charles
36, 97

- Cabanis, Georges
7
- Cabral, António da Costa
94
- Caeiro, Francisco
40, 42
- Câmara Municipal de Arraiolos
51, 76, 93
- Câmara Municipal de Évora
71
- Campos, Francisco de Paula Velez
39, 79, 97, 128
- Cândido Lusitano
Vd. Francisco José Freire
- Carlo Cipolla
8
- Carrión, Gútiez, Manuel
27
- Cartório de Arraiolos
54
- Cartórios
71, 93, 95
- Castilho, António Feliciano
9, 62, 92
- Castilho, José Feliciano
99-101, 113, 128
- Catologação
1, 34, 98, 114
- Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eboreense
62, 93, 95, 96, 128
- Catálogos
2, 19, 21, 59, 91, 93, 98-100, 102, 104, 112, 124, 130
- Catecismo
7, 41, 42, 88
- Cavallo, Guglielmo
23, 24
- Cenáculo, Frei Manuel do
2, 28, 38-49, 58, 80, 82, 87, 89, 90, 97, 117
- Chartier, Roger
15, 17, 19-25
- Chaves
29
- Chronista de Tissuary
61-63, 65, 69, 70, 73
- Cicouro, Manuel Fernandes
80
- Classificação
1, 34, 78, 92, 97, 99-102, 128
- Clement, David
119
- Clero
19, 41, 42, 78
- Códices
65, 89, 92, 94, 96, 97, 113, 128
- Coimbra
8, 29, 30, 45, 51-53, 56, 60, 70, 75
- Colecções conventuais
78, 79, 82, 84, 85, 90, 91, 107, 119, 121, 126
- Compagnon, Antoine
14, 15
- Concani
Vd. Língua Concani
- Conde Rackynski
66, 69
- Condillac, Etienne Bonnot de
7, 52, 54
- Condorcet, Nicolas de
7, 41, 47
- O Conimbricense
92, 96, 97
- Conselho Geral de Beneficência
7
- Conservação
2, 5, 8, 84-90, 95, 105-107, 114, 121-123, 129, 130
- Constantin, Leopold Auguste
1, 11, 36, 92, 93, 97-100, 102, 103, 105, 112-116, 123, 127, 128, 130
- O Constitucional
88, 89
- Convento de Mafra
45
- Convento de S. Vicente de Fora
45
- Convento de Santa Cruz de Coimbra
45
- Conventos
1, 2, 7, 8, 31, 34, 45, 46, 49, 78, 79, 84-89, 99, 104, 105, 109, 115, 116, 122, 126, 128
- Cordeiro, José Maria
49, 50
- Correia, Germano Silva
74, 75

- Cousin
56
- Couto, Diogo do
61, 68
- Cristianismo
11, 45, 46
- Crónicas
54, 62, 74
- Cruz, Frei Constâncio da
39, 91
- D. António da Costa
8, 35
- Darnton, Robert
22-24
- Décadas
68, 73
- Demersay, Alfred
96
- Depósito das Livrarias dos Extintos
Conventos
78, 79, 81, 90
- Desbaste
87, 90, 91, 107
- Descrição Bibliográfica
Vd. Catalogação
- Dias, Silva
6
- Diderot, Denis
6
- Domingos, Manuela
5, 27
- Dupin, Charles Auguste
37
- Duplicados
Vd. Livros Duplicados
- Ebert
31, 36, 37
- Educação
6-10, 13-19, 29-32, 34, 35, 41-52, 56, 57,
59-61, 65, 79, 80, 83, 87, 102-104, 118-
120, 122
- Eisenstein, Elizabeth
42
- Encadernação
60, 103, 105, 123
- Engelsing, Rolf
23, 24
- Ensino
Vd. Educação
- Escolano, Augustin
27
- Escolar, Hipólito
26, 27, 31-34
- Espanca, Túlio
39, 41, 44, 62, 80, 82, 104, 105, 107, 112,
118, 120
- Espanha
13, 26, 36, 40, 52, 113
- Espanhol
Vd. Língua espanhola
- Estados Unidos da América
13, 31, 33, 47, 50
- Estantes
84, 85, 89, 91, 92, 97, 122, 127, 128
- Estatística
3, 4, 45, 101, 108-110, 121, 125
- Estatutos da Biblioteca Pública de Évora
39, 41, 43, 44, 46, 48, 80
- Estrangeirados
6, 11, 30
- Estremadura
20
- Estremoz
39
- Estudo de caso
3
- Estudos Bibliográficos
Vd. Bibliografia
- Évora
25-29, 38, 41, 44, 46, 48, 52, 55-57, 62,
69, 78-80, 85, 88, 95-97, 113, 115, 116,
118, 119, 123, 125
- Fauqueceux, M.
103
- Feiticeiro (romance)
11, 71
- Ferreira, Silvestre Pinheiro
100
- Fichas bibliográficas
Vd. Catalogação
- Figueiredo, António Pereira de
64
- Figuiér, Richard
26
- Filosofia
1, 11, 52, 53, 55-57, 63, 82
- Filósofos
6, 7, 18, 22, 40, 54

- França
 5, 7, 8, 5-13, 15, 17-19, 22, 26, 31, 33-36,
 40, 46, 47, 50, 95
 França, José Augusto
 8-12
 Francês
 Vd. Língua Francesa
 Frankfurt
 115
 Fundo Rivara
 4
 Furtado, José Afonso
 13-15, 24, 25
 Gabinetes de leitura
 13, 25, 28-30
 Garnier
 100, 101, 128
 Garrett, João Batista de Almeida
 8, 10, 62
 Gate, Arthur
 13
 Gestão do fundo documental
 2, 31, 90, 91, 106, 112
 Goa
 60, 61, 63-65, 67, 68, 75
 Goethe, Johann Wolfgang Von
 10, 23, 24
 Gonçalves, Caetano
 74
 Goulemot, Jean-Marie
 82, 83
 Gouveia, António Camões
 18-20
 Governo Civil
 81, 38
 Grego
 Vd. Língua Grega
 Grémio Literário
 9
 Grounded theory
 3
 Guedes, Fernando
 18-21, 29
 Guimarães
 29
 Guizot, François
 8, 12, 95
 Hall, David
 24
 Haller, A.
 37
 Harris, Michael
 22, 26
 Hassenforder, Jean
 14, 26
 Hebraico
 Vd. Língua Hebraica
 Herculano, Alexandre
 1, 7-12, 49, 61, 62, 72, 75, 90, 113, 130
 Hermet, Guy
 12, 42
 História da Alfabetização
 8, 14
 História da leitura
 1, 13-16, 20, 26
 História das bibliotecas
 5, 13, 26, 31, 47
 História de Portugal
 20, 66, 73, 75, 111
 História do livro
 16, 23, 27, 28
 Holanda
 50
 Huey
 13
 Idade Média
 12, 23
 Idade Moderna
 23
 Igreja Católica
 22, 23, 33, 38, 39, 41, 43, 68, 72, 73, 80
 Igreja na Índia
 68, 72, 73
 Iluminismo
 1, 6-8, 11, 16, 18, 19, 22, 23, 38-46, 48,
 100
 Impressão Régia
 18, 21
 Incorporação
 2, 30, 78, 79, 83, 90, 115, 118, 126
 Índia
 53, 55, 60-64, 70, 72, 73, 75
 Inglaterra
 7, 13, 15-19, 22, 24, 31, 33, 34, 50
 Inglês
 Vd. Língua Inglesa
 Inquisição
 11, 71, 115

- Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
62
- Instituto Vasco da Gama
62, 69, 70
- Instrução
Vd. Educação
- Intelligentsia
8
- Itália
31
- Italiano
Vd. Língua italiana
- Jesuítas
30, 78, 85, 86, 89
- João V, rei de Portugal
6
- Johnson, Elmer
21, 26
- José Feleciano de Castilho Barreto e Noronha
Vd. Castilho, José Felciano
- José I, rei de Portugal
6
- Journal des Faits
109, 119
- Journal dès Progrés
119
- Kant, Immanuel
41-43, 46, 56
- Kleist, Henrich Von
10
- Kuhn, Thomas
79
- Lagos
29
- Laicização
46, 81
- Lamennais, Robert de
12
- Laromiguière, Pierre
56
- Latim
Vd. Língua latina
- Leclerc, Jean
22
- Leiria
78
- Leitor
2, 3, 12-16, 18, 20-25, 27-29, 32, 49, 83, 89, 94, 99, 102-106, 108-111, 117, 118, 121, 124-130
- Leitura
1, 7, 8, 11-36, 40, 46, 54, 67, 86, 93, 110, 112, 117-119, 121, 125, 129
- Leitura cristã
14
- Leitura extensiva
22-24, 28
- Leitura intensiva
22, 24
- Leitura liberal
14, 15
- Lemare, Jacques
9
- Liberalismo
1, 6, 8-10, 12-14, 27, 30, 34, 39, 47, 48, 55, 76-80, 83, 118, 126, 129
- Library Journal
32
- Liceu Nacional de Évora
1, 48, 56-60, 95, 122, 130
- Liceus
8, 31, 56, 57
- Lisen, Bruno
26
- Língua concani
62-65, 67, 68
- Língua espanhola
113, 129
- Língua francesa
52, 62, 73
- Língua grega
52, 53, 57
- Língua hebraica
106
- Língua latina
52, 53, 56, 57, 62
- Língua marata
62
- Língua portuguesa
8-10, 18, 65, 69, 70, 88
- Lisboa
8, 20, 27, 29, 30, 38, 45, 49, 52, 60, 62, 63, 68-70, 78, 83, 86, 94, 100, 112, 116, 118
- Lisboa, João Luís
13, 24, 25, 27, 28

Livrarias

Vd. Bibliotecas

Livro

1, 2, 7, 10, 13, 15-21, 23, 24, 27-35, 38-40, 42, 44-46, 49, 52-54, 56, 60, 78-94, 97-99, 102-107, 109-113, 115, 118, 119, 122-124, 126-130

Livros conventuais

85, 88, 91, 107, 109, 122, 126

Livros de devoção

23, 53

Livros duplicados

85

Livros impressos

91, 97, 112, 127, 128

Livros incompletos

Vd. Livros truncados

Livros Manuscritos

Vd. Manuscritos

Livros modernos

34, 83, 91, 106, 110, 122, 127

Livros raros

82

Livros truncados

84, 126

Londres

102

Loureiro, Olímpia

13, 27

Luzes

Vd. Iluminismo

Loyotard, Jean François

41

Macedo, Jorge Borges de

18

Machado, Joaquim

39, 98

Madame Stäel

10

Magalhães, Justino Pereira de

8

Manguel, Albert

13, 15, 25

Manuscritos

4, 29, 71, 74, 82, 89, 91-95, 98-102, 104, 107, 111, 112, 127, 128

Marata

Vd. Língua marata

Maria I, rainha de Portugal

6

Marquês de Pombal

6, 20, 30, 46, 52, 78

Marques, António de Oliveira

74, 75

Marquesa de Alorna

10

Matos, Joaquim António de Sousa Telles de

96, 129

Mattoso, José

6, 11, 18-20, 30

Meerman, G.

37

Memórias da villa de Arrayolos

54, 62, 70, 94

Mendeiros, José Felipe

75, 79

Mendes, António Lopes

75

Métodos de investigação qualitativa

3

Miguel, infante de Portugal

8, 53

Ministério do Reino

4, 49, 80, 86, 103, 107, 118, 125, 129

Mitra de Évora

38, 39

Mónica, Maria Filomena

61, 62

Monte, Gil do

60, 75

Montesquieu, Charles de

6

Moraes, George

75

Mosteiro de Alcobaça

45

Mosteiro de Tibães

45

Museu Britânico de Londres

102

Museus

7, 8, 40, 43-45, 78, 79

Nacionalismo

10, 12, 13

Neves, Álvaro

7, 52, 60, 67, 74, 94, 96, 97

- Novalis
10
- Nunes, Henrique Barreto
27, 30, 36, 83, 107, 120
- Ochoa, Paula
115
- Opinião pública
13, 14, 30
- Padroado português no Oriente
7, 61-63, 67-69, 72, 74, 75,
- Painéis
38, 78, 86, 89, 107, 112
- Paleografia
60
- Paleotypos
98
- Panorama, (O)
9, 10, 49, 54, 60, 69, 70, 94, 117, 120,
122, 123, 130
- Passos Manuel
8, 56, 57
- Pedro V, rei de Portugal
61
- Peignot, Gabriel
37
- Pereira, Gabriel
74, 79, 82, 119, 126
- Periódicos
Vd. Publicações Periódicas
- Permutas
2, 81-85, 106, 127
- Pestana, José Ferreira
62
- Pinheiro, Carlos José
119
- Pinto, José Loureiro
13, 28
- Pinto, Leonor Gaspar
115
- Pinturas
Vd. Painéis
- Poças, José Joaquim
118
- Pombo, Olga
102
- Portalegre
29
- Porto
11, 27, 29, 30, 45, 56
- Portugal
5-9, 12, 13, 15, 17-21, 27, 28, 31, 33, 35,
40, 42, 43, 45, 46, 51, 57, 62, 64, 66, 69,
72-76, 81, 95, 96, 111, 113, 116, 117
- Português
Vd. Língua Portuguesa
- Poulain, Martine
26
- Proença, Raul
31, 100, 102
- Professores
5, 48, 52, 55, 57-59, 68, 71, 87, 103, 119,
122
- Protestantismo
8, 17, 41-43, 116
- Publicações Periódicas
5, 9, 13, 16, 17, 19, 61, 62, 69-72, 74, 75,
109, 111, 123, 127
- Quadros
Vd. Painéis
- Racionalização da coleção
90
- Ramos, Francisco Martins
54, 76, 94
- Ramos, Luís de Oliveira
47
- Real Biblioteca Pública da Corte
Vd. Biblioteca Nacional
- Real Mesa Censória
18, 19, 21, 27, 30, 38, 45, 89
- Real Sociedade Asiática
62
- Rebelo, Carlos Alberto
9, 23, 25, 34-36
- Reforma Protestante
Vd. Protestantismo
- Relatório
2, 4, 8, 49, 56, 60, 64, 81-83, 96, 101,
103, 104, 106, 108, 112, 114, 118, 122,
126, 129
- Religião
11, 17, 40, 41, 68, 78
- Remouard, Antoine Auguste de
37
- Revista Literária do Porto
56, 60, 65, 69, 70
- Revista Ocidente
51, 71, 75
- Revista Universal Lisbonense
10, 60, 69, 70, 95

- Revolução francesa
12, 18, 34
 Revue des Deux Mondes
109
 Ribeiro, José Silvestre
38, 45, 60, 79, 110, 118, 126
 Ribeiro, Manuela Tavares
10, 25, 117
 Richard, Hélène
81
 Rio, Manuel Alves do
58, 87, 120
 Roche, Daniel
24, 26, 43
 Richter, Noé
26
 Rolland, Julião
7
 Romance
11, 12, 14, 20, 21, 24, 52, 71
 Romantismo
10-13, 48, 119
 Rousseau, Jean Jacques
6, 24
 S. Boaventura, Frei Fortunato
39
 Saldanha, Duque de
60
 Santa Águeda, Padre Manuel
52, 56
 Santa Clara, Frei Joaquim de
39
 Santarém
29
 Santo Ofício
 Vd. Inquisição
 Schiller, Johann Cristoph
10
 Schulze, Hagen
12, 13
 Scott, Walter
11, 12, 72
 Selecta
52
 Silbert, Albert
18
 Silva, Frei Patrício da
39
 Silva, Inocêncio Dias da
58, 74, 97
- Silveira, Luís
62, 74, 92, 109
 Simões, Augusto Felipe
2, 40, 48, 73, 74, 92, 96, 97, 119
 Sinval, Joaquim Manuel
7
 Sociedade Conimbricense
29, 30
 Sociedade de Ciências Médicas e de
 Literatura do Porto
9
 Sociedade Escilástica-Filarmónica
9
 Sociedade Propagadora de
 Conhecimentos Úteis
 Vd. O Panorama
 Soure
29
 Sousa, Frei Luís de
38
 Suiça
8, 36
 Tacheau, Olivier
26
 Tengarrinha, José
117, 125
 Teologia
100, 101, 109
 Thierry
12
 Thorndike, Edward
13
 Torgal, Luís Reis
6, 11, 30
 Torre de Tombo
60
 Trabalho bibliográfico
 Vd. Catalogação
 Tracy, Destutt
7
 Trancoso
29
 Trocas
 Vd. Permutas
 Universidade de Coimbra
8, 45, 51, 53, 74, 116
 Vallas, Philipe
87, 88, 123
 Varry, Dominique
26, 33, 47, 81, 87, 88, 105, 120, 123, 124

Vasconcelos, António César
60
Vaz, Francisco
9, 38, 40, 41, 49, 106
Venda de livros
2, 82-90, 106, 107, 127, 129, 130
Viana do Castelo
78
Vila Real
29, 60
Vila Viçosa
29
Villas Boas, Fr. Manuel do Cenáculo
Vd. Cenáculo, Frei Manuel
Vítor Hugo
10
Volney
7, 42
Xavier, Cândido
34
Zulmira (romance)
7